



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 7922/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviço técnico especializado de levantamento aerofotogramétrico digital, com licenciamento e implantação de software como serviço (SAAS) de gestão do cadastro territorial multifinalitário em ambiente web, mobile e server, com serviços de implantação, parametrização, configuração, carga de dados, treinamento (presencial e ead) e suporte técnico, e manutenção continuada (corretiva, adaptativa e evolutiva) para a modernização administrativa do município.

DATA DA LICITAÇÃO: 15 de junho de 2026

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até 15 de junho de 2026 às 08h59min.

INÍCIO DA SESSÃO: 09h:00min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site www.licitanet.com.br

BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

PARTICIPAÇÃO: AMPLA

UNIDADE SOLICITANTE: SECAF – Secretaria de Administração e Finanças

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE (1 lote)

MODO DE DISPUTA: ABERTO

FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO

PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO: 12 (DOZE) MESES

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 4.392.500,00

REQUISITOS ESPECÍFICOS DA HABILITAÇÃO:

- Comprovação através da apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação
- Deverá ser apresentado: Inscrição no Ministério da Defesa: Certidão ou ato oficial de Inscrição no Ministério da Defesa na Categoria "A", em plena validade, emitida pela Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) ou órgão equivalente, em estrito cumprimento ao Decreto Federal nº 2.278, de 17 de julho de 1997.
- Deverá ser apresentado: Registro de Aeronaves e Sensores (ANAC/DECEA): Comprovação de que as aeronaves (tripuladas ou remotamente pilotadas/Drones) e os sensores a serem utilizados possuem os devidos registros e homologações junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), aptos para operações de levantamento aeroespacial no território nacional.
- Declaração de informando que todos os produtos gerados (imagens brutas, ortofotos, nuvens de pontos laser) serão de propriedade exclusiva do Município, sendo vedada a comercialização, cessão ou exibição a terceiros sem autorização expressa e por escrito da Administração Pública.
- Deverá ser apresentado junto a documentação o registro oficial em nome da empresa de seu software aprovado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil (INPI) ou no caso em que as empresas foram

FOLDERS/AMOSTRA:

- SIM
- NÃO SE APLICA

DA PROVA DE CONCEITO:

□ Será necessária após análise e conformidade dos documentos de proposta e de habilitação da empresa melhor classificada, o comparecimento no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis ou por meio de plataforma digital de reuniões (em caso remoto).após agendamento de data e horário através do contato telefônico (71)99686-3072 e e-mail andersonsa.pmsj@gmail.com para a demonstração técnica e apresentação detalhada da solução, expondo as característica/especificações técnicas necessárias exigidas em Edital, com todas as funcionalidades expostas, devidamente munidos de material necessário para a apresentação (exemplares dos sistemas, microcomputador, notebook, datashow, internet, etc), os quais serão de sua inteira responsabilidade.) posteriormente submetidas à análise dos responsáveis técnicos, designados pela Prefeitura Municipal de Mata de São João, que, emitirá o laudo conclusivo das análises, aprovando ou reprovando o sítio e suas funcionalidades



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
- www.matadesaojoao.ba.gov.br





representantes ou revendas autorizadas das empresas desenvolvedoras do sistema, deverão comprovar essa situação mediante contrato em vigência pelo tempo previsto para atendimento do contrato administrativo.

f) A licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, admitida a somatória de atestados, que comprovem a execução anterior das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto (limitadas ao máximo de 50% do escopo previsto, nos termos do Art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- Parcela 1 (Engenharia): Execução de levantamento aerofotogramétrico digital com geração de ortofotos e mapeamento móvel terrestre para fins de cadastro territorial urbano em extensão mínima de [inserir valor equivalente a 50% da área do município] km².

- Parcela 2 (Tecnologia): Implantação e licenciamento de solução de Sistema de Informações Geográficas (SIG) em ambiente Web e Mobile no modelo SaaS (Software as a Service), integrado a banco de dados cadastrais/tributários.

9.7.3.1. Capacidade Técnica Profissional: Apresentação da equipe técnica composta, no mínimo:

a) 01 (um) Coordenador Geral de Engenharia Cartográfica / Agrimensura:

- Formação: Profissional de nível superior em Engenharia Cartográfica, Engenharia de Agrimensura, Geografia ou equivalente, devidamente registrado no CREA, comprovando experiência em coordenação ou execução de projetos de levantamento aerofotogramétrico digital com geração de ortofotos, execução de mapeamento móvel terrestre e revisão/atualização de Planta de Valores Genéricas (PVG).

- A referida experiência deve ser comprovada por meio de atestados que somados possam comprovar a execução dos serviços mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (eis) técnico(s) que participará (ão) dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativo à execução dos serviços.

b) 01 (um) Coordenador de Tecnologia da Informação (TI) e Sistemas:

- Formação: Profissional de nível superior na área de Tecnologia da Informação, Ciência da Computação, Engenharia de Software ou equivalente.

- Comprovação (via Atestado de Capacidade Técnica): Experiência na coordenação ou implantação de Sistemas de Informações Geográficas (SIG/GIS) baseados em plataforma Web e Mobile, operados sob o modelo de Software como Serviço (SaaS), contemplando a integração de dados geográficos com sistemas legados de administração tributária municipal.

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Mata de São João, torna público que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **menor preço por Lote composto por itens**, através do site www.licitanet.com.br, regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023, **Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024**, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Na hipótese de decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data mencionada no item 1.1, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





1.3. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.1.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no site eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. OBJETO

3.1. Constitui o **objeto** da presente licitação a Contratação de empresa especializada para serviço técnico especializado de levantamento aerofotogramétrico digital, com licenciamento e implantação de software como serviço (SAAS) de gestão do cadastro territorial multifinalitário em ambiente web, mobile e server, com serviços de implantação, parametrização, configuração, carga de dados, treinamento (presencial e ead) e suporte técnico, e manutenção continuada (corretiva, adaptativa e evolutiva) para a modernização administrativa do município.

3.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e na plataforma da LICITANET, prevalecerá a descrita neste edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. empresas em consórcio, observando, para tanto, a disposição do art. 122, §3º da Lei 14.133/2021.

4.6.2. empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

4.6.3. empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.6.4. empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura de Mata de São João e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;

4.6.5. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

4.6.6. empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

4.6.7. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

4.6.8. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro de Preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.10. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





4.6.11. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. As microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu art. 3º.

4.7.1 A comprovação de que trata o subitem **4.7**, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através desse documento:

a) Certidão simplificada da junta comercial.

5. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA LICITANET

5.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

5.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Mata de São João/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

5.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

5.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

5.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Mata de São João/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

5.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

5.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.10. O (A) licitante que deixar de assinalar o campo da **Declaração de ME/EPP** não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

5.10.1. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

5.11. O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua)



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do Anexo I deste Edital.

6.1.1. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.2. Como requisito para a apresentação da proposta, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

6.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

6.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.4. A falsidade da declaração de que trata o item 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Em sua **proposta eletrônica**, a licitante deverá:

6.7.1. informar o preço unitário do(s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

6.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

6.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

6.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

6.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 6.8.1;

6.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o indicado pelo Pregoeiro no sistema LICITANET.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, portanto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.17.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.17.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.17.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.17.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2. empresas brasileiras;

7.18.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.22. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

8. DO ENVIO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

8.2. A licitante provisoriamente vencedora (arrematante) deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

8.2.1. o conteúdo da **Proposta de Preços Escrita** deverá dispor:

- a)** Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;
- b)** apresentar a marca/modelo do produto ofertado, quando couber, constar no campo.
- c)** A proposta de preços deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.





d) A proposta de preços deverá conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

e) A proposta de preços deverá conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os respectivos produtos ser disponibilizados à Prefeitura Municipal de Mata de São João sem quaisquer ônus adicionais.

f) A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

g) **A licitante deverá apresentar em conjunto com sua proposta de preços, as seguintes declarações:**

1. Conter **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa informando que **nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos custos da prestação dos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, taxas, impostos e demais encargos incidentes, montagem, manutenção e instalação nos locais indicados pela CONTRATANTE, transporte, bem como utilização de equipamentos e pessoal ou o que for necessário para o fornecimento, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da CONTRATADA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa da Ata de Registro de Preços a ser firmada;

2. Conter **DECLARAÇÃO**, em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa, informando **que os serviços e produtos atendem todas as exigências do Edital relativas à especificação e características, inclusive técnicas;**

3. Conter **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) a Ata de Registro de Preços**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;

4. Conter **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;

5. Conter **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;

6. Conter **DECLARAÇÃO**, sob as penas da Lei, de que **inexistem quaisquer fatos impeditivos** da sua habilitação;

7. Conter **DECLARAÇÃO** informando que **não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº. 9.854/99).

8. Conter **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando **que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Mata de São João.**

8.2.2. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para sua apresentação, após a fase de envio de lances.

8.2.2.1. Apresentar juntamente a sua proposta de preço uma planilha de todos os custos envolvendo o referido serviço, conforme **modelo** de tabela abaixo:

Descrição	PERCENTUAL
SERVIÇOS/ MÃO DE OBRA	
MATERIAIS DE CONSUMO/ INSUMOS	
EQUIPAMENTOS	
FRETE	
TRIBUTOS	
OUTROS *	
PERCENTUAL TOTAL	100%

8.3. O(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3.1. As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

8.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br



8.4. Será **desclassificada** a proposta que:

8.4.1. conter vícios insanáveis;

8.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas na Ata de Registro de Preços;

8.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.5. Para a aquisição de bens é indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro(a) através do sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.8. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação das licitantes conforme disposições do Item 9.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

9.1.1. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

9.1.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora (arrematante), por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, **no prazo de até 02 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

9.1.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

9.1.4. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de **90 (noventa) dias após sua emissão.**

9.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.2.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

9.2.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas.

9.2.3. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2.4. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

9.2.5. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

9.3. O(a) Pregoeiro(a) poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

9.4. Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





9.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data em que for declarado vencedor, para regularização dos documentos.

9.4.2. A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação e a adoção dos procedimentos especificados no subitem 13 deste edital.

9.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 9.2.

9.6. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 9.2:

9.6.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

9.6.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica, exceto nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº. 123/2006.

9.6.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

9.6.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

9.6.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

9.6.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

9.6.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

9.7. Dos documentos que compõem a habilitação:

9.7.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto Ou Contrato Social Consolidados, em vigor devidamente registrado no Órgão Competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País;
- e) Apresentação de documentação do representante legal (documento de identificação, com foto) com poderes específicos para assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.7.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).
- f) Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal Nº 123/06.

9.7.3. Da Qualificação Técnica:

- a) Comprovação através da apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação
- b) Deverá ser apresentado: **Inscrição no Ministério da Defesa:** Certidão ou ato oficial de Inscrição no Ministério da Defesa na Categoria "A", em plena validade, emitida pela Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) ou órgão equivalente, em estrito cumprimento ao Decreto Federal nº 2.278, de 17 de julho de 1997.





c) Deverá ser apresentado: **Registro de Aeronaves e Sensores (ANAC/DECEA)**: Comprovação de que as aeronaves (tripuladas ou remotamente pilotadas/Drones) e os sensores a serem utilizados possuem os devidos registros e homologações junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), aptos para operações de levantamento aeroespacial no território nacional.

d) **Declaração** de informando que todos os produtos gerados (imagens brutas, ortofotos, nuvens de pontos laser) serão de propriedade exclusiva do Município, sendo vedada a comercialização, cessão ou exibição a terceiros sem autorização expressa e por escrito da Administração Pública.

e) Deverá ser apresentado junto a documentação o registro oficial em nome da empresa de seu software aprovado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil (INPI) ou no caso em que as empresas foram representantes ou revendas autorizadas das empresas desenvolvedoras do sistema, deverão comprovar essa situação mediante contrato em vigência pelo tempo previsto para atendimento do contrato administrativo.

f) A licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, admitida a somatória de atestados, que comprovem a execução anterior das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto (limitadas ao máximo de 50% do escopo previsto, nos termos do Art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- **Parcela 1 (Engenharia): Execução de levantamento aerofotogramétrico digital com geração de ortofotos e mapeamento móvel terrestre para fins de cadastro territorial urbano em extensão mínima de [inserir valor equivalente a 50% da área do município] km².**

- **Parcela 2 (Tecnologia): Implantação e licenciamento de solução de Sistema de Informações Geográficas (SIG) em ambiente Web e Mobile no modelo SaaS (Software as a Service), integrado a banco de dados cadastrais/tributários.**

9.7.3.1. Capacidade Técnica Profissional: Apresentação da equipe técnica composta, no mínimo:

a) 01 (um) Coordenador Geral de Engenharia Cartográfica / Agrimensura:

- Formação: Profissional de nível superior em Engenharia Cartográfica, Engenharia de Agrimensura, Geografia ou equivalente, devidamente registrado no CREA, comprovando experiência em coordenação ou execução de projetos de levantamento aerofotogramétrico digital com geração de ortofotos, execução de mapeamento móvel terrestre e revisão/atualização de Planta de Valores Genéricas (PVG).
- A referida experiência deve ser comprovada por meio de atestados que somados possam comprovar a execução dos serviços mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (eis) técnico(s) que participará (ão) dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativo à execução dos serviços.

b) 01 (um) Coordenador de Tecnologia da Informação (TI) e Sistemas:

- Formação: Profissional de nível superior na área de Tecnologia da Informação, Ciência da Computação, Engenharia de Software ou equivalente.
- Comprovação (via Atestado de Capacidade Técnica): Experiência na coordenação ou implantação de Sistemas de Informações Geográficas (SIG/GIS) baseados em plataforma Web e Mobile, operados sob o modelo de Software como Serviço (SaaS), contemplando a integração de dados geográficos com sistemas legados de administração tributária municipal.

9.7.3.1.1. A comprovação do vínculo dos profissionais indicados pela licitante poderá ocorrer das formas a seguir:

- Carteira de trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
- Contrato social, estatuto social ou ato constitutivo, no caso de sócio;
- Contrato de prestação de serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas com assinatura digital ou firma reconhecida entre as partes.
- Termo de Compromisso assinado pelo(s) profissional(ais), comprometendo-se a compor o quadro técnico da empresa, no caso da licitante vir a ser a vencedora.
- Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- Declaração sob as penas cabíveis, de que independente da indicação dos profissionais apresentados para cumprimento das exigências deste subitem, providenciará a contratação de profissionais em quantidade suficiente para a regular execução dos serviços, de acordo com a legislação em vigor e cumprimento da execução do serviço no prazo estabelecido pelo Órgão Gerenciador.

9.7.4. Da Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, **vedada** a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a.1) Quando da apresentação de balanço patrimonial físico na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Registrado na Junta Comercial.

a.2) Quando da apresentação de balanço patrimonial digital na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

9.7.4.1. Os Itens acima indicados não se aplicam ao MEI - Micro Empreendedor Individual, logo dispensados de tais requisitos, conforme o disposto na Lei nº 10.406/2002, arts. 970 e 1.179, §2º, que assegura tratamento favorecido ao mesmo.

9.7.4.2. A empresa licitante que ainda não tenha completa do seu primeiro ano de exercício fiscal, terá sua capacidade econômico-financeira comprovada por meio da apresentação do Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

9.7.4.3. Os documentos referidos item 9.7.4 "a" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.7.5. Apresentar **Certidão de concordata e falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.

9.7.6. Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.7.6.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

9.7.6.2. Para o caso de empresas em recuperação judicial: Ter ciência de que no momento da Ata de Registro de Preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;

9.7.6.3. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

9.7.7. O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, emitido até 90 (noventa) dias antes da data da licitação, **substitui** os documentos indicados nos subitens 9.7.1 ("a" à "d") à 9.7.2 "a".

9.7.8. O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, substituirá o Atestado solicitado no subitem 9.7.3, caso o objeto da licitação esteja contemplado nos Códigos das Famílias de Materiais ou Serviços para os quais a empresa está apta a fornecer.

9.7.9. Na apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante) em substituição ao subitem 9.7.3, poderá ser solicitado documentos complementares para verificação da similaridade do objeto da licitação com o atestado.

9.10. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

9.11. DA PROVA DE CONCEITO:

- ✓ Será necessária após análise e conformidade dos documentos de proposta e de habilitação da empresa melhor classificada, o comparecimento no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas úteis** ou por meio de plataforma digital de reuniões (em caso remoto) após agendamento de data e horário através do contato telefônico **(71)99686-3072 e e-mail andersonsa.pmsj@gmail.com** para a demonstração técnica e **apresentação detalhada da solução, expondo as característica/especificações técnicas necessárias exigidas em Edital, com todas as funcionalidades expostas, devidamente munidos de material necessário para a apresentação (exemplares dos sistemas, microcomputador, notebook, datashow, internet, etc), os quais serão de sua inteira responsabilidade.** posteriormente submetidas à análise dos responsáveis técnicos, designados pela Prefeitura Municipal de Mata de São João, que, emitirá o laudo conclusivo das análises, aprovando ou reprovando o site e suas funcionalidades
- ✓ A apresentação ocorrerá preferencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA, situada à Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140, Centro, sendo disponibilizado o Auditório Central da Prefeitura para sua execução. Alternativamente, a demonstração poderá ser realizada de forma remota, por meio de plataforma de videoconferência, a critério da Administração.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





9.9.1. REQUISITOS DA PROVA DE CONCEITO:

- ✓ A demonstração permitirá a averiguação prática das funcionalidades, requisitos técnicos, funcionais e operacionais e sua real compatibilidade com os requisitos obrigatórios especificados neste Edital.
- ✓ Durante a demonstração serão feitos questionamentos à LICITANTE permitindo a verificação dos requisitos constantes deste Termo.
- ✓ É facultado o acompanhamento da apresentação da demonstração técnica aos demais licitantes. Caso não compareçam ficarão impossibilitados de reclamações posteriores sobre os softwares apresentados e por ventura considerados aptos pela equipe técnica.
- ✓ Caberá exclusivamente à licitante classificada em primeiro lugar no certame a realização da Prova de Conceito, devendo demonstrar, de forma prática, que a solução ofertada atende integralmente às exigências técnicas, funcionais e operacionais previstas neste Termo
- ✓ Todos os recursos necessários à apresentação, tais como equipamentos, softwares, acesso à internet e demais ferramentas, serão de responsabilidade da licitante.

9.9.2. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação são:

- ✓ Análise de conformidade com as especificações técnicas informadas na planilha de referência do presente processo;
- ✓ Durante o período de exame, a ADMINISTRAÇÃO poderá solicitar informações adicionais, referentes aos componentes e ao objeto;
- ✓ Em caso de rejeição, será convocado a(s) empresa(s) remanescente(s), obedecida a ordem de classificação.
- ✓ Em caso de não apresentação, a empresa será desclassificada e será convocado a(s) empresa(s) remanescente(s), obedecida a ordem de classificação
- ✓ Caso ocorra a não apresentação do primeiro Classificado no Certame, no momento oportuno, bem como a não aceitação da solução com todas as funcionalidades expostas pela Assessoria Técnica indicada pela Secretaria competente, será convidado para comparecer o segundo colocado e assim sucessivamente, tendo em vista a ordem crescente das Propostas de Preços a partir do menor valor proposto e estando de acordo com o requisitado no Edital, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a solicitação deve ser efetivada através do contato telefônico (71)99686-3072 e e-mail andersonsa.pmsj@gmail.com para a demonstração técnica e apresentação detalhada da solução, expondo as característica/especificações técnicas necessárias exigidas em Edital, com todas as funcionalidades expostas, devidamente munidos de material necessário para a apresentação (exemplares dos sistemas, microcomputador, notebook, datashow, internet, etc), os quais serão de sua inteira responsabilidade. posteriormente submetidas à análise dos responsáveis técnicos, designados pela Prefeitura Municipal de Mata de São João, que, emitirá o laudo conclusivo das análises, aprovando ou reprovando o site e suas funcionalidades;
- ✓ O prazo para a apresentação do Sistema será de até 4 (quatro) dias após a convocação, com data, hora e local definidos pela Prefeitura. A apresentação terá duração máxima de 6 (seis) horas.
- ✓ Durante a apresentação, a empresa deverá demonstrar que o Sistema atende às funcionalidades e características previstas no Termo de Referência. A empresa que não apresentar a devida demonstração será desclassificada.
- ✓ A demonstração será realizada conforme a sequência da Tabela de Funcionalidades do Sistema. A cada 50 (cinquenta) itens apresentados, os membros da Comissão poderão fazer questionamentos, permitindo também que as demais empresas concorrentes presentes possam questionar. A Comissão se reserva o direito de solicitar nova apresentação para qualquer funcionalidade que considere não atendida e registrar em ata as inconformidades identificadas. O tempo destinado aos questionamentos e respostas não será descontado do tempo total de apresentação de 5 horas.
- ✓ Esta medida tem o objetivo de assegurar a transparência e integridade do processo licitatório, permitindo que todas as licitantes possam manifestar-se sobre pontos que considerem importantes para o correto desenvolvimento da Prova de Conceito.
- ✓ A avaliação técnica para verificar o atendimento dos requisitos mínimos será conduzida por um corpo técnico designado pelo Contratante.
- ✓ Caso a empresa com o menor preço não cumpra os requisitos técnicos e mínimos obrigatórios do Sistema, a Comissão convocará a empresa classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que os requisitos mínimos sejam atendidos para prosseguir com o certame.
- ✓ A responsabilidade pela disponibilização dos equipamentos necessários à demonstração será da empresa proponente.
- ✓ O CONTRATANTE se responsabiliza em colocar à sua disposição, ponto de acesso à Internet Banda Larga.
- ✓ REQUISITOS DA PROVA DE CONCEITO:
- ✓ A demonstração permitirá a averiguação prática das funcionalidades, requisitos técnicos, funcionais e operacionais e sua real compatibilidade com os requisitos obrigatórios especificados no Edital.
- ✓ Durante a demonstração serão feitos questionamentos à LICITANTE permitindo a verificação dos requisitos constantes deste Termo.
- ✓ É facultado o acompanhamento da apresentação da demonstração técnica aos demais licitantes. Caso não compareçam ficarão impossibilitados de reclamações posteriores sobre os softwares apresentados e por ventura considerados aptos pela equipe técnica.
- ✓ A empresa será desclassificada nas seguintes situações:
 - a) Apresentação das características e funcionalidades utilizando softwares diferentes do proposto;
 - b) Apresentação das características e funcionalidades com base de dados fracionadas ou distintas;
 - c) Apresentação parcial de itens obrigatórios;
 - d) Apresentação de itens obrigatórios com problemas de execução ou que necessitem de intervenção no Banco de Dados ou código fonte.





Funcionalidade	Relevância	Atende	
		SIM	NÃO
A Solução Tecnológica (Software) deverá ser 100% web com quantidade ilimitada de projetos camadas pessoas e entidades cadastrais.	Obrigatório		
Deve permitir o armazenamento em nuvem e deve ser constituída de forma modularizada.	Obrigatório		
Deve conter protocolos necessários para autenticação e permissão de dados e outra que representa a aplicação visual de acesso ao ambiente de trabalho denominada Front End usando framework de linguagem robusta e escalável.	Obrigatório		
Deve no mínimo suportar os navegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox, GoogleChrome e Safari.	Obrigatório		
Não deve necessitar da instalação prévia de plug-ins, applets ou activeX nas estações cliente para seu funcionamento.	Obrigatório		
Deve apresentar interface gráfica de todas as funcionalidades no mínimo no idioma português (Brasil). Para o ambiente de acesso público, será disponibilizado um módulo específico que deverá se comunicar 100% via API com os demais componentes do sistema. Esse módulo público terá como responsabilidade a captação e exibição das informações disponibilizadas por meio de serviços WMS e WFS com as devidas permissões, garantindo assim a integridade, atualização e padronização dos dados geográficos acessados pelos usuários externos.	Obrigatório		
Deve ter módulo público que tem como responsabilidade a captação e exibição das informações disponibilizadas por meio de serviços WMS e WFS com as devidas permissões, garantindo assim a integridade, atualização e padronização dos dados geográficos acessados pelos usuários externos.	Obrigatório		
Para o armazenamento de dados deverá ser empregado o banco de dados <i>Open Source</i> denominado <i>PostgreSQL</i> juntamente com a extensão <i>PostGIS</i> .	Obrigatório		
Cadastrar e editar usuários para acesso ao sistema via web.	Obrigatório		
A solução deve permitir o acesso individual dos usuários através de credenciamento (login/senha). Impedindo que mesmo usuário credenciado execute 2 acessos simultâneos.	Obrigatório		
Deve Apresentar mapa de navegação georreferenciado, com mapa de localização geral (overview), apresentado em língua portuguesa (Brasil).	Obrigatório		





Possui capacidade de representação espacial de dados georreferenciados vetoriais (pontos, linhas, polígonos) e raster (imagens).	Obrigatório		
Suporta a exibição sincronizada e georreferenciada de Camadas de dados espaciais oriundos de fontes externas, tais como Google Maps, Bing Maps e outros serviços WMS.	Obrigatório		
Interoperabilidade e transferência de dados: é capaz de efetuar operações de importação e exportação de diferentes formatos de dados tabulares e geoespaciais.	Obrigatório		
Oferece controle das camadas de dados a serem exibidas no mapa, com possibilidade de fechar, abrir, mover, minimizar e maximizar este menu, de forma a otimizar a análise sobre a base espacial.	Obrigatório		
O mapa apresenta textos com posicionamento dinâmico, variando posicionamento e tamanho sobre um elemento (em função do zoom e escalas aplicados), de modo a manter-se sempre visível e sem sobreposições.	Obrigatório		
Contém ferramenta de controle do ambiente de consulta espacial (mapa/imagem): - Zoom em área específica do mapa.	Obrigatório		
Contém ferramentas de controle do ambiente de consulta espacial (mapa/imagem): - mover mapa (pan).	Obrigatório		
Contém ferramenta de controle do ambiente de consulta espacial (mapa/imagem): - Zoom para máxima extensão.	Desejável		
Contém ferramenta de controle do ambiente de consulta espacial (mapa/imagem): - Coletar informações tabuladas nos bancos de dados sobre um ponto definido ao clique.	Obrigatório		
Contém ferramenta de controle do ambiente de consulta espacial (mapa/imagem): - Imprimir.	Obrigatório		
Contém ferramenta de controle do ambiente de consulta espacial (mapa/imagem): - Ferramenta para retirar medidas em polígonos e distâncias.	Obrigatório		





Contém ferramenta de controle do ambiente de consulta espacial (mapa/imagem): - Ferramenta para exibir coordenadas UTM e geográficas do ponto clicado e consulta tabular os dados diretamente no mapa.	Obrigatório		
O sistema deve permitir a fixação da escala de visualização, possibilitando ao usuário configurar dinamicamente razões personalizadas, como 1:1000, 2:2000, 3:3000, entre outras.	Obrigatório		
Oferece caixa de ferramenta com opção de exibição de mapas temáticos e suas respectivas legendas.	Obrigatório		
Oferece caixa de ferramenta com opção de exibição de controle da transparência de mapas temáticos sobre os outros elementos exibidos.	Obrigatório		
Exibe a escala cartográfica em tela, bem como as coordenadas, sistema de projeção cartográfica, Datum e Fuso (se for o caso).	Obrigatório		
Possui mecanismo de busca inteligente, colocado em primeiro plano no mapa, de maneira que se pode consultar entidades relacionadas no banco de dados geoespacial com o adicional da consulta da localização geográfica da entidade por meio da base de dados do Google.	Obrigatório		
Ao se buscar informações do banco de dados sobre um ponto clicado no mapa, o sistema apresenta ao usuário o acesso a informações tabulares/cadastrais de todos os layers ativos previamente cadastrados.	Obrigatório		
Os registros cadastrais são exibidos com todas as informações constantes nos Boletins de Informação Cadastral (BIC).	Desejável		
Os registros cadastrais são exibidos com todas as informações espaciais com detalhe da entidade gráfica (seja referente a Bairro, Setor, Quadra, Lote/Territorial ou outra qualquer que possua o atributo espacial).	Obrigatório		
Permite emissão de relatórios para auditorias de utilização do sistema, oferecendo ferramentas de seleção e pesquisa por tipo de transação, entidade, campo, usuário, data, inscrição, etc.	Obrigatório		
Permite emissão de relatórios sobre entidades cadastrais imobiliárias, com inserção de mapas e fotos nos relatórios.	Obrigatório		
Possui ferramenta para emissão de certidões, com chave única e armazenamento das certidões geradas para consulta posterior.	Obrigatório		
Permite a carga de dados de fotografias de fachada dos imóveis (lote e edificação) em massa por tela de sistema sem a necessidade do acesso direto ao repositório das imagens e vinculando às suas inscrições imobiliárias.	Obrigatório		
Permite ao administrador criar, controlar e editar permissões escalonadas para grupos de usuários.	Obrigatório		





Possui ferramentas para cadastro e gestão de regras de negócio (validações), que são aplicadas quando das alterações dos dados. É possível ativar/desativar as regras sem a necessidade de alteração no código-fonte do sistema.	Obrigatório		
Possui opção para ordenação ascendente e descendente do resultado das pesquisas por meio de link os títulos das colunas.	Obrigatório		
Possui registro do histórico cadastral (log de alterações, com validação da identidade do usuário que a procedeu).	Obrigatório		
Possui ferramenta para unificação de lotes que estabelece automaticamente as correlações espaciais entre confrontantes e testadas e que possibilita ao operador do sistema simular a situação da nova unificação antes de confirmar a operação.	Obrigatório		
Possui ferramenta de unificação e desmembramento, realiza automaticamente as operações de soma ou divisão de áreas e faixas, e correlaciona corretamente todos os elementos espaciais e tabulares controlados pelo Sistema: limites, localização, confrontantes, testadas, situação na quadra, irregularidades nas ocupações, ocupação, topografia, conservação, área de direito e área de fato, unidades autônomas e de avaliação, serviços urbanos e todos os demais dados oriundos do desmembramento ou unificação dos BIC.	Obrigatório		
Gerencia as inscrições cadastrais, cancelando, abrindo novas inscrições e unificando mais de um lote sob a mesma chave de registro de forma automática.	Obrigatório		
É habilitado para trabalhar com sub-lotes e/ou unidades independentes de avaliação dentro de um mesmo registro/indicação fiscal.	Desejável		
É capaz de gerenciar áreas comuns de edificações, com a possibilidade de armazenamento da geometria da mesma, e vinculação com uma ou mais unidades autônomas.	Obrigatório		
Faz o tratamento da fração ideal de solo, seja para casos de condomínios verticais, horizontais, ou ainda em lotes que possuem mais de uma unidade autônoma.	Obrigatório		
Exibe com o mapa reduzido das unidades cadastrais, as fotografias das entidades cadastradas e informações sobre parcelas compostas (presença ou não de agregações).	Obrigatório		
Possui cadastro de proprietários, com vinculação entre as unidades autônomas, e o cadastro de pessoas.	Obrigatório		
Possui cadastro de testadas dos lotes vinculada a um trecho de logradouro.	Obrigatório		
O vínculo e o comprimento de cada testada são mantidos de forma automática, sempre que ocorra alteração na geometria dos lotes, e/ou dos trechos de logradouros.	Obrigatório		
Através do mapa reduzido, o usuário tem acesso direto às funções de busca no banco de dados, impressão, navegação e etc.	Obrigatório		





Oferece para cada inscrição imobiliária, ferramenta para cadastramento de novas Áreas de Preservação Ambiental.	Obrigatório		
Oferece para cada registro, as ferramentas para bloqueio de edições e alterações em entidades previamente selecionadas.	Obrigatório		
Oferece ferramentas para exportação e importação dos limites dos terrenos e das unidades de avaliação, de forma independente e em formato SHP	Obrigatório		
Gera arquivos PDF das fichas cadastrais, com opção de seleção e inserção dos mapas e fotos dos elementos cadastrados memorial descritivo do terreno de pertencimento da unidade imobiliária.	Obrigatório		
Gera arquivos PDF das fichas cadastrais, com opção de seleção e inserção dos mapas e fotos dos elementos cadastrados memorial descritivo e inclusão dos dados cadastrais de todas as entidades cadastrais (unidades autônomas, avaliação) relacionadas ao terreno em questão.	Obrigatório		
Oferece opções para edição de registros existentes e inserção de novos registros.	Obrigatório		
Permite ao usuário inserir campos personalizados nas fichas cadastrais padrão, e que estejam correlacionadas no banco de dados.	Obrigatório		
Permite que sejam anexados arquivos às fichas cadastrais (fotografias, plantas, memoriais, documentos de texto, etc).	Obrigatório		
Possui ferramentas para cadastramento e edição de bairros, distritos e setores.	Obrigatório		
Possui ferramentas para importação e exportação de feições gráficas em formato SHP.	Desejável		
Permite ao usuário que possua permissão para tanto, inserir campos personalizados nas fichas cadastrais padrão, e que estejam correlacionadas no banco de dados, através de ferramenta multi-seletiva de funções diretamente no sistema, sem a necessidade de operar o SGBD.	Obrigatório		
Gera arquivos em PDF das fichas cadastrais dos setores e quadras, com opção de acesso ao arquivo previamente gerado ou geração de novos arquivos, para o caso de terem sido feitas alterações nos registros cadastrais.	Obrigatório		
Garante a integridade topológica, não permitindo a sobreposição de quadras e de lotes	Obrigatório		
Possui ferramentas que possibilite a inclusão de novos registros de lotes quando necessário.	Obrigatório		
Gerencia de forma automática a geometria das quadras, fazendo a sua atualização sempre que ocorra alteração nas geometrias dos lotes que a compõem.	Obrigatório		





Oferece ferramentas de implantação de malha de lotes de um loteamento, com suporte a importação de feições gráficas SHP e cadastramento em massa de atributos comuns, tais como códigos de aprovação, nome do loteamento, processos, etc.	Obrigatório		
Correlaciona automaticamente as unidades territoriais (lotes) com os Condomínios aos quais pertencem, representando e corrigindo automaticamente quaisquer dados espaciais ou tabulares editados ou inseridos.	Obrigatório		
Oferece ferramentas de cadastramento de infraestrutura de Condomínios.	Obrigatório		
Possui ferramenta de pesquisa direta no campo Logradouros	Obrigatório		
Possui ferramenta para cadastramento e edição de Logradouros e Trechos de Logradouros.	Obrigatório		
Exibe o mapa reduzido das unidades cadastrais dos Logradouros e Trechos de Logradouros com acesso direto às ferramentas de consulta ao banco de dados, navegação, impressão e busca.	Obrigatório		
Possui controle sobre dados de infraestrutura (lados direito e esquerdo), serviços urbanos, numeração de porta (início e fim de trecho, lados esquerdo e direito), valores unitários de face de quadra do trecho de logradouro, etc.	Obrigatório		
Correlaciona automaticamente as unidades territoriais (lotes) com os Logradouros aos quais pertencem, representando e corrigindo automaticamente quaisquer dados espaciais ou tabulares editados ou inseridos.	Obrigatório		
Permite a carga em massa de trechos de logradouros, garantindo a vinculação com o cadastro de logradouros.	Obrigatório		
Correlaciona de forma automática os trechos de logradouros com os bairros a que pertencem. Nos casos em que o trecho de logradouro esteja localizado na divisa de bairros, são indicados os bairros à direita e à esquerda do sentido do trecho.	Obrigatório		
Possui busca de pessoas direto por nome, CPF ou CNPJ.	Obrigatório		
Possui ferramentas de cadastramento e controle dos dados das Pessoas (Contribuintes).	Obrigatório		
Possui correlação e exibição automática dos dados cadastrais dos proprietários e das unidades autônomas que possua em seu nome.	Obrigatório		
Possui acesso direto à visualização e edição das fichas cadastrais das unidades autônomas que a pessoa possuir.	Obrigatório		
Oferece ferramenta para facilitar a unificação entre pessoas com cadastros duplicados, que tenham sido importados de sistema legado.	Obrigatório		





Possui ferramenta de criação de expressões de consulta definidas através de formulários e definidas pelo usuário.	Obrigatório		
Localiza, relaciona e exibe informação via inscrição imobiliária.	Obrigatório		
Localiza, relaciona e exibe informação via endereço.	Obrigatório		
Localiza, relaciona e exibe informação via código de cadastro.	Desejável		
Localiza, relaciona e exibe informação de loteamento, quadra ou lote pertencente a loteamento.	Obrigatório		
Localiza, relaciona e exibe informação de quadra.	Obrigatório		
Localizar, relacionar e exibir e relacionar imóveis de contribuinte através de nome.	Obrigatório		
Possui ferramenta de visualização de Memorial Descritivo de imóvel, com ficha cadastral apresentando lotes confrontantes e medidas dos vértices.	Obrigatório		
Possui ferramenta de visualização de dados dos imóveis, inclusive com a imagem fotográfica e seus demais anexos.	Obrigatório		
Possui ferramenta de visualização de dados dos logradouros e segmento de logradouro (infraestrutura urbana).	Obrigatório		
Visualiza e consulta dados de Zoneamento.	Obrigatório		
Possui ferramenta de extração de dados cartográficos pontuais.	Obrigatório		
Possui ferramenta de exibição dos mapas temáticos com controle de transparência dos mesmos.	Obrigatório		
Gera mapas temáticos de lotes territoriais e sua situação.	Obrigatório		
Gera mapas temáticos de edificações e situação	Obrigatório		
Gera mapas temáticos de logradouros, serviços e situação.	Obrigatório		
Demais mapas temáticos gerados a partir de consultas ao banco de dados com apresentação dos resultados no mapa.	Obrigatório		
Possui ferramenta para incluir, editar e geocodificar: lote (territorial), edificação, logradouro e seções de logradouro, quadra, piscina, distrito, setor, bairro e zoneamento.	Desejável		





Ser capaz de cancelar lote (territorial), avaliação, logradouro e suas seções, quadra, distrito, setor, bairro e zoneamento.	Obrigatório		
Realiza desmembramentos de lotes (territoriais).	Obrigatório		
Realiza unificação de lote.	Obrigatório		
Possui ferramenta para: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Distrito.	Obrigatório		
Possui ferramenta para: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Setor.	Obrigatório		
Possui ferramenta para: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Bairro.	Obrigatório		
Possui ferramenta para: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Quadra.	Obrigatório		
Possui ferramenta para: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Lote.	Obrigatório		
Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Edificação.	Obrigatório		
Possui ferramenta para: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Logradouro e Seções.	Obrigatório		
Possui ferramenta para: Incluir, Excluir, alterar e editar novos itens de cadastro, ou seja, customizar campos de dados, definindo o nome do campo e o tipo de entrada de dados (alfanumérico, data, texto, seleção ou múltiplas seleções).	Obrigatório		
Disponibiliza WebServices para a publicação de dados do cadastro imobiliário que possibilitam a integração com sistemas de terceiros.	Obrigatório		
Disponibiliza conjunto de APIs - Application Programming Interface em linguagem JavaScript que possibilitam a incorporação dos mapas do sistema em aplicações de terceiros.	Obrigatório		
Função snap para criação e edição de geometrias utilizando cantos (endpoint) e arestas (nearest).	Obrigatório		
Aproximação do mapa na tela do dispositivo conforme a posição do GPS do aparelho.	Obrigatório		
Aproximação do mapa na tela do dispositivo conforme a posição do GPS do aparelho ou a partir de coordenadas fornecidas pelo usuário.	Desejável		
Deve inquirir medidas de comprimento e área.	Obrigatório		
apresentação da escala de visualização da tela gráfica de acordo com o zoom definido.	Obrigatório		





definição de sistema de coordenadas plana UTM ou geográfica.	Obrigatório		
apresentação das coordenadas plana UTM ou geográfica do cursor de acordo com o sistema de coordenada definido.	Desejável		
coleta das coordenadas a partir de cliques sobre o mapa.	Desejável		
O campo de pesquisa deve ser robusto e inteligente, retornando prioritariamente os dados cadastrais disponíveis no sistema. Caso não haja registros correspondentes, a busca deve ser realizada na plataforma do Google para obter e exibir a geolocalização no mapa.	Obrigatório		
Possuir grid de coordenadas com a possibilidade de configurar os intervalos e a margem da grade, apresentando uma linha auxiliar de perpendicularidade em desenhos lineares e poligonais.	Desejável		
Ferramenta para navegação e visualização de nuvem de pontos em 3D.	Obrigatório		
Ferramenta que permiti ao usuário configurar a aparência (quantidade máxima de pontos, ângulo de visão, iluminação e plano de fundo).	Obrigatório		
Permitir realizar medições de distância dentro do ambiente de visualização 3d da nuvem de pontos.	Obrigatório		
Permitir realizar medições de altura dentro do ambiente de visualização 3d da nuvem de pontos.	Obrigatório		
Permitir Realizar medições de área dentro do ambiente de visualização 3d da nuvem de pontos.	Obrigatório		
Permitir Realizar medições de volume entre os pontos dentro do ambiente de visualização 3d da nuvem de pontos.	Obrigatório		
permitir mudança da representação visual entre RGB, Mostrar Intensidade, Elevação e Classificação (Quando a nuvem de pontos possuir classes).	Desejável		
Se tratando de nuvem de pontos classificada, o visualizador deve permitir realizar filtros sobre as classes existentes (Quando a nuvem de pontos possuir classes).	Desejável		
O sistema deve dispor de ferramenta para comparação de cenários, visualização simultânea (Swipe). Em aba única, uma linha auxiliar dividirá a tela em duas proporções igualitárias, possibilitando o ajuste pelo usuário. Ambos os cenários, a esquerda e a direita da tela, deverão comportar mapas e camadas, obrigatoriamente.	Desejável		
Possuir integração com o Google Street View.	Obrigatório		
Possuir visualizador de imagens 360° georreferenciadas.	Obrigatório		





Permitir baixar vista da imagem do visualizador 360°.	Obrigatório		
permitir em ambiente web a medição comprimento de atributos imagens por meio da utilização das imagens 360° georreferenciadas.	Obrigatório		
permitir em ambiente web a medição de altura de atributos imagens por meio da utilização das imagens 360° georreferenciadas.	Obrigatório		
permitir em ambiente web a medição de área quadrada de imagens atributos por meio da utilização das imagens 360° georreferenciadas.	Desejável		
permitir em ambiente web a medição de comprimento atributos de imagens por meio da utilização das imagens do Google Street View.	Obrigatório		
permitir em ambiente web a medição de altura de atributos de imagens por meio da utilização das imagens do Google Street View.	Obrigatório		
permitir em ambiente web a medição de área atributos de imagens por meio da utilização das imagens do Google Street View.	Desejável		
permitir fazer download da perspectiva de visualização da imagem 360° georreferenciada.	Obrigatório		
permitir georreferenciar pontos específicos utilizando imagem 360° retornando assim sua posição geográfica com informações de longitude latitude e altitude bem como suas coordenadas x,y,z.	Obrigatório		
permitir georreferenciar pontos específicos utilizando as imagens do Google Street View retornando assim sua posição geográfica com informações de longitude latitude e altitude bem como suas coordenadas x,y,z.	Obrigatório		
Permitir a visualização do perfil de elevação de um ou mais modelos digitais de elevação em janela acoplada no ambiente de visualização 3d da nuvem de pontos.	Obrigatório		
Permitir exibição no mapa do ponto superposto pelo cursor na janela do perfil no ambiente de visualização 3d da nuvem de pontos.	Desejável		
Permitir habilitar e desabilitar a visualização dos modelos altimétricos no ambiente de visualização 3d da nuvem de pontos.	Desejável		
Permitir ampliar região de interesse.	Desejável		
Permitir aplicar zoom no ambiente de visualização 3d da nuvem de pontos.	Desejável		
Permitir visualização do indicador geográfico do Norte, Sul, Leste e Oeste de forma dinâmica ao girar a nuvem de pontos no ambiente de visualização 3d.	Desejável		
Ferramenta de perfil do terreno: A partir de linha desenhada pelo usuário, sistema deverá fornecer gráfico representando altimetria do terreno.	Obrigatório		





Importar camadas de pontos de fotos 360°.	Obrigatório		
Visualizar as fotos 360° no navegador usando níveis de zoom e girar ao redor para a esquerda, direita, para cima e para baixo. Navegar pelas fotos 360° utilizando um mapa de localização.	Obrigatório		
Girar ao redor para a esquerda, direita, para cima e para baixo.	Desejável		
Navegar pelas fotos 360° utilizando um mapa de localização.J	Desejável		
Deve poder configurar um estilo padrão de visualização desta camada. Cor e espessura da borda para linha. Cor para ponto. Cor, espessura da linha, preenchimento e opacidade para polígono.	Desejável		
Permitir a visualização do perfil de elevação de um ou mais modelos digitais de elevação em janela acoplada	Obrigatório		
Permitir a exibição no mapa do ponto superposto pelo cursor na janela do perfil.	Desejável		
O sistema deve disponibilizar a funcionalidade de carregamento de dados georreferenciados no formato GeoJSON (JavaScript) para renderização em tela.	Obrigatório		
O sistema deve permitir sua visualização dinâmica sem a necessidade de persistência prévia no banco de dados.	Desejável		
Possuir tela de visualização dos problemas das vias públicas reportada pelos usuários do Waze.	Obrigatório		
Possuir ferramenta de indexação georreferenciada no sistema de ocorrências de buracos em vias reportados pelos usuários do waze com data e hora da indexação em tempo real.	Obrigatório		
Possuir ferramenta de indexação georreferenciada de ocorrências de acidente de trânsito em vias reportados pelos usuários do waze com data e hora da indexação em tempo real.	Obrigatório		
Possuir ferramenta de indexação georreferenciada de ocorrências de acidente de congestionamento de tráfego em vias coletadas pelos usuários do waze com data e hora da indexação em tempo real.	Obrigatório		
Possuir ferramenta de indexação georreferenciada de ocorrências de acidente de áreas inundadas em vias coletadas pelos usuários do waze com data e hora da indexação em tempo real.	Obrigatório		
Possuir ferramenta de indexação georreferenciada de ocorrências de acidente veículos parados no acostamento em vias coletadas pelos usuários do waze com data e hora da indexação em tempo real.	Obrigatório		





Possuir ferramenta de indexação georreferenciada de histórico das ocorrências reportados pelos usuários do waze com data e hora da indexação.	Desejável		
Possuir ferramenta de aviso para inserção previa com data e hora futura no waze de eventos pré-determinados (obras, manifestações, intervenções, etc) com a inclusão de rotas alternativas.	Desejável		
Possuir ferramenta de cálculo automático de numeração métrica dos lotes em relação ao logradouro pertencente à testada principal.	Obrigatório		
Possuir tela de visualização das sincronizações do aplicativo móvel do coletor trazendo consigo o usuário, data de sincronização, estado de sincronização e o endereço IP de acesso.	Obrigatório		
Permitir visualizar entidades cadastrais georreferenciadas nas imagens 360° e no mapa da base cartográfica.	Obrigatório		
Permitir visualizar dados tabulares das entidades cadastrais georreferenciadas nas imagens 360°.	Obrigatório		
Permitir alteração dos módulos de permissão dos métodos previamente inseridos no código fonte do sistema.	Obrigatório		
Permitir criação de camadas georreferenciadas adicionando imagens como substituição do vetor do tipo Point.	Obrigatório		
Permitir Cálculo volumétrico a partir do Modelo digital de superfície.	Obrigatório		
Visualizar camadas de imagens raster do projeto em formatos ECW.	Obrigatório		
Visualizar camadas de imagens raster do projeto em Formato GeoTiff.	Obrigatório		
Permite extrair relatórios em modelo JSON dos buracos reportados por motoristas da plataforma WAZE.	Desejável		
Permitir localizar objeto espacial pesquisado e visualizado na base cartográfica do município na imagem do Google Street View através da captura e compartilhamento automático das coordenadas do referido objeto espacial.	Desejável		
Permitir visualizar na base cartográfica (em cima da ortofotocarta e layers cadastrais) do município os buracos reportados em tempo real nas vias urbanas do município através da utilização do WAZE.	Obrigatório		
Permitir visualizar na base cartográfica do município (em cima da ortofotocarta e layers cadastrais) os engarrafamentos em tempo real com a média da velocidade da via dados coletados dos motoristas da plataforma WAZE.	Obrigatório		





Permitir visualizar na base cartográfica do município (em cima da ortofotocarta e layers cadastrais) os veículos parados no acostamento via dados coletados dos motoristas da plataforma WAZE.	Obrigatório		
Permitir visualizar na base cartográfica do município (em cima da ortofotocarta e layers cadastrais) as áreas inundadas via dados coletados dos motoristas da plataforma WAZE.	Obrigatório		
Permitir visualizar na base cartográfica do município (em cima da ortofotocarta e layers cadastrais) o policiamento via dados coletados dos motoristas da plataforma WAZE.	Obrigatório		
Permitir visualizar na base cartográfica do município (em cima da ortofotocarta e layers cadastrais) os acidentes de trânsito reportados via dados dos motoristas da plataforma WAZE.	Obrigatório		
Permitir armazenar dados temporários dos problemas de tráfego do município reportados dentro da plataforma WAZE.	Desejável		
Permitir gerar consultas geoespaciais dos itens de cadastro presentes no boletim de cadastro imobiliário (BCI) sem a necessidade de acesso ao banco de dados.	Desejável		
Permitir alterar modo de navegação da visualização em três dimensões do modelo digital de superfície (MDS).	Desejável		
Permitir fazer download da perspectiva de visualização das imagens 360 do Google Street View.	Obrigatório		
Possuir ferramenta de impressão pdf de notificação do contribuinte contendo imagem do imóvel, vetor georreferenciado e dados de construção atual e anterior.	Obrigatório		
Permitir cálculo automático de testadas dos lotes importados via carga em massa da quadra referente	Obrigatório		
Permitir vínculo automático de testada dos lotes importados via carga em massa da quadra referente.	Obrigatório		
O sistema deverá oferecer funcionalidade de traçado de rotas com base na interação do usuário por meio de cliques no mapa, permitindo a seleção dos pontos de origem e destino. Além disso, deverá possibilitar a busca e localização de endereços por meio de consultas textuais.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a inclusão de múltiplos pontos de parada no traçado de rotas, por meio de interação direta no mapa (clique do usuário) ou através de consultas textuais de endereços.	Obrigatório		
O sistema deverá calcular e exibir o tempo estimado de percurso e a distância total da rota traçada, considerando dois ou mais pontos, para os seguintes modos de transporte: automóvel, bicicleta, motocicleta e caminhada.	Obrigatório		





O sistema deverá permitir a exportação da rota traçada, incluindo as instruções de navegação (turn-by-turn), para integração e utilização em aplicativos móveis.	Obrigatório		
O sistema deverá exibir o modelo 3D da nuvem de pontos referente aos lotes selecionados, sobrepondo a representação vetorial da camada (layer) do lote diretamente sobre a nuvem de pontos, de forma georreferenciada.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir o vínculo automático e a visualização integrada de imagens 360° da testada do lote, garantindo seu posicionamento georreferenciado em relação à geometria do lote selecionado.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a visualização do croqui técnico contendo as camadas (layers) do lote, do logradouro e dos confrontantes, possibilitando a exibição das coordenadas georreferenciadas dos vértices do terreno, bem como das distâncias lineares entre esses vértices.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a simulação de eventos de enchente por meio da elevação progressiva do nível da camada d'água (camada marítima), em incrementos de um metro, com representação visual dinâmica da área inundada sobre o mapa.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a rotação do mapa pelo usuário, exibindo uma indicação do referencial norte durante a manipulação, e proporcionar a restauração automática da orientação do mapa para o norte verdadeiro ao acionar a função de "restaurar".	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a criação dinâmica, via ambiente web, de feições e camadas geoespaciais, sem a necessidade de inserção prévia de dados geoespaciais carregados, possibilitando a modelagem e edição direta no sistema.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a duplicação de feições desenhadas diretamente no ambiente web, sem a necessidade de carregar novos arquivos ou dados geoespaciais previamente desenhados.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir mover e rotacionar feições desenhadas diretamente no ambiente web, sem a necessidade de carregar novos arquivos ou dados geoespaciais previamente desenhados.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a seleção de feições pertencentes a uma camada específica, dentro de uma área delimitada por uma bounding box (bbox) no ambiente web, possibilitando consultas e manipulações espaciais precisas.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a alteração em tempo real da cor do layer da camada selecionada, sem necessidade de recarregamento da página (refresh) ou modificação direta no arquivo fonte do estilo do geoserviço, garantindo atualização instantânea da visualização.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a numeração automática de lotes a partir da seleção de um logradouro diretamente no mapa, identificando os lotes adjacentes e aplicando uma lógica sequencial de numeração conforme os parâmetros definidos.	Obrigatório		
O sistema deverá exibir a geolocalização dos engenhos publicitários previamente cadastrados, representando-os no mapa com seus respectivos pontos espaciais, e realizando automaticamente o vínculo e a exibição da imagem 360° associada a cada entidade.	Obrigatório		





O sistema deverá exibir, em um modal de visualização, todas as informações previamente cadastradas referentes aos engenhos publicitários, incluindo dados descritivos, localização, imagens vinculadas e quaisquer outros atributos associados à entidade.	Obrigatório		
O sistema deverá exibir os engenhos publicitários georreferenciados simultaneamente na base cartográfica (mapa) e na imagem 360°, apresentando as coordenadas espaciais completas (X, Y, Z) de sua localização.	Obrigatório		
O sistema deverá realizar o vínculo automático de uma imagem 360° a um lote, com base na análise da posição geoespacial do terreno e da identificação da testada do lote, assegurando que a imagem corresponda corretamente à sua respectiva localização.	Obrigatório		
O sistema deverá geolocalizar, no mapa, qualquer feição resultante de um filtro aplicado sobre uma camada, centralizando automaticamente a visualização na posição geoespacial da feição selecionada.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a criação dinâmica de novas camadas a partir de arquivos GeoJSON fornecidos pelo usuário, com a possibilidade de definir a simbologia da camada utilizando estilos simples (único símbolo) ou categorizados com base em atributos específicos.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a alteração das cores e do estilo de representação das categorias de uma camada, com visualização em tempo real das modificações aplicadas, garantindo uma experiência interativa e responsiva na personalização da simbologia.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a criação de novos protocolos ou processos administrativos, contemplando a inserção das seguintes informações obrigatórias: inscrição imobiliária, dados do proprietário (nome e CPF/CNPJ), tipo do processo, título do processo, bairro de referência e descrição detalhada do motivo da solicitação.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a consulta de processos com base em múltiplos critérios de filtragem, incluindo: número/ano do processo, tipo de processo, inscrição imobiliária, analista responsável, período de entrada, status do processo, nome do requerente, CPF/CNPJ do requerente, bairro de referência e departamento responsável.	Obrigatório		
A funcionalidade de consulta de processos deverá retornar uma lista contendo os principais dados relacionados aos critérios de busca, apresentando, de forma resumida, o número do processo, tipo, status e título de cada item listado.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a criação e gestão de grupos organizacionais vinculados a departamentos ou setores específicos, possibilitando a associação de usuários conforme sua alocação institucional.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a designação de um supervisor por grupo ou departamento, com permissões para realizar a análise e o acompanhamento das atividades dos usuários vinculados, viabilizando o microgerenciamento das ações e responsabilidades dentro da estrutura organizacional.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a criação de usuários sem limitação de quantidade, garantindo a flexibilidade na gestão de acessos conforme a demanda institucional.	Obrigatório		





sistema deverá permitir a criação de grupos sem limitação de quantidade, garantindo a flexibilidade na gestão de acessos conforme a demanda institucional.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a consulta de usuários cadastrados com base nos seguintes critérios de filtragem: nome, CPF, grupo ou departamento vinculado e endereço de e-mail.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a alternância entre os temas claro (light mode) e escuro (dark mode), aplicando a atualização da interface de forma dinâmica e em tempo real, sem a necessidade de recarregamento da página.	Obrigatório		
O sistema deverá exibir notificações referentes a processos vinculados ao departamento do usuário, incluindo um indicativo numérico (hint) que represente a quantidade de notificações pendentes ou não visualizadas.	Obrigatório		
O sistema deverá exibir a quantidade total de notificações não visualizadas por todos os usuários, permitindo o acompanhamento global do volume de alertas pendentes no ambiente administrativo.	Obrigatório		
O sistema deverá possibilitar a criação e configuração dinâmica de tipos de processos pelo usuário administrador, sem a necessidade de alterações no código-fonte ou intervenção técnica direta.	Obrigatório		
O sistema deverá ser implementado como uma Aplicação Web Progressiva (PWA), garantindo que possa ser instalada e executada diretamente em dispositivos móveis iOS e Android sem a necessidade de distribuição ou aprovação nas lojas oficiais de aplicativos (App Store e Google Play). Essa abordagem elimina a dependência de apps nativos, proporcionando atualização automática, menor custo de manutenção e acesso imediato via navegador.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a criação e configuração dinâmica das etapas associadas aos tipos de processos, possibilitando alterações e adições sem a necessidade de modificar o código-fonte.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a criação dinâmica e individualizada dos fluxos de processos para cada etapa, incluindo a definição das permissões de transferência entre departamentos, sem necessidade de alterações no código-fonte.	Obrigatório		
O sistema deverá integrar um mecanismo de pré-carregamento de conteúdo HTML que realize o fetch antecipado dos recursos das páginas ao detectar a passagem do cursor sobre links favorecendo uma experiência de usuário mais ágil e eficiente.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a visualização detalhada de cada processo, apresentando informações como status atual, departamento responsável, data e hora de criação, além das inscrições imobiliárias vinculadas ao processo.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a geração e impressão do processo em formato A4, seguindo as normas da ABNT aplicáveis, consolidando em um único documento de saída: os dados do processo, os pareceres emitidos, o histórico de tramitação e os documentos anexados ao processo, nos formatos PNG, JPEG e PDF.	Obrigatório		





A geração e impressão do processo deverá, quando incluir o histórico de tramitação ou pareceres, preservar a identidade dos servidores envolvidos, exibindo apenas a função ou setor responsável pelas alterações, sem expor nomes de usuários. Essa medida visa garantir a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos servidores públicos.	Obrigatório		
O histórico impresso do processo deverá exibir, para cada registro, as seguintes informações: tipo de evento, descrição da ação realizada, detalhes da alteração efetuada e a data e hora correspondentes.	Obrigatório		
A impressão do processo deverá incluir, obrigatoriamente, a logomarca da instituição (cliente), um QR Code que direcione para a visualização do processo via aplicativo PWA, além do nome do usuário responsável pela emissão do documento, acompanhado da data e hora da impressão.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a inserção de pareceres técnicos associados a um processo, com suporte à formatação de texto enriquecido, incluindo o uso de caracteres alfanuméricos com negrito, itálico, tachado (riscado) e hiperlinks.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a inserção de pareceres técnicos com a possibilidade de anexar documentos complementares e incluir imagens (fotos) diretamente no corpo do texto do parecer, garantindo a formatação e o posicionamento adequado desses elementos no conteúdo.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a visualização dos pareceres técnicos vinculados a processos apensados, sempre que um processo principal estiver sendo consultado, garantindo o acesso consolidado às informações relacionadas.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a visualização dos documentos anexos vinculados a processos apensados, sempre que um processo principal estiver sendo consultado, garantindo o acesso consolidado às informações relacionadas.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a visualização dos processos apensados ao processo consultado, exibindo suas informações básicas e garantindo a navegação entre eles de forma integrada.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a tramitação de processos para setores ou analistas, conforme as regras definidas no fluxo processual previamente configurado, garantindo a obediência à sequência lógica e hierárquica estabelecida.	Obrigatório		
O sistema deverá, obrigatoriamente, exigir a emissão de um parecer técnico como condição para a tramitação de qualquer processo entre setores ou analistas, garantindo o registro formal da análise em cada etapa do fluxo.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a tramitação de um processo apenas quando ele estiver devidamente alocado ao setor ou analista responsável no momento da tentativa de envio, garantindo o controle de posse e a integridade do fluxo processual.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir o anexo de documentos relacionados aos processos, exigindo a inclusão obrigatória de uma descrição detalhada para cada arquivo anexado, a fim de garantir a correta identificação e organização dos documentos.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a reversão (desfazer) do apensamento de processos exclusivamente por funcionários pertencentes ao grupo atualmente	Obrigatório		





responsável pelo processo, garantindo controle de acesso e integridade das operações.			
Possibilitar troca de informações entre o analista da Entidade e o contribuinte por iniciativa de ambos, sem que o contribuinte saiba quem é o analista responsável, mantendo histórico inalterável das etapas e anexos.	Obrigatório		
O fluxo do processo deverá ser pré-determinado para cada tipo de processo. Ao ser concluída qualquer etapa, o sistema deverá passar para a etapa subsequente sem que o usuário precise direcionar para quem ou para qual setor deverá o processo ser encaminhado.	Obrigatório		
Deve permitir que o vistoriador selecione o processo a ser vistoriado e isso lhe permita visualizar todo o histórico, visualizando os projetos aprovados, alvarás emitidos, fotos, embargos, notificações, intimações, etc.	Obrigatório		
O sistema deverá permitir a impressão dos pareceres técnicos cadastrados no processo utilizando um timbrado pré-definido, gerando documentos oficiais de parecer técnico conforme o padrão institucional estabelecido.	Obrigatório		
O sistema deverá integrar um módulo de chat com inteligência artificial treinada exclusivamente com documentos oficiais fornecidos pelo cliente, garantindo que as respostas geradas sejam restritas às informações contidas nos referidos documentos, assegurando precisão e conformidade.	Obrigatório		
No módulo de chat com inteligência artificial, o sistema deverá fornecer, junto as respostas, a referência ou fonte dos dados utilizados, indicando claramente os documentos oficiais previamente disponibilizados que embasam as informações fornecidas.	Obrigatório		
No módulo de chat com inteligência artificial, o sistema deverá permitir o download dos arquivos-fonte utilizados para o treinamento do modelo, possibilitando o acesso direto às informações base que fundamentam as respostas fornecidas pela IA.	Obrigatório		
O sistema deverá incorporar um módulo de Business Intelligence (BI) para visualização e análise dos tipos de processos em andamento, permitindo a geração de relatórios gráficos e tabelares que facilitem o acompanhamento e tomada de decisão.	Obrigatório		
O sistema deverá disponibilizar um dashboard de Business Intelligence (BI) dinâmico e em tempo real, apresentando a distribuição e o status atual dos processos, permitindo a atualização instantânea dos dados para suporte à tomada de decisão.	Obrigatório		
O sistema deverá conter um dashboard de Business Intelligence (BI) que permita a visualização dinâmica das entradas e saídas de processos por mês, evidenciando métricas relacionadas à velocidade e eficiência na execução dos processos.	Obrigatório		
O sistema deverá, de forma dinâmica e automática, identificar e excluir do dashboard de processos por setor aqueles setores responsáveis que não possuam processos ativos, aprimorando a filtragem e a clareza na visualização do escopo.	Obrigatório		
O sistema deverá garantir que as cores do dashboard sejam atualizadas automaticamente sempre que a página for recarregada ou atualizada (refresh), assegurando a correta representação visual dos dados conforme o estado mais recente.	Obrigatório		





O sistema deverá disponibilizar um botão para download dos gráficos exibidos no dashboard, permitindo a exportação dos mesmos em formatos compatíveis para utilização em apresentações e outros softwares.	Obrigatório		
Possui implantadas e consolidadas as regras topológicas que otimizam a entrada de dados e minimizam o retrabalho de edição.	Obrigatório		
Possui regras de consistência de entrada de dados.	Obrigatório		
Possui sincronização através de protocolo HTTP com o Sistema para otimizar a entrada/descarga de dados	Obrigatório		
Controla câmera fotográfica integrada. As imagens são correlacionadas automaticamente com as entidades cadastradas.	Obrigatório		
Possui base de dados local em formato compatível com Database SQLite, integrável com os bancos de dados utilizados pelo Sistema.	Obrigatório		
Possui roteiro de coleta de dados customizável e adaptado ao BIC em uso pela Prefeitura que não permite a entrada/registro de dados inconsistentes.	Obrigatório		
Possui ferramentas de edição cartográfica (criação/edição de pontos, linhas e polígonos georreferenciados com seus respectivos atributos).	Obrigatório		
Possui ferramenta para desconto automático de beirais a partir dos polígonos construtivos previamente delimitados. Deverá ao final da operação de edição de beirais, resguardar o polígono original e criar um novo polígono (em layer específico) para a área edificada tributável.	Obrigatório		
Faz a gestão dos membros de equipe.	Obrigatório		
Distribui ordens de serviço delegadas para cada membro/equipe com histórico e relatório dos atendimentos/visitas.	Obrigatório		
Controla as visitas e revisitas, com validação geográfica da visita mesmo quando o morador/ocupante/proprietário está ausente.	Obrigatório		
Possui ferramentas para a qualificação/controle de qualidade do serviço executado em campo.	Obrigatório		
Possui gerador de relatórios de produtividade por cadastrador.	Obrigatório		
Possui gerador de relatórios de produtividade por período determinado.	Obrigatório		
Possui gerador de relatórios de produtividade por atividade.	Obrigatório		
Possui ferramenta para aprovação final pela prefeitura dos dados coletados, e atualização automática dos dados na base de produção.	Obrigatório		





Possui funcionalidade de bloqueio de alteração dos dados na base principal durante a fase de coleta e processamento dos dados.	Obrigatório		
Permite usuário visualizar sua localização geográfica na tela do aparelho.	Obrigatório		
Permite registro de fotos georreferenciadas dos logradouros pré cadastrados na coleta.	Obrigatório		

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1) Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:

1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

1.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. DOS RECURSOS

10.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

10.1.1. recurso hierárquico em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) extinção do contrato (caso firmado), quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

10.1.2. pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

10.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

10.2.1.1. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

10.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

10.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso (03 dias úteis) e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

10.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

10.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

10.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail licitacao@pmsj.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.5.1. A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

10.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

10.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. PREÇO, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

12.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc..., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

12.3 As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da seguinte programação financeira:

Informamos a classificação programática da despesa solicitada no presente processo, em conformidade com a Lei nº 1015/2025, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO / U. O	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO
06- SECAF 0601- SECAF	04	126	0002	2008	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Salientamos que a viabilidade da dotação orçamentária será verificada no momento da formalização do contrato e/ou da emissão do empenho.

12.4. Os pagamentos serão efetuados, **no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, de acordo com o recebimento, conferência e **aceite dos serviços efetivamente prestados**, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela empresa no plano de trabalho, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha com o quantitativo de itens realizados e relatórios detalhados.**
- Após a verificação de conformidade dos serviços entregues e não havendo ressalvas, o Fiscal emitirá o parecer aprovando os serviços realizados, no qual emitirá a autorização de medição e apresentação das notas fiscais para pagamento para o devido empenho.**
- Caso haja correções nos produtos apresentados, o contratado deverá atender as especificações definidas, devolvendo ao fiscal do contrato para nova avaliação verificação de conformidade.**

12.4.1. A nota fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do Contratado;

12.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

12.4.3. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

12.4.4. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

12.4.5. No caso de empresa em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

12.4.6. No caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

12.4.7. A não apresentação das comprovações acima assegura à Prefeitura o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

12.5. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do Fornecedor junto aos órgãos fazendários e Trabalhistas, todos mediante consultas "on line".



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





12.6. O valor da Ata de Registro de Preços poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

12.7. Os quantitativos inicialmente registrados na Ata de Registro de Preços, poderão ser mantidos os mesmos ou ajustados conforme nova avaliação de demanda, em consonância o planejamento da gestão pública, observando as condições orçamentárias e administrativas vigentes.

12.8. A renovação é condicionada a observância de alguns critérios, ou seja, a comprovação da manutenção de preço vantajoso para a Administração pública e celebrada por termo aditivo dentro do prazo da sua vigência.

12.9. Havendo prorrogação da Ata, quando couber, poderá a Empresa Contratada pleitear o reajuste, considerando o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) aferido por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

12.10. Quanto à renovação, será observada a reposição integral do quantitativo da ata, sem somatória com eventuais saldos remanescentes de exercícios anteriores.

12.11. A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços que terá o prazo de vigência de **12 (doze) meses** podendo contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovado que o preço é mais vantajoso, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. A divulgação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia/vigência.

13.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todo(s) o(s) item (s)/item (ns) constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(s)/item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.6. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços, quando possível, serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

13.6.1. O disposto no item 13.6 observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional publicado pela União.

13.7. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.





13.8. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.8.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.8.2. Na hipótese prevista no item 13.8.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 13.10.

13.8.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº. 714/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

13.8.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal nº. 714/2023.

13.9. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso

13.9.1. Para fins do disposto no item 13.9, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.9.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 13.10, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

13.9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 13.9.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 14.3.

13.9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 13.11, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.9.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 13.9 e 13.9.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.9.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

13.10. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 13.10.2; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10.1. Na hipótese prevista no inciso IV do **item 13.10**, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.10.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 13.10 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.0.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.11. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 13.9.3 e no item 13.9.4.

13.12. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.





13.12.1. O remanejamento de que trata o item 13.12 somente será feito:

- I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

13.12.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 13.12.

13.12.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os seguintes limites:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

13.12.4 Para fins do disposto no item 13.12, competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

13.12.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

13.12.6 Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no item 13.12.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

13.13. A contratação com os fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de emissão de nota de empenho de despesa, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, ou na legislação local.

13.13.1. Os instrumentos de que trata o item 13.13 serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços, ainda que postergada sua vigência

13.14. O **gerenciamento** e **Fiscalização** da Ata de Registro de Preços e das Notas de Empenho de Despesas resultantes da presente licitação será feito na seguinte forma:

FISCAL:

NOME: Júlio Éder Da Silva Fernandes
MAT. N°: 9111

GESTOR:

NOME: Máira Eduarda Dos Santos Silva
MAT. N°: 22658

FISCAL - SUBSTITUTO:

NOME: Anderson Sá Bitencourt Laudano
MAT. N°: 7706

GESTOR - SUBSTITUTO:

NOME: Jessica Carvalho Bittencourt Laudano
MAT. N°: 8774

13.16. A Prefeitura de Mata de São João, através da **Comissão Especial**, providenciará por sua conta, a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços celebrada, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.1.3. Os licitantes que forem aderir ao cadastro reserva tem o prazo máximo de 10 minutos para manifestar e 02h (duas) horas para envio de toda a documentação.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
- www.matadesaojoao.ba.gov.br





14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15 – FORMALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

15.1. A **Comissão Especial** da Secretaria Gerenciadora será a responsável por formalizar a contratação dos fornecedores registrados, por emissão de Nota de Empenho de Despesa, conforme o disposto no art. 34 do Decreto Municipal nº. 714/2023.

15.2. A(s) Nota(s) de Empenho de Despesa a ser(em) emitidas(s) deverá(ão), decorrentes da presente licitação, obedecerá(ão) o prazo de vigência da Ata de Sistema de Registro de Preços, oriunda da presente licitação e às determinações prevista no Art.84 da Lei Nº 14.133/2021.

15.3. O licitante Vencedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da **Comissão Especial** para retirar a(s) Nota(s) de Empenho de Despesa, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.

15.3.1. Para retirar a Nota de Empenho de Despesa, em atendimento ao determinado na legislação específica, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- c) prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT); e
- d) Nota Fiscal / Fatura correspondente ao relacionado na Nota de Empenho de Despesa, observadas as condições constantes na Ata de Registro de Preços.
- e) para o caso de empresas em recuperação judicial: apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- f) para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

15.3.2. A não manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital, **que será verificada por meio de novas consultas a todas as certidões**, a fim de obter as mais atualizadas, **à época da emissão da Nota de Empenho recusa em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a Nota de Empenho, implicará decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, facultando à Administração **chamar a próxima licitante melhor classificada, para a assinatura da Ata de Registro de Preços e a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação**, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

16.1. Prazo de Execução dos Serviços: O prazo de execução dos serviços será indicado em cada Ordem de Serviço.

16.2. Local da entrega: Os serviços ocorrerão ou poderão ocorrer em todo o território do Município de Mata de São João.

16.3. O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo eles:

- a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;





b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.3.1. Caso seja constatado que a prestação dos serviços e fornecimento dos materiais apresentem irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital, eles serão rejeitados, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar que sejam refeitos e/ou corrigidos, no prazo de 01 (dia) corrido contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3.2. Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.3.3. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 01 (dia) corrido, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

16.3.4. O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no ANEXO I, verificadas posteriormente.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA:

- Executar os serviços contratados com **zelo, eficiência e qualidade**, observando as condições estabelecidas no edital, termo de referência, Ata de Registro de Preços e proposta apresentada.
- Cumprir rigorosamente os **prazos, cronogramas e ordens de serviço** definidos pela Administração.
- Disponibilizar **mão de obra qualificada**, em quantidade suficiente, bem como os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à adequada execução dos serviços.
- Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços as **condições de habilitação e qualificação** exigidas no procedimento licitatório.
- Responsabilizar-se integralmente por **todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos** decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços, não gerando qualquer vínculo empregatício com a Administração.
- Atender prontamente às **solicitações, orientações e determinações da fiscalização da Ata de Registro de Preços**, prestando os esclarecimentos solicitados.
- Corrigir, **sem ônus adicional para a Administração**, quaisquer falhas, vícios, irregularidades ou serviços executados em desacordo com o contratado.
- Responder por **danos causados à Administração ou a terceiros**, decorrentes de ação ou omissão na execução dos serviços.
- Observar e cumprir a **legislação vigente**, inclusive normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional, meio ambiente e demais disposições legais aplicáveis.
- Não transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços
- Manter **sigilo e confidencialidade** sobre informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual.
- Facilitar o acesso da fiscalização da Administração aos locais de execução e aos documentos relacionados a Ata de Registro de Preços
- Comunicar formalmente à Administração qualquer fato superveniente que possa **prejudicar, atrasar ou impedir** a execução dos serviços.
- Cumprir integralmente as **cláusulas da Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de inadimplemento.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

18.1.3. não firmar a Ata e Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar a Ata e Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração.

18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

18.1.5. fraudar a licitação.

18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata e Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.13. A multa, no âmbito da Ata de Registro de Preços, poderá ser:

Resguardados os procedimentos legais pertinentes, a Prefeitura Municipal aplicará penalidade (s) a contratada conforme a seguir:

- multa por inadimplemento de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência.





- multa por inadimplemento de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.
- multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

a. O valor das multas aplicadas, após regular o processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

b. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

- ✓ Suspensão temporária:
- ✓ Proibição de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, em casos de descumprimento grave da obrigação ou ocorrência de fraude.
- ✓ Declaração de Inidoneidade:
- ✓ Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em hipóteses de extrema gravidade, como a prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, declaração falsa ou inexecução contratual que cause grave prejuízo ao interesse público.
- ✓ Rescisão unilateral:
- ✓ Conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por inadimplemento que inviabilize a continuidade da execução contratual ou por infrações graves que comprometam a segurança e a qualidade do serviço.
- ✓ Indenização por perdas e danos:
- ✓ A CONTRATADA responderá por todos os prejuízos diretos ou indiretos causados à Administração Pública Municipal, incluindo, mas não se limitando a: custos com nova contratação emergencial de serviços, prejuízos decorrentes da paralisação ou interrupção de serviços públicos essenciais, e o custo do refazimento de etapas mal executadas ou refugo de materiais aplicados. O dever de indenizar é independente das multas aplicadas.

18.14. Poderá a Prefeitura Municipal de Mata de São João reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.

18.15. Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na entrega do objeto advir de caso fortuito ou fatos supervenientes.

18.16. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18.17. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

18.18. As sanções mencionadas no presente Edital se aplicam também às Atas de Registros de Preços, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 257 de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre o rito de aplicação de penalidades, *in verbis*:

ART. 51. OS PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS POR ESTE DECRETO APLICAM-SE ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DELA DECORRENTES, ADAPTANDO-SE A NOMENCLATURA DE RESCISÃO POR EXCLUSÃO DE ATA.

18.19. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

18.20. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

18.21. Para o rito de aplicação das penalidades deverá ser observado o Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024.

18.22. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.23. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





18.24. O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará ao contratado a multa de mora.

18.25. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas conforme lei federal nº 14.133/2021.

19. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico www.gov.br/compras, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública de abertura do certame.

19.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

19.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial desta prefeitura.

20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 20.11.1.** ANEXO I – Planilha de Referência
- 20.11.2.** ANEXO II – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta
- 20.11.3.** ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Mata de São João, 27 de maio de 2026.

THAIS RODRIGUES SOARES
Coordenadora de Processos Licitatórios





ANEXO I
PLANILHA DE REFERÊNCIA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviço técnico especializado de levantamento aerofotogramétrico digital, com licenciamento e implantação de software como serviço (SAAS) de gestão do cadastro territorial multifinalitário em ambiente web, mobile e server, com serviços de implantação, parametrização, configuração, carga de dados, treinamento (presencial e ead) e suporte técnico, e manutenção continuada (corretiva, adaptativa e evolutiva) para a modernização administrativa do município.

LOTE ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MAXIMA	QTD MINIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	PLANO DE TRABALHO					R\$ 50.000,00
1	Trabalhos e estudos preliminares. Planejamento geral detalhado das atividades do projeto;	Serviço	1	1	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
	ELABORAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA E DADOS GEOESPACIAIS					R\$ 3.061.500,00
2	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas da área urbana e Perfilamento a Laser para geração de Curvas de Nível juntamente com rede de referência cadastral e apoio de campo	km²	200	1	R\$ 3.000,00	R\$ 600.000,00
3	Geração de OrtofotoCartas digitais coloridas na escala de 1:1.000 da área urbana	km²	200	1	R\$ 1.000,00	R\$ 200.000,00
4	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital, na escala 1:1.000	km²	200	1	R\$ 4.620,00	R\$ 924.000,00
5	Levantamento in loco para a medição das unidades imobiliárias	Und. Imob.	5000	1	R\$ 88,00	R\$ 440.000,00
6	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias	Und. Imob.	40000	1	R\$ 10,00	R\$ 400.000,00
7	Coleta de Imagem Digital das unidades imobiliárias através de imageamento terrestre 360º	km	350	1	R\$ 850,00	R\$ 297.500,00
8	Compatibilização e Adequação de dados multifinalitários para formação da base de dados geográficos do Cadastro Técnico Multifinalitário Ctm com atualização do Cadastro Imobiliário Municipal.	km²	200	1	R\$ 1.000,00	R\$ 200.000,00
	SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS) DE GESTÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO EM AMBIENTE WEB, MOBILE E SERVER					R\$ 681.000,00
9	Locação de solução como serviço (SaaS) na web, server e mobile com cessão temporária de direito de uso da licença, por prazo determinado da solução para gestão do cadastro técnico territorial multifinalitário e Monitoramento do Cadastro Imobiliário, Logradouros e Plano Diretor, com fornecimento de licença e Hospedagem em Nuvem, serviço de Help-Desk, Suporte e Manutenção.	Mês	12	1	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00
10	Treinamentos e conversão da Base de Dados tributária, do plano diretor, cadastro imobiliário e de	Mês	12	1	R\$ 5.500,00	R\$ 66.000,00





	logradouro para o sistema de informações geográficas Corporativo					
11	Serviço de Customização, Manutenção e Atualização tecnológicas do Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo, aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário, de logradouros e plano diretor.	H	300	1	R\$ 450,00	R\$ 135.000,00
ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS						R\$ 600.000,00
12	Projeto de numeração predial e preparação para codificação postal	Und. Imob.	40000	1	R\$ 9,00	R\$ 360.000,00
13	Planta Genérica de Valores (PGV)	Und. Imob.	40000	1	R\$ 6,00	R\$ 240.000,00
VALOR TOTAL (Quatro milhões, trezentos e noventa e dois mil e quinhentos reais)						R\$ 4.392.500,00

Apresentar juntamente a sua proposta de preço uma planilha de todos os custos envolvendo o referido serviço, conforme **modelo** de tabela abaixo:

Descrição	PERCENTUAL
SERVIÇOS/ MÃO DE OBRA	
MATERIAIS DE CONSUMO/ INSUMOS	
EQUIPAMENTOS	
FRETE	
TRIBUTOS	
OUTROS *	
PERCENTUAL TOTAL	100%

PROPONENTE:
DADOS DA PROPONENTE:
Nome:
Razão Social:
Endereço Completo
Telefone/ fax/e-mail:

Assinado por 1 pessoa: THAÍS RODRIGUES SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/0381-1C78-9924-38CE> e informe o código 0381-1C78-9924-38CE





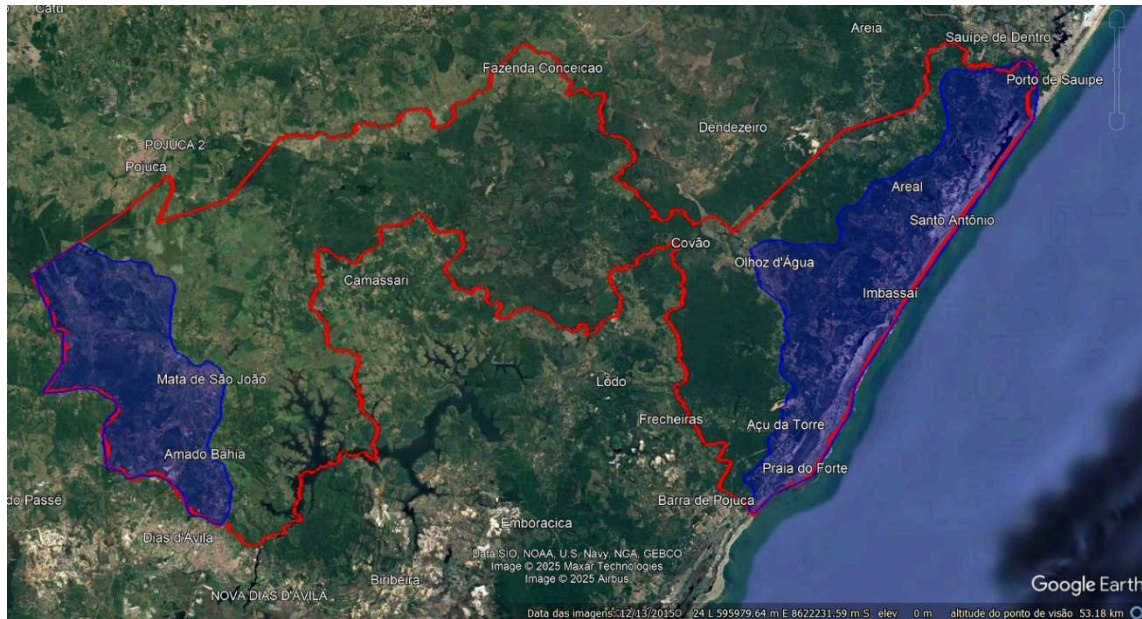
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço técnico especializado de levantamento aerofotogramétrico digital, com licenciamento e implantação de software como serviço (saas) de gestão do cadastro territorial multifuncional em ambiente web, mobile e server, com serviços de implantação, parametrização, configuração, carga de dados, treinamento (presencial e ead) e suporte técnico, e manutenção continuada (corretiva, adaptativa e evolutiva) para a modernização administrativa do município.

DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Corresponde à área urbanizada do **Município de Mata de São João - BA**, com 200km², conforme destaque em azul na figura abaixo:



DOS SERVIÇOS

Os serviços em questão serão executados através de ATA DE REGISTRO DE PREÇO, apresentando os seguintes itens.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MAXIMA
1.0	PLANO DE TRABALHO		
1	Plano de Trabalho e estudos preliminares. Planejamento geral detalhado das atividades do projeto.	Serviço	1
2.0	ELABORAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA E DADOS GEOESPACIAIS		
2.1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas da área urbana e Perfilamento a Laser para geração de Curvas de Nível juntamente com rede de referência cadastral e apoio de campo.	Km ²	200
2.2	Geração de OrtofotoCartas digitais coloridas na escala de 1:1.000 da área urbana.	Km ²	200
2.3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital, na escala 1:1.000.	Km ²	200
2.4	Levantamento in loco para a medição das unidades imobiliárias.	Und imob	5.000



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





2.5	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias.	Und imob	40.000
2.6	Coleta de Imagem Digital das unidades imobiliárias através de imageamento terrestre 360°.	km	350
2.7	Compatibilização e Adequação de dados multifinalitários para formação da base de dados geográficos do Cadastro Técnico Multifinalitário Ctm com atualização do Cadastro Imobiliário Municipal.	Km²	200
3.0	LOCAÇÃO DE SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS) DE GESTÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO EM AMBIENTE WEB, MOBILE E SERVER		
3.1	Locação de solução como serviço (SaaS) na web, server e mobile com cessão temporária de direito de uso da licença, por prazo determinado da solução para gestão do cadastro técnico territorial multifinalitário e Monitoramento do Cadastro Imobiliário, Logradouros e Plano Diretor, com fornecimento de licença e Hospedagem em Nuvem, serviço de Help-Desk, Suporte e Manutenção.	Mês	12
3.2	Treinamentos e capacitação dos servidores para utilização do SIG, Software de Serviços e lançamento de informações imobiliárias.	horas	300
3.3	Serviço de Customização, Manutenção e Atualização tecnológicas do Sistema de Informações Geográficas (SIG), aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário, de logradouros e plano diretor.	horas	300
4.0	ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS		
4.1	Projeto de numeração predial e preparação para codificação postal	Unid imob	40.000
4.2	Planta Genérica de Valores (PGV)	Unid imob	40.000

1.0 PLANO DE TRABALHO

1.1 Plano de Trabalho e estudos preliminares. Planejamento geral detalhado das atividades do projeto.

Após a emissão da Ordem de Serviço, a empresa deverá providenciar a Mobilização das equipes para realização das etapas de aerolevantamento, apoio de campo e elaboração do plano de trabalho que deverá detalhar a metodologia de desenvolvimento e o modelo de gerenciamento dos serviços a serem realizados no município, levando em consideração diversos aspectos.

Primeiramente, a metodologia de desenvolvimento deve estar alinhada com as especificações técnicas deste Termo e as normas técnicas aplicáveis.

As especificações deverão estar conforme os requisitos do Termo, contendo os seguintes tópicos:

- Cronograma físico financeiro de Execução dos Serviços: detalhamento do cronograma com todas as atividades a serem desenvolvidas e seus respectivos prazos de duração, compatíveis com os prazos e disponibilidade financeira estabelecidos pela Contratante, numa sequência que considere as relações de precedência e dependência entre atividades.
- O cronograma deverá apresentar os marcos do projeto e definir a data das entregas de produtos intermediários e finais para cada atividade do projeto.
- Descrição da metodologia e parâmetros a serem usados no trabalho;
- Plano de execução dos serviços.
- Detalhamento técnico do recobrimento aerofotogramétrico com a descrição dos equipamentos a serem utilizados, escala do voo, área a ser coberta, áreas prioritárias dentre outras informações pertinentes à área técnica.
- Modelos de relatórios que serão apresentados durante o serviço de levantamento em campo;
- Processo de comunicação (comunicação formal - troca de correspondência e entrega de serviço);
- Cronograma de reuniões presenciais e/ou online: estabelecer frequência mínima a fim de acompanhamento das atividades desenvolvidas ou avaliação de eventuais ajustes de cronograma ou escopo;
- Transferência de Conhecimento (capacitação técnica): detalhamento do plano de capacitações definido em comum acordo com a Contratante. Deve ser apresentado o cronograma de capacitação, as ementas dos cursos e infraestrutura necessária para as execuções presenciais e online das capacitações
- Definição de cronograma, carga horária e ementa dos treinamentos.
- Plano de gerenciamento de riscos.

Além disso, o modelo de gerenciamento dos serviços deve estar em conformidade com os princípios do PMI – Project Management Institute, descrevendo um modelo de gestão que permita o acompanhamento, controle e validação tanto pela CONTRATADA quanto pela CONTRATANTE, quando necessário. Isso deve incluir procedimentos propostos para a comunicação e formalização de decisões entre as partes, os principais pontos de controle interno da qualidade dos serviços, a garantia oferecida sobre os produtos entregues e a capacitação dos usuários dos produtos.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





A entrega do Plano de Trabalho deverá ser feita após a apresentação e aprovação da contratada, contemplando, se existentes, as alterações solicitadas, em formato digital (PDF).

2.0 ELABORAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA E DADOS GEOESPACIAIS

2.1 Cobertura Aerofotogramétrica e Perfilamento a Laser (LiDAR) com apoio de campo

A cobertura aerofotogramétrica e o perfilamento a laser (LiDAR) com apoio de campo constituem um conjunto de técnicas avançadas para mapeamento e levantamento topográfico de alta precisão. Por meio da utilização de aeronaves equipadas com sensores ópticos e a laser, é possível gerar imagens aéreas de alta resolução e nuvens de pontos tridimensionais, permitindo a representação detalhada do relevo, da vegetação e de estruturas construídas.

2.1.1 Cobertura aerofotogramétrica digital

A cobertura aerofotogramétrica digital para geração do mapeamento na escala 1:5.000 com GSD de 08 cm ou melhor, deverá ser executada utilizando câmera aerofotogramétrica digital, de modo a adquirir imagens em RGB, adequadas para geração de Ortofotos e deverá estar de acordo com o Padrão de Exatidão Cartográfica – PEC/PCD Classe A, com base no Decreto nº 89.817 de 20 de Junho de 1984, Especificação Técnica para a Estruturação de dados Geoespaciais Vetoriais (ET-ADGV) versão atual e NBR 13.133/1994 (ABNT, 1994).

Nesta etapa deverá ser obtida a autorização de aerolevantamento, a ser solicitada ao Ministério da Defesa.

A empresa vencedora deverá comprovar previamente a inscrição junto ao Ministério da Defesa na categoria A, como empresa especializada para execução de serviços de aerolevantamento, para as etapas de execução da cobertura aerofotogramétrica e seu processamento.

Deverá ser mobilizada toda a infraestrutura, inclusive aeronave e equipes para o desenvolvimento dos trabalhos.

Os equipamentos a serem utilizados na execução da cobertura aerofotogramétrica deverão satisfazer, no mínimo, as seguintes condições:

I - A Aeronave deverá:

- Estar devidamente adaptada e homologada para execução da Cobertura Aerofotogramétrica, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do voo a realizar;
- Possuir sistema GPS para a orientação da aeronave de acordo com o plano de voo;
- Estar equipada com câmera aerofotogramétrica digital com todos os acessórios, para promover resultados conforme especificado neste Termo de Referência;
- Estar equipada com o planejamento do voo em meio digital;
- Possuir sistema inercial (IMU) e GPS integrado à câmera e aeronave para registros dos dados de atitude da câmera e aeronave;
- Possuir instalações de antena GPS e IMU integrados a câmera para voo apoiado;
- Possuir sistema de gerenciamento, registro e armazenamento dos dados do voo;
- Estar equipada com sistema de gerenciamento de voo (FMS).

II - A câmera aerofotogramétrica digital deverá:

- Possuir resolução geométrica de 100 MP (Megapixel) ou mais. Possuir resolução espectral que atenda o intervalo da faixa do visível;
 - Possuir dispositivos eletrônicos para o gerenciamento e controle da câmera para manter a conformidade da cobertura aérea do objeto do trabalho;
 - Ser dotada com dispositivo para correção do arrasto da imagem, tipo FMC (Forward Motion Compensation), mecânico ou digital;
- Deverá ser dada atenção especial em áreas altamente verticalizadas para evitar a perda de elementos a serem restituídos.

A empresa contratada deverá fazer comprovação de calibração da câmara aerofotogramétrica a ser utilizada, através da apresentação do Certificado de Calibração, fornecido pelo fabricante da câmara aérea ou por serviço técnico especializado quando solicitado durante a execução dos serviços.

A cobertura aerofotogramétrica deverá ser executada a partir do Plano de Voo previamente aprovados pela Prefeitura, devendo possuir no mínimo os seguintes aspectos:

- GSD das imagens;
- Altitude do voo;
- Altura do voo, máxima e mínima;
- Quantidades de faixas do voo;
- Numeração das faixas do voo;
- Quantidades de Fotografias;
- Disposição planejada com a formação das faixas de voo e dos modelos, através das coordenadas UTM, fusos, hemisfério Sul, do início e fim de cada faixa (SIRGAS2000), com indicação das coordenadas geográficas nas extremidades, canto direito superior e canto esquerdo inferior;
- Aeroporto ou base das operações de voo;
- A localização da área a ser mapeada com as faixas e fotos sobrepostos graficamente;
- Arquivos digitais gráficos georreferenciados em formato DXF e KML;
- Em cada faixa, em seus extremos, os pontos principais das duas primeiras e das duas últimas exposições deverão encontrar se fora dos limites fixados para a área de trabalho;
- A execução do voo com GSD de 8 cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000, deverá seguir as seguintes prescrições:
 - A superposição longitudinal entre fotografias aéreas consecutivas deverá ser de no mínimo 80%;
 - A superposição lateral entre faixas de voo contíguas deverá ser de no mínimo 50%;
 - Em cada faixa, os pontos principais das duas primeiras e das duas últimas exposições deverão encontrar se fora dos limites fixados para a área de trabalho;
 - A tomada das fotografias deverá ser feita em horário que garanta o máximo aproveitamento da cobertura;
 - Será admitida uma variação na escala de voo de $\pm 5\%$, em relação à escala planejada;
 - Quando houver interrupção na faixa de voo, a retomada da execução da faixa de voo deverá ser feita de modo a haver uma superposição de, no mínimo, dois modelos fotogramétricos;





- O imageamento deverá ser feito em dias claros, sem brumas, com céu limpo e condições atmosféricas favoráveis. Não serão admitidas fotografias com superexposição e subexposição;

O processamento das imagens coloridas deverá ser realizado em setor de processamento digital, utilizando equipamentos e software apropriados, de acordo com as necessidades do produto a ser gerado.

As imagens "nativas" do sistema deverão ser processadas a partir de sua resolução radiométrica original e exportadas para o formato TIFF (TaggedImage File Format) sem compressão, com resolução radiométrica de 8 bits (256 níveis de cinza) por banda RGB, sem degradação.

Deverá ser desenvolvido uma foto índice para o voo realizado, que deverá ser colorido e as imagens aéreas deverão ser reamostradas para resolução adequada, e montadas em faixas, com as respectivas sobreposições, enquadrada por coordenadas geográficas, através de cruzetas desenhadas nos quatro cantos do foto índice.

Deverão constar no foto índice as seguintes informações:

- Nome do contratante e do executante;
- Escala do foto índice e escala de voo;
- Norte geográfico;
- Número de faixas e fotos que o compõem;
- Mapa de localização da área fotografada;

Para controle da qualidade do serviço a contratada deverá apresentar à fiscalização da Prefeitura um modelo da foto índice que será gerado.

Deverá ser realizada a aerotriangulação para a cobertura aerofotogramétrica com GSD 8 cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000.

A determinação dos parâmetros de orientação exterior (posição e atitude), para imagens métricas digitais de quadro, deverá ser feita através da técnica de Aerotriangulação por bloco, utilizando feixes de raios (BundleBlockAdjustment) e ajustamento pelo método dos mínimos quadrados (MMQ) e seguir, no mínimo, as especificações abaixo:

- Os pontos fotogramétricos, de apoio e de controle deverão ser medidos no modo estereoscópico, utilizando para isso estações fotogramétricas digitais dotadas de recurso tridimensional (3D);
 - Os pontos fotogramétricos deverão ser medidos de modo automático ou semiautomático, com refinamento por correlação por mínimos quadrados, de modo a permitir uma precisão de sub pixel.
 - A verificação do ponto medido deverá utilizar recursos de visualização tridimensional (3D);
 - Em cada imagem deverão ser lidos pelo menos um ponto fotogramétrico por região de Grüber, totalizando, pelo menos, 9 pontos por imagem;
 - Nas regiões de sobreposição entre fotos adjacentes (modelos estereoscópicos) deverão ser medidos, pelo menos, um ponto fotogramétrico por região de Grüber bem definido, totalizando pelo menos, 6 pontos por modelo estereoscópico;
 - Nas regiões de superposição entre as faixas adjacentes, deverá ser garantida a existência de, no mínimo, 1 ponto de ligação por região de Grüber, totalizando pelo menos 3 pontos nesta região, por imagem;
 - Em casos excepcionais (modelo incompleto) admite-se 4 pontos fotogramétricos distribuídos na área útil do modelo;
 - Deverá ser feita uma inspeção visual dos pontos fotogramétricos obtidos por correlação (passagem e ligação), para eliminar falsas correspondências em regiões de sombra, objetos em movimento, padrões repetitivos, dentre outras;
 - Quando possível, deverão ser incluídos, também, pontos fotogramétricos situados no nível da água de rios e lagos, para que sirvam de controle e verificação da compatibilidade dos resultados com o escoamento normal das águas.
- Quanto ao método de obtenção dos parâmetros de orientação exterior das imagens, por medição direta com o emprego de receptores GPS/GNSS e IMU, ressalta-se aqui que: os parâmetros de orientação exterior das imagens obtidos por medida direta poderão ser utilizados para o auxílio à aerotriangulação. Os valores finais desses parâmetros devem, obrigatoriamente, ser determinados por meio da técnica de Aerotriangulação por bloco utilizando feixes de raios (Bundle Block Adjustment) e ajustamento pelo método dos mínimos quadrados (MMQ), conforme aqui especificado.

2.1.2 Perfilamento a Laser

Deverá ser realizado o perfilamento a laser aéreo, para se obter o Modelo Digital de Elevação (MDE), Modelo Digital de Superfície (MDS) e o Modelo Digital do Terreno (MDT). Simultaneamente ao perfilamento, deverão ser utilizadas estações de referência terrestres, para rastreamento por GNSS. A densidade média de varredura deve ser suficiente para representar adequadamente o relevo, considerando uma densidade mínima de 4 pontos/m². Os produtos deverão ser entregues nos formatos LAS, DXF, ASCII, XYZ e SHP.

A aquisição dos dados laser deverá ser realizada de forma simultânea à aquisição das imagens do recobrimento aerofotogramétrico, de modo a evitar diferença temporal e garantir a perfeita coincidência entre os dois tipos de dados. As curvas de nível deverão ser geradas a partir do MDT classificado e livre de ruídos. A equidistância vertical das curvas de nível não deverá ser superior a 50 cm, devendo atender às precisões estabelecidas pelo PEC-PCD Classe A.

Os equipamentos a serem utilizados na execução da cobertura aerofotogramétrica deverão satisfazer, no mínimo, as seguintes condições:

- I -Do Perfilador a Laser aerotransportado:
- Possuir tecnologia full waveform;

O Perfilamento a Laser deverá ser executado a partir do Plano de Voo previamente aprovados pela Prefeitura, devendo possuir no mínimo os seguintes aspectos:

- Densidade mínima de pontos por metro quadrado da nuvem de pontos a ser obtida;
- Altura de voo condicionada a obtenção da precisão e exatidão necessária para atendimento ao objeto deste Projeto;
- Largura das faixas de perfilamento (varredura);
- Velocidade do voo;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- Ângulo de abertura (swathwide) para varredura do sistema;
- Superposição lateral, que deverá ser de no mínimo 20%;
- Número de faixas;
- Frequência de varredura (scan);
- Espaçamento dos pontos em x e em y;
- Apresentação gráfica das linhas de voo planejadas;

A execução do Perfilamento a Laser com densidade mínima de 4 pontos /m², deverá seguir as seguintes prescrições:

- Os resultados da execução da cobertura aérea com a finalidade do Perfilamento a Laser não deverão divergir em até 5% do apresentado no planejamento, não sendo admissível apresentar valores inferiores que sejam prejudiciais ao atendimento do objeto deste Termo;
- Gerar planilha comparativa dos dados de voo planejados com os dados adquiridos.
- A cobertura aérea deverá ser realizada em condições apropriadas (lentes, luz, filtros e tempo de exposição entre outros) que evitem os efeitos de vinhete (vignette).

Os Modelos Digitais Tridimensionais serão gerados a partir do processamento e classificação da nuvem de pontos do perfilamento laser.

Os modelos tridimensionais serão os seguintes:

- Modelo Digital de Elevação – MDE (modelo de representação em três dimensões, derivado de pontos tridimensionais (X, Y, Z), que representa as altitudes da superfície topográfica desconsiderando os elementos geográficos existentes sobre ela, como cobertura vegetal e edificações)
- Modelo Digital de Terreno – MDT (nuvem de pontos tratada para eliminação de pontos que não compõem o terreno);
- Modelo Digital de Superfície – MDS (nuvem de pontos contendo as edificações, vegetação e demais elementos que compõem a superfície física entre o MDT e a camada atmosfera);

A geração do MDS, a partir da nuvem de pontos do perfilamento a laser, deverá:

- Apresentar todos os pontos coletados na etapa de perfilamento a laser;
- Apresentar precisão compatível com a escala das ortofotos 1:1.000;

O MDT a partir dos dados tratados do perfilamento a laser, deverá subsidiar a geração das ortofotos em escala 1:1.000, e apresentarem as seguintes especificações:

- Apresentar somente pontos no nível do solo;
- Deverá ser composto por malha de pontos irregular e triangular (TIN).

A partir dos pontos do MDT deverão ser geradas curvas de nível, com equidistância vertical de 0,5 (zero vírgula cinco) metros para a área de mapeamento na escala 1:1.000, com as seguintes especificações:

- As curvas de nível deverão ter traçado contínuo (sem interrupção), devendo compor um nível de informação específico, com os respectivos valores altimétricos incorporados como atributos;
- A edição das curvas de nível deverá ser feita para eliminação do excesso de pontos e resíduos de curvas;
- Deverão ser gerados pontos cotados em regiões planas.

2.1.3 Rede de Referência Cadastral e Apoio de Campo

Para realização do Apoio Básico, deverá ser utilizado a Rede de Referência Cadastral do Município - RRCM (caso exista), já prevendo se necessário o adensamento e a manutenção de vértices que porventura estejam danificados. Caso o município não disponha de uma RRCM, a mesma deverá ser implantada. A densidade da RRCM que servirá também de apoio básico, deverá ser de no mínimo 1 marco a cada 10km², devendo seguir ao estabelecido na ABNT 14.166/1998 (ABNT, 1998) e normas/recomendações mais atuais do IBGE. Os marcos poderão ser materializados com utilização de marcos de concreto ou pinos metálicos.

Para a determinação das coordenadas dos marcos deverão ser seguidas as especificações abaixo:

- Deverão ser amarrados à rede geodésica do IBGE referida ao SIRGAS 2000, e a altura ortométrica destes vértices deverá ser obtida aplicando-se a correção da ondulação geoidal, podendo esta ser obtida por mapa geoidal local ou pelo mapgeo;
- Deverá ser utilizada a determinação relativa, com rastreamento simultâneo mínimo de 04 (quatro) satélites, com elevação mínima de 15° acima do horizonte, utilizando rastreadores de dupla frequência, por um período de, no mínimo, 01 (uma) hora;
- Após o ajustamento dos cálculos, as coordenadas plano retangulares dos pontos de apoio suplementar deverão ser calculadas no Sistema de Projeção UTM (Universal Transverso de Mercator), referenciadas ao SIRGAS2000;
- O processamento e o ajustamento das observações deverão ser feitos com software específico, pelo método de dupla diferença de fase;
- Para cada vértice do apoio básico, deverá ser elaborada uma monografia cujo modelo deverá ser apresentado à Contratante;

Para o caso de implantação de novos marcos deverão ser seguidas as seguintes especificações:

Os vértices do apoio básico a serem implantados deverão ser monumentalizados por marcos de concreto armado, resistentes, de formato tronco piramidal com altura de 60 cm. A base deve ser quadrada com 30 cm de lado e o topo, também quadrado, com 20 cm de lado e com uma chapa de metal cravada no centro contendo as seguintes inscrições,

- Número do marco;
- Nome da contratante;
- Nome da contratada;
- A inscrição "PROTEGIDA POR LEI".

O modelo da chapa de metal a ser implantada deverá ser apresentado à Contratante para prévia aprovação.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Os vértices deverão ser monumentalizados e implantados em locais estratégicos de forma a dificultar sua destruição, devendo ser distribuídos de forma homogênea por toda a área voada.

Deverá ser realizado apoio suplementar para a cobertura aerofotogramétrica com GSD 8 cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000.

O apoio terrestre suplementar deverá ser executado com o objetivo de determinar coordenadas e altitudes de um conjunto de pontos do terreno, nítidos e identificáveis nas fotografias aéreas, necessários para execução das operações fotogramétricas de aerotriangulação.

A determinação planialtimétrica deverá ser feita por rastreamento de satélites GPS, pelo método relativo estático, em tempo suficiente para resolver as ambiguidades, a fim de garantir a precisão necessária.

As altitudes dos pontos de apoio vertical suplementar deverão ser determinadas por rastreamento de satélites GPS, com aplicação no modelo geoidal para se obter a altitude ortométrica de cada ponto.

Após o ajustamento dos cálculos, as coordenadas plano retangulares dos pontos de apoio suplementar deverão ser calculadas no Sistema de Projeção UTM (Universal Transverso de Mercator), referenciadas ao SIRGAS2000.

O processamento e o ajustamento das observações deverão ser feitos com software específico, pelo método de dupla diferença de fase.

2.2 Geração de Ortofotos Digitais

As Ortofotos Digitais referem-se aos mosaicos de ortofotografias coloridas – RGB, na escala especificada, recortadas em folhas e articuladas de acordo a articulação definida em comum acordo com a Contratante, conforme as respectivas áreas de abrangência do projeto.

Deverão ser geradas Ortofotos Digitais na escala 1:1.000 ou melhor, recortadas em folhas e articuladas, conforme as respectivas áreas de abrangência do projeto.

A ortoprojeção deverá ser realizada a partir das imagens digitais, do MDT, dos dados de aerotriangulação, e dos parâmetros de calibração da câmera.

As ortofotos deverão ser recortadas por folhas do Sistema Cartográfico Convencional, preparadas para plotagem, e nos casos em que uma ortofoto for composta por mais de uma imagem, deverá se proceder a mosaicagem de mais de uma ortomagem, garantindo perfeita coincidência geométrica e colorimétrica.

Deverão ser gerados mosaicos contínuos para a área do projeto, em escala e articulação a ser definida em comum acordo com a contratante.

A ortorretificação deverá ser complementada por ajuste radiométrico das imagens visando a eliminar mudanças de luminosidade entre imagens adjacentes e uniformizar o contraste e tonalidade do produto final, sem perda de informações visuais.

2.3 Restituição Estereofotogramétrica Planialtimétrica Digital

A restituição estereofotogramétrica será elaborada em níveis de informação, especificados adiante, de maneira que permita a utilização através de software, tanto em nível topológico dos diversos elementos, com vista à obtenção de uma base cartográfica confiável.

A restituição deverá ser executada em estações fotogramétricas digitais, devendo possuir software de fotogrametria e sistema computacional de desenho apropriado, possibilitando que as informações coletadas sejam registradas e armazenadas de forma adequada, com precisões compatíveis para restituição em escala 1:1.000 ou melhor.

Os originais da restituição deverão ser produzidos na forma digital, gerando se arquivos vetoriais, estruturados em planos de informação padronizados para todas as folhas da planta 1:1.000, distribuídos de acordo com o plano de organização apresentado pela Contratada e aprovado pelo Município.

Da mesma forma, deverá haver padronização na escolha dos tipos de entidades gráficas e seus atributos gráficos para representação cartográfica das diferentes feições e informações marginais, nas folhas de planta 1:1.000. A Contratada deverá apresentar uma proposta de organização lógica dos arquivos vetoriais, com vistas à aprovação do Município

Os arquivos digitais relativos à restituição 1:1000 ou melhor deverão estar nos formato SHP, DXF, Geodatabase e PostgreSQL - PostGIS. Os Níveis básicos de informação que deverão ser restituídos e/ou reambulação e/ou corrigidos na escala em questão

. Para produção dos arquivos vetoriais das folhas da planta em escala 1:1.000, deverão ser restituídos:

- Grupo “Infraestrutura”:
 - a. Edificações Públicas e Privadas com pavimentos (classificação por tipo de uso);
 - b. Telheiros;
 - c. Galpões;
 - d. Limite de Lote;
 - e. Lotes Topográficos;
 - f. Limite de Quadra;
 - g. Muros;
 - h. Cercas;
 - i. Piscinas;
 - j. Campos de Futebol, Quadras de Esporte e Autódromos;
 - k. Praças, Parques, Jardins e Canteiros;
 - l. Pier, Cais e Porto;
 - m. Postejamento;
 - n. Luminárias;
 - o. Subestação de Energia, Torres de Transmissão;
 - p. Linhas de Transmissão;
 - q. Aeroportos e Heliportos;
 - r. Bueiros;
 - s. Bocas de Lobo;
 - t. Redes públicas de água, esgoto, dutos (minerodutos, gasodutos, adutoras, oleodutos, etc.), telefonia. (Para que componham a base cartográfica, as referidas redes deverão ser entregues pela contratante, de forma georreferenciada. Não está previsto cadastro de redes em campo.
 - u. Ferrovias
 - v.
- Grupo “Rede Viária”:
 - a. Canteiros centrais;





- b. Vias pavimentadas com meio fio e sem meio fio;
- c. Vias não pavimentadas com meio fio e sem meio fio;
- d. Vias projetadas e em construção;
- e. Auto Estradas municipais;
- f. Auto Estradas estaduais;
- g. Auto Estradas federais;
- h. Pontes/Viadutos/Elevados;
- i. Escadarias, acessos, caminhos e trilhas;
- j. Passarelas;
- k. Eixo de vias;
- Grupo "Ambiental":
- a. Lagoas/lagos;
- b. Canais;
- c. Açudes/represas;
- d. Rios;
- e. Vegetação;
- f. APP's;
- g. Unidades de Conservação;
- Grupo "Apoio de campo":
- a. Marco e/ou Pinos implantado;
- Grupo "Altimetria":
- a. Pontos cotados em picos de morros, áreas baixas sujeitas a inundação;
- b. Pontos cotados em cruzamento de Logradouros;
- c. Pontos cotados no topo das Edificações ou cumieiras;
- d. Pontos cotados (cotas de aparelho e NA –Nível d'água).
- Grupo "Uso do Solo":
- a. Cultura;
- b. Vegetação de Grande Porte, Médio Porte e Pequeno Porte em áreas rurais;
- c. Pastos;
- d. Árvore Isolada em Áreas Urbanas;
- e. Limite de Áreas Urbanas.

As entidades poligonais deverão ser formadas por polilinhas, resultando em um polígono fechado, e deverão necessariamente ser fechadas topologicamente, tendo as coordenadas iniciais e finais numericamente idênticas.

No nível "edificação" cada polígono, seja oriundo da restituição ou da reambulação, que definir uma unidade de edificação deverá ser representado individualmente. As unidades com diferença de pavimentos também deverão ser representadas individualmente. Todos os polígonos deverão ser topologicamente fechados.

As polilinhas comuns de entidades de mesmo nível, devem coincidir topologicamente.

Após a edição cartográfica, revisão e correção dos arquivos digitais deverá ser procedida à limpeza e estruturação topológica dos arquivos, com vistas à eliminação de falhas decorrentes dos processos de restituição e compilação/edição cartográfica, bem como garantir, principalmente:

- A continuidade de elementos gráficos lineares, principalmente das curvas de nível (geradas a partir dos dados do perfilhamento a laser e editadas cartograficamente)
- A eliminação de elementos duplicados ou desnecessários (fragmentos);
- A eliminação ou correção de "gaps" e "dangles";
- As ligações das partes de feições representadas em mais de uma folha;

2.4 Levantamento Cadastral Imobiliário Em Campo

Nesta etapa deverá ser executada a atualização da Base de Dados do Cadastro Imobiliário, contemplando 5.000 (cinco mil) unidades imobiliárias previstas na área urbana.

I. Considera se uma unidade imobiliária:

- a) Terreno Baldio
- b) Casa
- c) Apartamento
- d) Sala/ Loja
 - e) Galpão
 - f) Edícula
 - g) Garagem
 - h) Telheiro
 - i) Box de Garagem/ Hobby Box

A seleção dos lotes a serem visitados será feita pela comparação entre a base alfanumérica do atual sistema tributário do município e os encontrados pela Contratada. A partir da análise de diferenças entre a base cadastral existente e aquela obtida a partir da vetorização, serão escolhidos os lotes a serem objeto do levantamento em campo.

- Parâmetros para o cálculo de área edificada
- Altura do pavimento a ser definida com a contratante.
- Profundidade do beiral a ser definida com a contratante.
- Desconto do beiral aplicado apenas no prolongamento das arestas da edificação onde estes foram representados na restituição aerofotogramétrica.
- Acréscimos de áreas edificadas devem ser calculados para cada unidade autônoma cadastrada no lote.
- A divisão do acréscimo de área edificada entre unidades autônomas do mesmo lote devem ser proporcionais a porcentagem da área edificada cadastrada junto ao Cadastro Imobiliário Municipal.

O levantamento cadastral será feito de forma seletiva, indicado pelo Contratante, ou seja, serão visitados somente os lotes com potenciais alterações em suas informações construtivas, de difícil identificação dos limites ou ainda imóveis clandestinos os quais não constam da atual base cadastral, detectados no levantamento aerofotogramétrico e perfilamento laser.

A Contratada deverá empregar técnica e metodologia própria, que deverá ser aprovada pela Contratante, para a identificação das diferenças de áreas, considerando nesta a diferença entre a área edificada do cadastro do





imóvel em comparação com a área edificada resultante da modelagem das edificações oriundas da nova base cartográfica deste contrato. Na comparação deverá ser observada a existência de mais de 01 (uma) unidade imobiliária autônoma no lote, assim como o pé direito da mesma e seu uso para considerar a área total edificada desconsiderando galpões com pé direito elevado.

Esta etapa corresponde à coleta em campo de dados físicos dos imóveis, entrevistas com seus ocupantes, bem como a captura e disponibilização de fotografias digitais dos mesmos, para a devida comprovação das características construtivas apuradas nos respectivos imóveis.

A contratada deverá elaborar estudo visando selecionar as unidades imobiliárias a serem objeto de cadastramento, com participação e aprovação por parte do Contratante. Este estudo deverá ser feito com base nos dados existentes a serem fornecidos pela contratante e no produto do levantamento aerofotogramétrico e perfilamento laser, objeto desta contratação.

A Contratada deverá utilizar sistema para coleta eletrônica dos dados do boletim de informações cadastrais, com carregamento nos equipamentos eletrônicos portáteis de coleta, com interface gráfica.

O layout do BIC (Boletim de Informações Cadastrais) deverá atender as informações do layout do BIC já existente no município.

Após a primeira tentativa frustrada de levantamento de dados de um imóvel, deverá ser enviada correspondência padrão para o proprietário/contribuinte, informando quando a Contratada retornará ao imóvel e seus telefones do escritório para contato.

As medidas dos imóveis serão obtidas a partir da vetorização com desconto da medida de beiral previamente acordada com o Contratante.

O desenho definitivo dos lotes e das edificações deverá ser feito utilizando-se de aplicativos CAD (Computer Aided Design) ou GIS, em formato DXF, DWG, SHP.

A Contratada deverá utilizar-se de mecanismos de controle de qualidade, de forma a evitar informações imprecisas, inconsistentes ou incorretas, devendo informar a natureza destes mecanismos em sua proposta técnica.

Todos os cadastradores deverão estar uniformizados e devidamente identificados por crachás impressos com seu nome, número da carteira de identidade, identificação da empresa e dos telefones do escritório e da contratante para possível consulta por parte do entrevistado.

Quando não for possível proceder com a medição ou coleta de dados e imagens de algum imóvel, deverá constar no Croqui e posteriormente no Banco de Dados, o motivo:

- I. Proprietário ausente ou;
- II. Levantamento não autorizado pelo proprietário ou;
- III. Edificação não habitada;

Deverão ser programadas equipes para trabalhar aos fins de semana quando necessário, a fim de visitar/revisitar os locais em que os proprietários estavam ausentes. Cumpridos os procedimentos nos casos em que ocorrer a ausência do responsável ou o impedimento da equipe responsável pelo levantamento a área construída será estimada a partir de elementos existentes na Restituição/Vetorização através da Ortofotocarta na escala 1:1.000, com respectivo desconto de beiral.

Deverá ser realizada a edição vetorial dos Croquis retornados do Levantamento em campo, em especial as Edificações levantadas, representando as graficamente utilizando as medidas obtidas em campo, bem como proceder com a sua geocodificação e correlação cadastral com o atual Banco de Dados Tributário, quando a referida unidade imobiliária já existir no mesmo.

Ficará a cargo da Contratada, a geração de arquivo de dados com todas as alterações e novos cadastros, que deverá ser definido de comum acordo com a equipe técnica Municipal, para importação destes no Sistema de Gestão Tributária existente.

2.5 Edição Vetorial e Geocodificação

A vetorização consiste em traçar as feições de uma imagem convertendo as mesmas em dados vetoriais digitais, permitindo seu uso e manipulação em Sistemas de informações geográficas (SIG). Essa técnica transforma elementos visuais em geometrias (pontos, linhas e/ou polígonos) com atributos espaciais, viabilizando análises, modelagens e visualizações espaciais precisas.

A Geocodificação de imóveis consiste na conversão de endereços ou descrições de localização em coordenadas geográficas (latitude e longitude), possibilitando a associação espacial dos imóveis a mapas digitais. Esse processo é fundamental para integrar dados alfanuméricos com informações espaciais em ambiente SIG, facilitando consultas, cruzamentos e tomadas de decisões geográficas. Nesta etapa deverá ser executada a vetorização e geocodificação das unidades imobiliárias, contemplando o total de unidades imobiliárias existente na área da CONTRATANTE.

A Contratada deverá promover reuniões mensais com a equipe técnica municipal designada pelo Município, visando informá-los sobre os trabalhos realizados naquele período.

A edição Vetorial dos lotes e edificações deverá ser elaborado em conformidade com o levantamento aerofotogramétrico, o levantamento 360° e o levantamento realizado em campo observados os procedimentos mínimos descritos a seguir:

- a) Digitalização dos imóveis (lotes e edificações), constantes do Cadastro:
 - * Representação da geometria e dimensões do lote;
 - * Geometria e dimensões da área construída;
 - * Identificação do tipo e uso da unidade (conforme metodologia definida e previamente aprovada);
 - * Alinhamento(s), testada principal e respectiva indicação do logradouro e número predial existente no local;

A representação gráfica dos níveis de informação de Quadra e Lote será finalizada após confrontação com as Plantas de Quadras existentes, Loteamentos, Base de Dados de Atributos atualmente usada no Sistema Tributário e no Geoprocessamento e com o Levantamento in loco realizado.

A abrangência dos trabalhos de atualização cadastral dos imóveis compreenderá o tratamento de situações relativas aos imóveis atualmente cadastrados e as novas unidades habitacionais incluídas pela busca de alterações ou de inclusões de registros cadastrais singularmente não conhecidos pela Administração Municipal, abrangendo as etapas descritas nesta seção.

Essa etapa deve ocorrer paralelamente e em total sintonia com a etapa de Compatibilização e adequação da Base Cartográfica do Município.





2.6 Levantamento de Fotos 360° Terrestres Georreferenciadas

O produto será composto por imagens georreferenciadas obtidas por sensor imageador, embarcado em veículo, com entrega de banco de imagens georreferenciadas, fotos de fachadas dos imóveis, das vias e demais elementos antrópicos e naturais existentes no quadro da fotografia. Com o respectivo sistema visualizador das imagens que compõe o produto com simulador de passeio e campo de visualização de 360°, além da integração do banco de imagens ao software municipal de manutenção do cadastro imobiliário georreferenciado.

O mapeamento de 360° ao nível da rua deverá abranger todas as vias do município Contratante, incluindo vias pavimentadas e não pavimentadas;

O levantamento deverá atender os seguintes requisitos:

- Para a exatidão e aproveitamento máximo do serviço, deverão ser tomadas imagens coloridas em alta resolução (Resolução mínima de 12 megapixel), que permitam a perfeita visualização, interpretação e identificação das fachadas de todas as edificações e seu respectivo número de porta existentes na área do projeto e de todos os objetos naturais e antrópicos apresentados no quadro da imagem, como o sistema viário, placas de ruas, de publicidade, fachadas dos imóveis, etc;
- Deverá ser coletado e preenchidos todos os atributos externos visíveis de cada um dos imóveis do imageamento conforme BCI do município, assim como também o preenchimento dos atributos externos visíveis de cada logradouro conforme o BCL do município;
- O equipamento utilizado para a tomada das imagens deverá possuir seis (6) câmeras RGB com Alta resolução, mínima de 12k cada e produzir imagens em 360°. Cada posição em que as fotos são tomadas deve ter uma visão em 360° do sistema de câmeras. Uma das câmeras do sistema deve estar virada para cima para que as imagens 360 do sistema possam cobrir formas de maior altura e evitar a perda de dados de cadastro de imóveis ou estruturas importantes;
- Deverá possuir um sistema GNSS dupla frequência que incorpora uma IMU, duas antenas GNSS e um hodômetro digital (DMI) para garantir a coleta de informações georreferenciadas de feições de alta qualidade em ambientes urbanos.
- O levantamento deverá ser realizado por todo o sistema viário possível, abrangendo a totalidade de imóveis do CONTRATANTE;

As imagens obtidas deverão estar georreferenciadas ao Sistema de Referência SIRGAS 2000 e projetadas na projeção Universal Transversa de Mercator (UTM).

As imagens fornecidas como produto final deverão ser processadas evitando qualquer impacto relacionado ao uso indevido de imagens, conforme estabelecido no Art. 7º, inciso X da Lei nº 12.965/2014 e do Código Civil Brasileiro, realizando a edição das imagens para que a identificação de rostos de pessoas ou placas de automóveis, caminhões, motos e relacionados não sejam identificados.

Todas as fachadas dos imóveis existentes dentro da área de realização do projeto deverão ser mapeadas, possibilitando uma visão de 90% da imagem esférica (10% não visível corresponde à parte inferior do campo de visão esférico).

O intervalo de captura das imagens não poderá ultrapassar 5 (cinco) metros, garantindo o imageamento de todos os lotes do Município.

O imageamento deverá ser realizado, preferencialmente, em dias ensolarados.

Para o processamento das imagens e a fase de elaboração de mosaicos, deverá ser garantido o encaixe das imagens adjacentes, eliminando todos os efeitos de paralaxe.

As imagens frontais de cada lote deverão ser nomeadas com a inscrição imobiliária do respectivo lote, conforme base cadastral fornecida pela CONTRATANTE em formato shapefile com a codificação dos lotes, e seguido da numeração predial identificada na imagem (Ex.:12.123.1234.1234 – 00000).

A base de apoio utilizada para o pós-processamento dos dados – Global Navigation Satellite System (GNSS) – deverá estar posicionada a uma distância não superior a 40 (quarenta) km do local imageado.

Nas vias públicas de até 02 (duas) faixas de tráfego o imageamento móvel terrestre poderá ser realizado em qualquer uma das faixas. Nas vias públicas com 03 (três) ou mais faixas de tráfego, o imageamento móvel terrestre deverá ser realizado na faixa mais próxima aos imóveis. Nas rodovias com pistas marginais o imageamento móvel terrestre deverá ser realizado tanto na pista marginal como na faixa mais próxima do canteiro central da via principal.

O imageamento de ruas nos trechos de atividades comerciais com trânsito de grande movimentação ou veículos grandes estacionados deverão ser mapeadas, preferencialmente, nos dias e horários com menor fluxo de veículos.

A empresa deve utilizar as imagens obtidas a partir do levantamento terrestre 360° e capturar fotos das placas de denominação de logradouros públicos existentes nas esquinas das vias, deve ser realizada a vinculação com o trecho de logradouro existente no cadastro da Município contratante, além de obter as informações referentes a coordenada da placa, tipo (i)face simples - de parede, (ii) face dupla - de poste, estado de conservação e denominação.

As imagens devem ser entregues em formato digital (TIFF, jpeg ou PNG) e os dados alfanuméricos em formato de Shape (SHP) a serem inseridos no sistema da PMF pela contratada, como também entregues em nuvem e/ou HD externo.

Todos os recursos computacionais para o armazenamento e processamento das imagens durante a vigência do contrato até a entrega dos produtos finais serão providos pela CONTRATADA;

Todas as imagens obtidas serão de propriedade do Município a partir da data de entrega e aprovação do produto por parte da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá fornecer cessão total de direitos sobre todas as imagens fornecidas.

Caso as imagens não estejam legíveis ou não sejam aprovadas pela análise de qualidade da CONTRATANTE, as imagens rejeitadas deverão ser realizadas novamente.

As imagens capturadas nos logradouros durante o mapeamento móvel serão processadas por inteligência artificial, com o objetivo de otimizar o planejamento de manutenção, reduzir custos e prevenir acidentes, realizando a identificação, classificação e elaboração de relatórios, conforme os seguintes critérios:

- I. Classificação do tipo da superfície em asfalto, paralelepípedo, lajota e sem pavimentação.
- II. Detecção de buracos, rachaduras e craquelados;
- III. Detecção de caçamba de entulho;
- IV. Detecção de sinalização horizontal;
- V. Detecção de sinalização vertical.





As imagens coletadas no mapeamento móvel terrestre 360° deverão ser integradas ao Sistema de Informações Geográficas (SIG), sendo responsabilidade da empresa prestadora de serviços as tarefas de integração, parametrização, modelagem e conversão dos dados para o carregamento no sistema.

O Sistema por sua vez, deverá dispor de ferramentas específicas de visualização das imagens captadas pelo mapeamento móvel, com indicação da data de realização da coleta.

Deverá ser capturadas as imagens de todo o posteamento dos logradouros e de seus respectivos “braços” de luminárias, assim como os transformadores neles instalados.

Deverá ser entregues os seguintes produtos:

- Relatório (planilha) comparativo entre as áreas obtidas a partir da restituição e as áreas cadastradas;
- Banco de dados imobiliário completo contendo o seu cadastro atualizado;
- Banco de dados de logradouros completo contendo o seu cadastro atualizado;
- Banco de dados de faces de quadra completo contendo o seu cadastro atualizado;
- Relatório da execução do Mapeamento Móvel Terrestre 360°;
- Conjunto de fotografias obtidas no Mapeamento Móvel Terrestre 360°;

2.7 Compatibilização e Adequação de dados multifinalitários para formação da base de dados geográficos com atualização do Cadastro Imobiliário Municipal

Inicialmente, a empresa a ser contratada deverá proceder um diagnóstico em relação à base de dados utilizada pela Prefeitura, tendo em vista analisar as opções para sua adequação e/ou complementação.

Com a implantação e fornecimento da licença do SIG, deverão ser realizadas as atividades de customização dos módulos do sistema para que se adequem às necessidades do município

Deverá contemplar dados Espaciais, Alfanuméricos e Imagens.

I. Base de Dados Espaciais

a) Esta base deverá ser criada a partir das Ortofotocartas, do Perfilamento a Laser, e dos dados do levantamento em campo a ser realizado, previstos nesta contratação, promovendo, com apoio nos elementos cartográficos existentes na prefeitura (base de espaciais existente, plantas de quadras / lotes, plantas de loteamentos, etc.) os ajustes necessários através de vetorização dos polígonos e polilinhas de entidades de referência espaciais representadas pelas quadras, lotes, eixos de logradouros, segmentos de face de quadras e por pontos geográficos de informações geoespaciais.

b) A base assim elaborada deverá permitir a adoção de um sistema de codificação geográfica que deverá se constituir em “CHAVE ÚNICA” para georreferenciamento de dados e informações tabulares existentes nos cadastros mantidos pelas secretarias municipais.

c) A base de dados espacial deverá conter no mínimo os Distritos, Setores, Bairros, Quadras, Seções/Segmentos de Logradouro, Lotes e Edificações, onde os elementos cartográficos deverão ser representados e identificados com códigos geográficos (geocodificação) conforme abaixo:

Camada	Tipo de entidade	Geocodificação
Bairro	Polígono	Código do Bairro
Loteamento	Polígono	Código do Loteamento
Distrito	Polígono	Código do Distrito
Setor	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor
Quadra	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra
Lote	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote
Edificação/ Unidade	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Edificação + Número da Unidade
Piscina	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Piscina
Seção/ Segmento de Logradouro	Polilinha	Código do Logradouro + Código da Seção/ Segmento

Obs.: Na Geocodificação de Bairro, Logradouro, Seção/Segmento de Logradouro e Lote, devem ser utilizados os códigos já existentes na Base de Dados atualmente utilizada no Município.

II. Base de Dados Alfanuméricos

a) Deverá abranger informações sobre as propriedades imobiliárias edificadas ou não, quadras, lotes, glebas, logradouros e segmentos de logradouros. Estas informações deverão possuir referências espaciais únicas geradas a



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





partir da Base de Dados Espaciais do CTM, visando a integração e cruzamento de informações geográficas para usos múltiplos da administração municipal de Vitória.

Esta etapa visa também, a consolidação das informações do Plano Diretor e dados Socioeconômicos para uso nos diversos setores da administração.

Informações do Plano Diretor:

- Construção da Geocodificação, que consiste na criação de uma chave de ligação empregada no relacionamento entre as duas Bases de Dados (Espacial e Alfanumérica), executando este procedimento para todos os Zoneamentos;
- Proceder com as rotinas de fechamento topológico, transformando o Zoneamento em polígonos fechados;
- Converter e adequar a Legislação do Plano Diretor para um formato de Banco de Dados;

Informações Socioeconômicas:

- Representação e Geocodificação das camadas espaciais:
- Regionais de Saúde;
- Áreas de Saúde;
- Micro Áreas de Saúde;
- Unidades de Saúde;
- Setores Censitários do Censo do IBGE;
- Áreas de Risco;

b) Os dados socioeconômicos dos Domicílios, Famílias e Pessoas, deverão ser obtidos através de integração para consulta com o Sistema E SUS;

III. Arquivo de Imagens

a) Estes dados serão obtidos através das imagens das unidades imobiliárias e das seções de logradouros levantadas em campo, bem como através da digitalização e associação de imagens (documentos diversos, fotos, etc), à Base de Dados Geográficos do CTM;

Deverá ser realizada a atualização do banco de dados do cadastro imobiliário em escritório. As informações obtidas no processo de elaboração da base cartográfica, assim como os valores de área construída, tipo de utilização do imóvel (comercial, industrial, residencial etc.), áreas de lotes novos, loteamentos novos, etc. Deverão ser utilizadas para atualização do banco de dados do cadastro imobiliário e deverão ser incorporadas ao SIG.

De posse da base cartográfica atualizada, a empresa executora deverá utilizar-se desta base para comparação com o banco de dados existente no município para identificar os imóveis a serem atualizados.

Além disto, a contratada deverá utilizar as informações provenientes do LIDAR e do Levantamento 360° para auxiliar na identificação dos imóveis e de suas características externas. A atualização do BD do cadastro imobiliário deverá abranger as características foto identificáveis e as informações visuais coletadas com o mapeamento móvel 360°.

A CONTRATADA deverá realizar integração com o sistema tributário municipal existente. Para isto, deverá disponibilizar técnico(s) para em conjunto com a empresa responsável pelo sistema tributário definirem a melhor maneira de realizar esta tarefa. A sincronização entre os dois sistemas deverá ocorrer no mínimo uma vez por dia. A prefeitura será a responsável em estabelecer a comunicação e autorizações junto à empresa responsável pelo sistema tributário para que possa ser realizada a integração com o SIG.

Em relação da divergência de áreas entre o cadastro imobiliário do município e o encontrado no levantamento da CONTRATADA, esta deverá permitir no Software a emissão de Notificações.

Através do sistema proposto, serão geradas as cartas de notificação aos contribuintes contendo foto frontal do imóvel, mapa de localização sobreposto à imagem e divergências de áreas encontradas.

Na sequência que os Bairros/ Setores forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pelo Software os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pela Prefeitura, conforme abaixo:

I. A Notificação deverá ser gerada em arquivo no formato PDF;

II. Deverá constar no mínimo a foto de fachada do imóvel, Mapa de Localização destacando o Imóvel, e diferença da área construída e/ou área territorial, que será comparada com a atualmente existente no Sistema Tributário.

III. A notificação será impressa e enviada aos contribuintes dos imóveis pela Prefeitura.

Além das funcionalidades básicas, deverão ser desenvolvidos módulos e camadas específicos e customizáveis, capazes de atender às demandas particulares da CONTRATANTE, conforme suas necessidades setoriais, tais como as áreas de assistência social, meio ambiente, educação, saúde, infraestrutura, entre outras.

O sistema deverá permitir a integração com plataformas e bases de dados em âmbito nacional, incluindo, mas não se limitando a: SINTER (Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e-SUS (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica), entre outros.

Para cada integração, deverão ser previstas camadas temáticas específicas e interoperáveis, tais como redes de iluminação pública, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, infraestrutura de fibra óptica, áreas de proteção ambiental (APA), patrimônio da União (SPU), entre outras, garantindo aderência às normas técnicas e à estrutura lógica da base cartográfica municipal.

Estando os mapas armazenados de maneira centralizada e devidamente organizada, deverá ser customizado e implantado o serviço WebGis, no qual imagens de satélite, legislação de obras, edificações, uso e parcelamento do solo, Plano Diretor, fotografias aéreas, mapas geográficos e informações alfanuméricas das secretarias envolvidas serão acessíveis aos municípios, através de um portal Web.

3.0 SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS) DE GESTÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO EM AMBIENTE WEB, MOBILE E SERVER

3.1 Locação de solução como serviço (SaaS) na web, server e mobile com Hospedagem em Nuvem, serviço de Help-Desk, Suporte e Manutenção.

A CONTRATADA terá a responsabilidade de realizar o fornecimento da solução de tecnologia da informação para Locação de software como serviço (SaaS) de gestão do cadastro territorial multifinalitário, em ambiente web, mobile e server, com serviços de hospedagem em nuvem, central de atendimento, serviço help-desk e suporte técnico para a modernização administrativa do município de Extrema, pelo período de 12 meses, observada os requisitos de qualidade e eficiência exigidos, bem como a agilidade e segurança na execução das tarefas. Após encerramento de contrato, este item poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos da lei.

O licenciamento do sistema será realizado na modalidade de Software como serviço (SaaS).



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Ficará a cargo da CONTRATADA garantir ajustes no ambiente onde o sistema será implantado levando em consideração utilização de dados ou acesso ao sistema.

Os dados e informações não estáticas, armazenados no sistema deverão dispor de backup diário incremental e backup semanal completo de responsabilidade da CONTRATADA.

O licenciamento da solução deverá abranger um sistema de informação geográfica Web e seus módulos para gestão cadastral, sendo totalmente online (100% Web), sem limitações quanto ao número de acessos ou usuários.

A solução deverá se demonstrar compatível no mínimo com os navegadores de internet Google Chrome, Firefox e Windows Edge.

Considerando se tratar do fornecimento da locação mensal da licença de uso, com suporte e manutenção contínuos, fica estabelecida a proibição de subcontratação desta etapa.

O Sistema deve possuir hospedagem, backup e disponibilização em nuvem, com alta disponibilidade (24x7), garantindo acesso contínuo e seguro, além de recursos de recuperação rápida em caso de falhas ou incidentes.

A infraestrutura em nuvem deve garantir escalabilidade automática, permitindo que o Sistema se adapte de forma dinâmica ao aumento ou diminuição de demanda, sem comprometer o desempenho ou a integridade dos dados.

O Sistema em nuvem deverá ser suportado por um ambiente redundante, com múltiplas zonas de disponibilidade, garantindo a continuidade dos serviços e a integridade dos dados mesmo em caso de falhas de hardware ou de rede.

O provedor de nuvem deverá disponibilizar funcionalidades de automação para backup e restauração de dados, além de garantir a integridade dos backups com auditorias periódicas, de modo a permitir a recuperação de dados de forma ágil e eficiente em casos de falha ou perda de dados.

A CONTRATADA deverá ainda, atender às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), garantindo a adequada proteção das informações cadastrais no sistema.

A CONTRATADA deverá prover ao Município um sistema baseado em geotecnologias para permitir o gerenciamento e a disponibilização das informações sobre o cadastro imobiliário e cadastro de logradouros para apoiar o processo de atualização dos atributos cadastrais relacionados a regra de negócio de cobrança de IPTU, auxílio na efetivação da REURB, Planejamento da cidade, Vetores de crescimento etc.

A CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema Mobile de Coleta de Dados, aplicado ao Cadastro Imobiliário. Implantar nos servidores da CONTRATANTE, um banco de dados geoespaciais configurado e implantado.

Prestar suporte técnico/tecnológico nas tecnologias utilizadas.

Implantar sistema de informações Mobile, licenciado, para coleta em campo dos dados cadastrais georreferenciados, instalados em dispositivos móveis, baseado no boletim cedido pela CONTRATANTE.

O sistema deve utilizar linguagem de programação robusta e escalável, que consiga compatibilizar com os sistemas tributário dos municípios, aos quais será integrado, ser desenvolvido também sobre modernas técnicas de programação, como orientação a objetos, persistência de dados, etc.

Deve ter suporte para os principais navegadores de internet atualmente disponíveis, no mínimo, Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e não necessitar da instalação de plug-ins, Applets ou Activex nas estações cliente para seu funcionamento.

Deverá possuir número ilimitado de licenças, para uso exclusivo dos Municípios que vierem a aderir a ARP.

A camada backend deve possuir uma imagem Docker (dockerfile) de forma que permita a instalação em qualquer ambiente de produção local ou em nuvem.

O sistema deve possuir implementado minimamente os seguintes recursos e funcionalidades comuns a aplicações SIG:

- Em relação a Navegação:
 - a. Permitir a navegação onidirecional pelo mapa (Pan);
 - b. Permitir a ampliação e redução do mapa (Zoom In / Zoom Out);
 - c. Permitir enquadrar elementos selecionados pelo usuário (Zoom to Selected);
 - d. Visão geral (zoom extents);
 - e. Uso de scroll do mouse para aproximar e afastar;
 - f. Aproximação do mapa na tela do dispositivo conforme a posição do GPS do aparelho ou a partir de coordenadas fornecidas pelo usuário; inquirir medidas de comprimento e área, apresentação da escala de visualização da tela gráfica de acordo com o zoom definido, definição de sistema de coordenadas plana UTM ou geográfica, apresentação das coordenadas plana UTM ou geográfica do cursor de acordo com o sistema de coordenada definido. E coleta das coordenadas a partir de cliques sobre o mapa;
 - g. Possuir grid de coordenadas com a possibilidade de configurar os intervalos e a margem da grade, apresentando uma linha auxiliar de perpendicularidade em desenhos lineares e poligonais;
 - h. Visualizador de nuvem de pontos em 3 dimensões (3D): Ferramenta para navegação e visualização de nuvem de pontos em 3D, permitindo ao usuário configurar a aparência (quantidade máxima de pontos, ângulo de visão, iluminação e plano de fundo); realizar medições de distância, altura, área, volume entre os pontos; apresentar perfil do terreno; permitir mudança da representação visual entre RGB; Intensidade, Elevação e Classificação (Quando a nuvem de pontos possuir classes). Se tratando de nuvem de pontos classificada, o visualizador deve permitir realizar filtros sobre as classes existentes. Bem como, permitir alterar a cor de sua representação;
 - i. O sistema deve dispor de ferramenta para comparação de cenários, visualização simultânea (Swipe). Em aba única, uma linha auxiliar dividirá a tela em duas proporções igualitárias, possibilitando o ajuste pelo usuário. Ambos os cenários, a esquerda e a direita da tela, deverão comportar mapas e camadas, obrigatoriamente;
 - j. Possuir integração com o Google Street View;
 - k. Permitir pesquisa por coordenada geográfica;
 - l. Possuir visualizador de imagens 360 georeferenciadas;
 - m. Permitir em ambiente web a medição de atributos por meio da utilização das imagens 360 georeferenciadas;
 - n. Permitir em ambiente web a medição de atributos por meio da utilização do google street view;
 - o. Permitir fazer download da perspectiva de visualização da imagem 360° georeferenciada;
 - p. Permitir georeferenciar pontos específicos utilizando imagem 360° retornando assim sua posição geográfica com informações de longitude latitude e altitude bem como suas coordenadas x,y,z;
 - q. Permitir a visualização do perfil de elevação de um ou mais modelos digitais de elevação em janela acoplada, com a possibilidade de exibição no mapa do ponto superposto pelo cursor na janela do perfil. A ferramenta ainda deverá permitir habilitar e desabilitar a visualização dos modelos altimétricos; ampliar região de interesse; aplicar zoom e exportar o perfil em formato de imagem (png ou jpeg);





- r. Ferramenta de perfil do terreno: A partir de linha desenhada pelo usuário, sistema deverá fornecer gráfico representando altimetria do terreno;
- s. Importar camadas de pontos de fotos 360°. Visualizar as fotos 360° no navegador usando níveis de zoom e girar ao redor para a esquerda, direita, para cima e para baixo. Navegar pelas fotos 360° utilizando um mapa de localização;
- t. Permitir navegar por imagens 360° clicando na direção que deseja se movimentar;
- u. Permitir inserção de escala em mapa para zoom ajustado;
- v. Visualizar camadas de imagens raster do projeto em formatos ECW e GeoTiff;
- w. Permitir sincronização em massa de imagens de diferentes entidades cadastrais tais como: Lotes e edificações;
- x. O campo de pesquisa deve ser robusto e inteligente, retornando prioritariamente os dados cadastrais disponíveis no sistema. Caso não haja registros correspondentes, a busca deve ser realizada na plataforma do Google para obter e exibir a geolocalização no mapa;
- y. Visualização em tempo real dos problemas reportados nas vias do município por usuários de aplicativos de navegação, como Waze e Google Maps;
- z. Listar e evidenciar no mapa em exibição os resultados dinâmicos da consulta;
- aa. Sistema deve ser capaz de calcular de forma autônoma a numeração métrica dos lotes vinculados a um respectivo logradouro;

- Em relação as Buscas:

- a. Permitir a identificação de feições (e seus atributos) do mapa (Identify);
- b. Permitir a criação de critérios de busca que encontrem e selecionem feições com base em atributos alfanuméricos específicos;
- c. Criação de expressões de consulta definidas pelo usuário, que permita o cruzamento de duas ou mais camadas;
- d. Localizar através de endereço;
- e. Localizar através de inscrição imobiliária;
- f. Localizar através do código do cadastro;
- g. Localizar loteamento, quadra ou lote de loteamento;
- h. Localizar distrito;
- i. Localizar setor;
- j. Localizar bairro;
- k. Localizar quadra;
- l. Localizar imóveis de contribuinte através de nome ou parte do nome, ou CPF/CNPJ;
- m. Visualização de dados dos imóveis, inclusive com a imagem frontal e planta cartográfica do mesmo;
- n. Cálculo de medidas de áreas;
- o. Visualização de dados de determinada planta de quadra apontada pelo usuário, listando os imóveis existentes na quadra e planta cartográfica da mesma;
- p. Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das seções;
- q. Visualização da imagem da seção de logradouro;
- r. Permitir ao usuário definir as propriedades de transparência dos diferentes temas;
- s. Realizar cálculos de medidas de áreas

- Em referência a classificação temática dos dados vetoriais

- a. Ser capaz de exibir feições de formas diferentes, com base no valor de um determinado atributo;
- b. Ser capaz de exibir feições usando esquema de graduação de cores;
- c. Tematização para lotes;
- d. Tematização para edificações;
- e. Tematização para logradouros;
- f. Tematização para zoneamentos;

- Em referência a Rotulação de Texto de Mapa deverá:

- a. Ser capaz de apresentar etiquetas de maneira instantânea (on-the-fly);
- b. Possuir uma biblioteca pré-definida de estilos de etiqueta;
- c. Permitir ao usuário controlar quais temas serão exibidos com etiquetas

- Quanto à interoperabilidade com fontes de dados, deverá:

- d. Permitir ao usuário controlar quais temas serão exibidos com etiquetas;
- e. Importação de arquivos vetoriais com atributos do tipo shapefile (SHP), KML, WMS e Geojson. Exportação de geometrias com atributos de uma camada em arquivo Geojson, KML, DXF e shapefile (SHP);
- f. Web Services (compatíveis com a definição WMS da OGC);

- Quanto à automação de dados, o ecossistema do SIG WEB, no quesito edição Cartográfica, deverá:

- a. Suportar ilimitadas operações de undo;
- b. Suportar ilimitadas operações de redo;





- c. Oferecer capacidade de integração com aplicativo Mobile de coleta de dados em campo;
- d. Permitir ao usuário redimensionar feições selecionadas por meio da manipulação de um de seus vértices;
- e. Ser capaz de “agarrar” (snap) feições a vértices já existentes;
- f. Ser capaz de “agarrar” (snap) feições a faces já existentes;
- g. Ser capaz de “agarrar” (snap) feições a terminações já existentes;
- h. Ser capaz de “agarrar” (snap) feições no meio de linhas já existentes;
- i. Ser capaz de orientar a criação de feições usando como referência pontos perpendiculares.
- j. Permitir ao usuário adicionar vértices durante a edição de feições;
- k. Permitir ao usuário remover vértices durante a edição de feições;
- l. Permitir ao usuário mover vértices durante a edição de feições;
- m. Permitir ao usuário navegar onidirecionalmente (pan) pelo mapa durante as operações de edição;
- n. Permitir ao usuário ampliar e reduzir o enquadramento do mapa (zoom in) durante as operações de edição;
- o. Incluir e geocodificar lote, edificação, logradouro/seções, quadra, piscina, distrito, setor, bairro, meio-fio/calçada, poste e zoneamento (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na inclusão e geocodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo);
- p. Cancelar lote, edificação, logradouro/seções, quadra, piscina, distrito, setor, bairro, meio-fio/calçada, poste e zoneamento (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na exclusão devem estar presentes e atualizados ao fim do processo);
- q. Realizar desmembramentos (todos os procedimentos de cadastro envolvidos no desmembramento devem estar presentes e atualizados ao fim do processo);
- r. Realizar unificação de lote, edificação, logradouro e seções, e meio-fio/calçada (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na unificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo);
- s. Permitir ao usuário remover vértices das feições, de maneira automática, a partir de definições de tolerância;
- t. Permitir ao usuário definir a tolerância do magnetismo em unidades de mapa;
- u. Permitir ao usuário definir a tolerância de maneira interativa;
- v. Permitir ao usuário o cálculo do número métrico territorial com base nos dados cartográficos de lote e logradouro;
- w. Permitir ao usuário a consulta de viabilidade do lote com base nas diretrizes urbanísticas permitidas em cada área/zona;
 - Quanto à automação de dados, o ecossistema do SIG WEB, no quesito edição de Atributos, deverá:
 - a. Incluir/ excluir/ alterar informações de distrito;
 - b. Incluir/ excluir/ alterar informações de setor;
 - c. Incluir/ excluir/ alterar informações de bairro;
 - d. Incluir/ excluir/ alterar informações de quadra;
 - e. Incluir/ excluir/ alterar informações de lote;
 - f. Incluir/ excluir/ alterar informações de avaliação;
 - g. Incluir/ excluir/ alterar informações de logradouro e seções;
 - h. Incluir/ excluir/ alterar informações de parâmetros de zoneamento;
 - i. Incluir, excluir, alterar itens de cadastro, ou seja, customizar campos de dados, definindo o nome do campo e o tipo de entrada de dados (numérico, texto, seleção ou multiseleção);
 - Quanto à automação de dados, o ecossistema do SIG WEB, no quesito usuários de sistema, deverá:
 - a. Incluir, alterar e excluir perfil de usuário;
 - b. Incluir, alterar e excluir usuários;
 - c. Vincular usuário(s) a determinado perfil;
 - d. Definição da utilização/ visualização de camadas, ferramentas e itens de cadastro para o perfil;
 - e. Deverá promover o registro e acompanhamento em log das transações (inclusão/alteração/exclusão) efetuadas pelos administradores na base de dados de usuários, bem como pelos usuários nas bases de dados do aplicativo;
 - Quanto a Topologia de Dados, o sistema deverá:
 - a. Permitir ao usuário um rápido e fácil entendimento da forma de navegação e dos elementos disponíveis nas telas.

Quanto ao registro de logs do SIG/Logo da Prefeitura Deverá promover o registro e acompanhamento em log de todas as transações efetuadas pelos administradores na base de dados de usuários, bem como pelos usuários nas bases de dados do aplicativo.

O SIG contratado deverá integrar-se ao sistema tributário da PMN, para fins de cálculos tributários necessários a partir de layout a ser disponibilizados á CONTRATADA, a partir da definição das melhores práticas de interoperabilidade, como exemplo: webservice, CSV, arquivo texto e banco de dados.

O Sistema deverá disponibilizar os dados para o Sistema Tributário, conforme integração a ser definida pela CONTRATANTE.

Para manter a integridade e consistência dos dados, qualquer ação de entrada ou modificação nos dados deverá ser realizada diretamente no sistema de informações geográficas (SIG).

Como forma de disponibilização/integração dos dados, com o atual sistema tributário da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismos de integração, conforme orientação da CONTRATANTE.





Todos os sistemas contratados, deverão utilizar uma única base de dados, a fim de manter a integridade, completeza e repositório único de dados.

O banco de dados deverá ser PostgreSQL, de forma a manter a compatibilidade com os bancos de dados já existentes no Município e por utilização de softwares Open Source.

O sistema deverá operar totalmente em ambiente web, licenciado, sem limite de usuários, admitindo-se apenas para as funcionalidades de edição cartográfica a utilização de sistema desktop integrado, desenvolvido ou customizado, que apresente as funcionalidades mínimas exigidas.

O sistema deverá utilizar a mesma base de dados do Sistema de informações geográficas (SIG), aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário e logradouro especificado neste termo de Referência.

O sistema deverá utilizar linguagem de programação moderna, robusta e escalável, projetado para dispositivos móveis, de preferência na plataforma Android ou IOS desenvolvido sobre modernas técnicas de programação, como orientação a objetos, persistência de dados, etc.

A coleta de dados em campo deverá ser realizada com a utilização de coletores de dados portáteis, fornecidos pela CONTRATADA, que deverá ter funcionalidades específicas para a atualização dos dados alfanuméricos e gráficos, incluindo o desenho do croqui do imóvel que deverá ser elaborado eletronicamente, com software específico para o desenho do croqui da edificação dentro do lote e demais edificações, no caso de existir mais de uma unidade imobiliária no terreno.

Os dados deverão ser coletados através de coletores de dados portáteis com aplicação específica para este fim, devendo impedir interstício de informações incorretas e possuir sincronismo com o Sistema de informações geográficas (SIG), aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário.

O aplicativo de Coleta de Dados deve estar/ser customizado em conformidade a orientação pela CONTRATANTE.

O aplicativo de Coleta de Dados deverá permitir o controle de usuários através de senhas para acesso ao software instalado nos equipamentos de coletas de dados.

O aplicativo de Coleta de Dados deverá permitir a coleta e armazenamento dos dados com suas referências geográficas, baseadas em mapas alojados nos equipamentos de coletas, integrando informações cadastrais, cartográficas e fotos.

O aplicativo de Coleta de Dados deverá possuir mecanismos de visualização das frações cartográficas instaladas nas memórias dos equipamentos de coletas de dados, com controle de posicionamento da visualização através de funções de Zoom, Pan e outros recursos gráficos.

Deverá posicionar geograficamente as edificações nos terrenos urbanos diretamente nas frações dos mapas instalados nas memórias dos equipamentos de coleta de dados, com procedimento de medição das edificações.

Deverá possibilitar o desenho dos croquis que representam as projeções dos lotes e das edificações, registrando suas dimensões e áreas construídas diretamente nas frações dos mapas instalados nas memórias dos equipamentos de coletas, bem como, ferramentas para desconto de beirais em desenhos pré-existentis.

Deverá possibilitar o desenho dos croquis e os descontos, quando necessário, das áreas dos polígonos internos que representam as áreas vazadas das edificações.

Deverá possibilitar aos cadastradores tirar fotos de fachadas das edificações, com câmeras fotográficas incorporadas aos equipamentos de coleta, georreferenciadas e indexadas aos respectivos imóveis.

Deverá mostrar graficamente toda a área de trabalho, possibilitando a seleção de qualquer feição para checar dados de posição e atributos.

Após a identificação e atualização cadastral dos imóveis com discrepâncias, deverá ser atualizado o Sistema de informações geográficas (SIG), aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário adotando os mesmos critérios quanto aos "layers".

Caberá à CONTRATADA realizar a implantação dos sistemas e a carga de dados em servidor que deverá ser provido e gerido pela Prefeitura. Os sistemas web e mobile deverão operar via browser, online e pela internet, com as rotinas e dados hospedados em servidor local da Prefeitura. O sistema desktop deverá ser o QGIS ou similar, que deverá ser instalado em computadores indicados pela CONTRATANTE e seus dados acessados em servidor local da Prefeitura. É fundamental que os sistemas web, mobile e desktop utilizem a mesma base de dados, de uso compartilhado e integrado. O sistema web deverá estar preparado para operar sem limites de usuários e integrado ao sistema de Gestão Municipal em uso pela CONTRATANTE. Para tanto, caberá a CONTRATANTE prover acesso aos dados, através de Tabelas e Visões, e conceder Permissões e cadastrar Novos Usuários, assim como fornecer os devidos "dicionários de dados" para que os dados dos sistemas de gestão possam ser consumidos diretamente pelos sistemas de geoprocessamento.

Os dados poderão também, alternativamente, ser acessados pelos sistemas de geoprocessamento por "webservices" nos padrões REST ou SOAP ou carga de dados com rotinas de atualizações periódicas.

Caberá à CONTRATADA elaborar as devidas parametrizações dos dados e rotinas para que o resultado do uso das funcionalidades atinja os objetivos desejados.

Caberá a CONTRATANTE fornecer cópias das Legislações Municipais, mapas e demais informações estratégicas para que os serviços de parametrizações contratadas sejam realizados.

Caberá à empresa e posteriormente aos gestores da administração municipal a configuração dos sistemas em relação aos usuários, seus vínculos e hierarquias por secretaria municipal, seus níveis de acesso em relação aos conteúdos, ferramentas e edição dos dados.

A CONTRATADA deverá implantar o QGIS ou similar, software SIG de licença livre, enquadrado na GNU GPL, multiplataforma, que permite visualização, edição e análise de dados georreferenciados em computadores indicados pela Prefeitura.

A função do SIG Desktop é de apoio ao SIG Web. Com funcionalidades mais avançadas, ele deverá ser utilizado para realizar tarefas mais complexas e produzir conteúdo para ser exibido no SIG Web.

A CONTRATADA deverá fazer customizações no SIG Desktop para automatizar a edição cartográfica e tabular do mapa urbano fiscal para resolução das inconsistências, operando integrado a base de dados do cadastro imobiliário municipal. Em relação ao suporte técnico a CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes canais de entradas para as solicitações:

- E-mail;
- Telefone;
- Contato via WhatsApp.

O atendimento remoto será disponibilizado de segunda a sexta-feira, durante o horário comercial, com exceção dos feriados municipais, estaduais ou nacionais.

Após o diagnóstico e a identificação de atendimento dentro do escopo, o analista responsável pelo atendimento deve entrar em contato com o solicitante e informar as soluções encontradas ou auxiliar na resolução do problema por telefone ou e-mail.





O suporte técnico, deverá ser estruturado em 03 (três) níveis de atendimento em relação à SEVERIDADE do cenário causado pelo incidente que gerou o chamado, conforme Quadro 1 - Níveis de SEVERIDADE para manutenção do SLA abaixo:

SEVERIDADE DE INCIDENTES		
Nível	Classificação	Prazos
CRÍTICO	Representa um incidente crítico na solução que possa tornar inoperante qualquer serviço atendido pela solução essencial da Prefeitura Municipal	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 2 (duas) horas para início do atendimento; 4 (vinte e quatro) horas para solução do incidente (dias úteis)
URGENTE	Representa um incidente na solução que está causando ou irá causar uma impossibilidade operacional parcial nos serviços e funcionalidades da solução objeto deste Termo de Referência para a Prefeitura Municipal. Apesar da impossibilidade operacional parcial continuam em operação os serviços essenciais para a manutenção das atividades da Prefeitura Municipal	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 6 (seis) horas para início do atendimento; 48 (Quarenta e oito) horas para solução do incidente (dias úteis)
ROTINA	Representam falhas mínimas na solução que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação da solução objeto deste Termo de Referência da Prefeitura Municipal, ou ainda a operação/acesso afetada(o) só é usada(o) eventualmente ou temporariamente.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 24 (vinte e quatro) horas para início do atendimento; 72 (setenta e duas) horas para solução do incidente (dias úteis)

Os profissionais de atendimento devem estar capacitados para responder às solicitações dos usuários licenciados, esclarecendo dúvidas sobre características e funcionalidades da solução, além de fornecer informações sobre evoluções tecnológicas.

Após o diagnóstico, o analista responsável pelo atendimento deverá entrar em contato com o Licenciado para informar a(s) solução(ões) encontradas ou auxiliá-lo na resolução do problema por telefone ou e-mail, desde que a solicitação esteja dentro do escopo de atendimento.

O tempo necessário para finalizar o atendimento poderá variar conforme a natureza do problema e as variáveis que precisam ser reproduzidas para simular a situação relatada.

Caso a solução exija uma pesquisa mais extensa, resultando em um prazo de atendimento superior aos limites dos 3 níveis de severidade definidos, as partes deverão discutir em conjunto um novo prazo, levando em consideração a razoabilidade do cenário para ambas as partes.

A empresa vencedora deverá fornecer quaisquer atualizações, alterações e/ou correções decorrentes de erros ou falhas detectadas pelo fabricante na versão licenciada, conforme estipulado no contrato e durante o período acordado.

Dentro do escopo destes serviços se encontram as manutenções preventivas e corretivas.

Caracterizam-se Manutenções Preventivas, a realização de reparos no sistema sem custos adicionais, com o objetivo de mitigar ou eliminar defeitos e riscos à integridade das informações.

A contratada deverá realizar manutenções periódicas para prevenir ameaças e falhas maiores no sistema.

Caberá, ao identificar uma ameaça, comunicar a CONTRATADA, informando as medidas corretivas, prazo e impactos, aguardando aprovação dos serviços.

A empresa analisará o prazo e impactos propostos pela CONTRATADA e decidirá se acata ou não, de acordo com os níveis de serviço e penalidades estabelecidas.

Os chamados de manutenção preventiva podem ser registrados tanto pela CONTRATADA quanto pela CONTRATANTE.

A solução de problemas não acarretará custos adicionais para a CONTRATANTE.

As Manutenções Corretivas incluem os reparos de defeitos em componentes de software da solução, inclusive em integrações com dados e outros sistemas, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.





A empresa deverá se comprometer a corrigir erros, falhas ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento da solução, sem custos extras para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA será responsável pela análise e elaboração dos requisitos para atender às legislações federais e estaduais, disponibilizando as atualizações na solução dentro do prazo estabelecido pela norma, independentemente de solicitação da Prefeitura.

Os usuários devem acionar o suporte técnico, utilizando a ferramenta de chamados, sempre que identificarem problemas no uso do sistema.

Constituem exemplos de Manutenções Corretivas os exemplos a seguir:

- Esclarecimento de dúvidas operacionais nos softwares prestados;
- Auxílio da identificação de bugs:
- a. Indicação de solução de contorno (workaround) para bug, quando possível;
- b. Indicação do procedimento mais adequado para atendimento da análise requerida pelo solicitante;
- c. Provimento de informações sobre as funcionalidades;
- d. Indicação de melhores práticas desenvolvidas para os softwares fornecidos;

Quanto às questões de Hospedagem em Nuvem, o Sistema deverá ser instalado em um Data Center com estrutura adequada para suportar as instalações e configurações necessárias à operação da solução.

Durante a vigência do contrato, a contratada deverá garantir os recursos e serviços necessários para a operação do sistema, conforme as seguintes condições:

- Garantir recursos suficientes para armazenar a solução e o banco de dados, permitindo o crescimento e expansão conforme necessário;
- Providenciar atualizações e a aplicação de patches nos softwares instalados, sempre com comunicação prévia à equipe técnica da Prefeitura e mediante sua aprovação, quando necessário ou recomendado pelos fabricantes.

O Data Center deverá possuir alta performance e balanceamento de carga, com disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Os servidores de internet, aplicativos e banco de dados deverão ser configurados com componentes redundantes, oferecendo alta disponibilidade e proteção contra vírus, spywares e outras ameaças virtuais. Além disso, deverão gerar cópias de segurança para garantir o armazenamento seguro dos dados, e o tráfego para o servidor de backup não deverá competir com o tráfego externo.

Serão disponibilizados links de comunicação de alto desempenho, com banda compatível com a demanda dos usuários, garantindo alta disponibilidade e desempenho. As conexões devem ser seguras, com certificação e criptografia no transporte das informações (https).

Com relação ao Ambiente do Data Center, deverá conter:

- Links de comunicação de alto desempenho com Banda compatível com a demanda e com garantia de Alta Disponibilidade, capazes de disponibilizar acesso via WEB;
- Ambiente de homologação nas mesmas condições do ambiente de produção, atendendo os mesmos requisitos, com os sistemas integrados para customizações, implementações e testes, que se façam necessários para atender às peculiaridades da legislação.

3.2 Treinamentos e capacitação dos servidores para utilização do SIG, Software de Serviços e lançamento de informações imobiliárias.

A CONTRATADA deverá ministrar treinamento que atenda aos objetivos da implantação e operacionalidade de todo o Sistema, a atualização e a manutenção dos dados. O objetivo específico é a transferência de conhecimento e consequente capacitação de servidores municipais para realização de atividades nos termos descritos de modo independente, permitindo com isso dar prosseguimento às ações implantadas e maximizar o investimento realizado.

O Treinamento deverá ser ministrado no Município, sendo o local aprovado a ser disponibilizado pela CONTRADA.

A capacitação dos técnicos do Município no uso do Sistema e componentes que comporão todo o produto a ser adquirido.

A capacitação dos técnicos do Município a operar o Sistema e suas funcionalidades para o gerenciamento, a análise, edição e impressão de dados.

A capacitação dos técnicos do Município para a continuidade e atualização dos dados do sistema.

Após a implantação do sistema, a CONTRATADA será responsável pelo treinamento dos usuários designados pela CONTRATANTE.

Esta etapa deverá ser realizada preferencialmente e a critério da CONTRATANTE nas dependências da CONTRATANTE, ou em outro local indicado por ela, em datas e horário definidos em comum acordo entre as partes;

A CONTRATADA deverá elaborar o conteúdo programático do treinamento.

A carga horária do treinamento deverá ser suficiente para atender adequadamente às necessidades de capacitação e transferência de conhecimento de cada público-alvo;

O treinamento inicial deve ser presencial, baseado no uso prático do sistema, utilizando uma base de dados de testes que permita a entrada de dados, a análise e visualização de todas as funcionalidades e deve ter duração máxima de 40 horas. Após o treinamento presencial, para as necessidades futuras que venham a ocorrer, o treinamento será on-line.

A infraestrutura física (sala, equipamentos, projetor etc.) será de responsabilidade da CONTRATANTE.

Caso a CONTRATADA necessite de algum equipamento que atenda a uma necessidade especial, poderá fazer o uso de dispositivos de sua propriedade, desde que seja SEM ÔNUS para a CONTRATANTE.

Toda despesa decorrente dos treinamentos (instrutores, elaboração do material didático, deslocamento, alimentação e hospedagem dos instrutores, etc.) será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Os instrutores deverão ser altamente capacitados e conhecer todo o sistema e possuir experiência prática de utilização do mesmo;

A CONTRATADA deverá promover retreinamentos, sempre que forem feitos ajustes relevantes que impactem na utilização do sistema, SEM ÔNUS para a CONTRATANTE. Esses retreinamentos poderão ser feitos on-line.

Será dever da CONTRATADA capacitar a equipe técnica da CONTRATANTE para operar e manter os sistemas de informações geoespaciais, tanto o SIG WEB e Mobile.

Deverá ser realizado Treinamento teórico e prático aos servidores municipais envolvidos nas atividades afins a esta contratação, desde o cadastramento e atualização cadastral até alimentação e gerenciamento do SIG Desktop, Web e Mobile. A duração/carga horária dos treinamentos será de acordo com as necessidades específicas do Município.





Após a implantação do sistema, a CONTRATADA será responsável pelo treinamento dos usuários designados pela CONTRATANTE;

3.3 Serviço de Customização, Manutenção e Atualização tecnológicas do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Os serviços de Manutenções Adaptativas consistem na adaptação, parametrização ou desenvolvimento da solução para melhorar a usabilidade ou garantir a conformidade com a legislação e requisitos específicos solicitados pelo município.

Quando a necessidade de Manutenção Adaptativa estiver relacionada a mudanças na legislação municipal, a Prefeitura será responsável por avaliar e elaborar os Requisitos Funcionais e de Negócios, por meio de documento próprio, que deverá conter a aprovação dos responsáveis pela área requisitante.

A CONTRATANTE encaminhará a CONTRATADA os Requisitos de Manutenção Adaptativa. Essa solicitação será registrada no sistema de chamados, e a contratada emitirá um número de referência, denominado Número de Demanda, para ser utilizado em todas as comunicações sobre a Manutenção Adaptativa.

Após receber os Requisitos de Manutenção Adaptativa, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias após a abertura do chamado, uma proposta técnica contendo, no mínimo: a quantidade de horas necessárias para o desenvolvimento da Manutenção Adaptativa, o prazo para implementação e os possíveis impactos da implantação.

A CONTRATADA se compromete a ajustar a solução para atender a atualizações decorrentes de alterações legislativas, dentro do prazo estabelecido pelo legislador, sem custos adicionais para a Prefeitura.

As Manutenções Adaptativas, exceto aquelas relacionadas a alterações legislativas, deverão ser realizadas conforme os prazos definidos nas propostas de trabalho.

Após a implementação da manutenção no ambiente de transferência, o serviço será homologado e disponibilizado para uso em produção.

As Manutenções Evolutivas consistem no atendimento às demandas de melhorias e adequações no Sistema que não se enquadram em Manutenção Adaptativa. Isso inclui funcionalidades não exigidas nos requisitos deste Termo de Referência e seus anexos, com o objetivo de realizar os ajustes necessários para garantir a sustentação da solução.

Quando a Prefeitura identificar a necessidade de Manutenção Evolutiva, deverá avaliar e elaborar, por meio de documento próprio, os Requisitos Funcionais e de Negócios necessários para a implementação da manutenção, incluindo a aprovação dos responsáveis da área proprietária do negócio em análise.

A CONTRATANTE encaminhará a CONTRATADA os Requisitos de Manutenção Evolutiva. Essa solicitação será registrada no sistema de chamados, e a contratada emitirá um número de referência, denominado Número de Demanda, que deverá ser utilizado em todas as comunicações sobre a Manutenção Evolutiva.

Após o recebimento dos Requisitos de Manutenção Evolutiva, a CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a abertura do chamado, uma proposta técnica. Essa proposta deverá incluir, no mínimo, a quantidade de horas técnicas necessárias para o desenvolvimento da Manutenção Evolutiva, o prazo para implantação e os possíveis impactos dessa implantação.

Após receber a proposta, a CONTRATANTE, homologará a proposta e emitirá uma Ordem de Serviço, autorizando o início da Manutenção Evolutiva. O prazo de entrega será contado a partir do primeiro dia útil após o registro no chamado.

Após a conclusão da Manutenção Evolutiva, os requisitos propostos serão homologados, de acordo com o que foi previsto na Ordem de Serviço.

Para cada solicitação de desenvolvimento, deverá haver uma proposta detalhada, incluindo, no mínimo, o escopo do desenvolvimento, a quantidade de horas técnicas e o prazo de execução. Essa proposta deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

O dimensionamento das demandas de Manutenção Adaptativa e Evolutiva será medido em horas técnicas, e essas horas sempre deverão ser previamente aprovadas pela Prefeitura.

Para entregar uma versão da solução contendo o desenvolvimento solicitado, a contratada deverá disponibilizar a versão na área de transferência definida pela Prefeitura. A partir deste momento, cessará a contagem do prazo de entrega, conforme estipulado na respectiva Ordem de Serviço.

A proponente deverá ainda promover Atualizações Tecnológicas de caráter legal dos sistemas fornecidos e possíveis releases, de forma que o objeto deste edital atenda a legislação federal, estadual, municipal vigente e das normas e procedimentos do Tribunal de Contas do Estado, sem custo adicional para a contratante.

Com relação aos Dados tratados pela solução proposta, caberá a CONTRATADA fornecer uma cópia da base de dados, incluindo todas as tabelas de dados de interesse da Prefeitura, sempre que solicitado.

A entrega dos dados será realizada mediante processo formal de solicitação por parte da Prefeitura.

A responsabilidade sobre o uso da base de dados fornecida será exclusivamente da Prefeitura, não cabendo a CONTRATADA qualquer responsabilidade por uso indevido dos dados ou eventuais vazamentos, exceto nos casos em que se prove inequivocamente que a origem do evento foi devido à contratada.

Os dados deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da recepção formal da solicitação pela contratada.

Como parte do programa de manutenção da solução, o fornecedor deverá oferecer acesso a treinamentos virtuais sobre o uso e recursos da solução. O treinamento remoto será individual ou para grupo de servidores e deverá ser pré-agendado com a contratada e ministrado no período das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h com carga horária de até 8h/semana. O treinamento deverá estar disponível durante a vigência do contrato.

4.0 ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1 Projeto de numeração predial e preparação para codificação postal

Deverá ser realizado a regularização dos endereçamentos postais e numerações oficiais nas respectivas unidades municipais obedecendo os seguintes critérios:

- Emprego de sistema métrico para determinação das numerações que devera obedecer, por convenção, a ordem crescente, o sentido norte-sul e leste-oeste. Um lado do logradouro contendo numerações pares e outro, ímpares;
- Estruturação do cadastro técnico de logradouros.

A metodologia a ser desenvolvida deverá seguir padrões para que o crescimento da Municipalidade sempre tenha uma numeração sequencial lógica, independente da sua área de expansão e da localização da mesma no Município.

A determinação do Marco Zero, assim chamado para o início da numeração sequencial, deverá ser no Centro Geográfico do Município, tendo em vista que desta forma a numeração sempre será lógica e sequencialmente métrica,



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





independentemente de onde venha a ocorrer os vetores de desenvolvimento da cidade. A partir desse Marco, conjuntamente com os técnicos da Prefeitura serão determinados Eixos de logradouros centrais referenciados pelo Marco Zero, que de acordo com os pontos cardeais solares passarão por toda a cidade se expandindo para vias verticais (Leste-Oeste) e horizontais (Norte-Sul), estes Eixos irão se expandir até os limites da cidade (perímetro, confrontação).

Nos logradouros dos municípios serão realizados serviços iniciais de identificação e organização de dados para as etapas subsequentes.

Serão levantados em campo ou nos arquivos disponíveis todos os dados técnicos necessários a individualização dos logradouros:

- Código do logradouro;
- Denominação;
- Pontos de início e fim do logradouro, segundo base cartográfica existente;

Considera-se ponto de início de um logradouro sua extremidade mais próxima do marco zero ou ponto central do Município.

Na impossibilidade de aplicação da regra anterior, o ponto de início será determinado pela extremidade mais próxima do logradouro em relação aos eixos norte-sul ou leste-oeste do Município, assim considerados.

É a partir do ponto de início ou origem, que será iniciada e baseada a numeração predial dos imóveis situados no logradouro, bem como aferida a distância métrica do imóvel em relação ao ponto.

Tratando-se de logradouro que não apresente interligação com vias identificadas, o ponto de início será a intersecção com o eixo do logradouro identificado.

Situação do ponto inicial, mediante apontamento do logradouro que interliga o ponto inicial ou referencial próximos, quadras fiscais lindeiras aos pontos de início e término do logradouro, em cada setor atingido, setor cadastral. No reordenamento da numeração predial o projeto atenderá os seguintes critérios:

- O projeto de numeração consiste na obtenção de uma faixa de valores métricos entre as divisas de cada lote, que possibilite a escolha do número a ser adotado para cada edificação;
- Para cada edificação será atribuído um número dentro da faixa que corresponde a distância em metros, medida sobre o eixo do logradouro, desde o ponto de origem até a entrada de acesso a edificação dentro do lote;
- Considera-se origem o ponto de intersecção do eixo do logradouro em estudo, com o eixo do logradouro onde ele tem seu início;
- Havendo no mesmo lote vários usos com acessos independentes, os números concedidos deverão corresponder a distância medida em metros, pelo eixo do logradouro desde a origem até os respectivos acessos;
- Nos terrenos não edificados ou vazios será prevista numeração. As testadas ocupadas pelos terrenos vazios terão números disponíveis para futuras aplicações;
- Para os lotes ou terrenos sem edificação será definida a margem métrica entre os lotes;
- A numeração será par a direita e ímpar a esquerda do eixo do logradouro, de acordo com a testada do lote;
- Não serão aplicadas as normas anteriores em casos de vias sem saídas e nos casos de vias que, de acordo com o levantamento de campo, tiver a maior parte da numeração em sentido contrário ou diferente dos critérios ora fixados.

4.2 ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

A Planta de Genérica de Valores - PGV existente no Município, deverá ser atualizada objetivando a definição dos novos valores unitários fiscais que formarão a base de cálculo dos tributos.

Deverá ser basear nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e nas recomendações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE.

A mesma deverá ser elaborada atendendo o seguinte:

- O método avaliatório exigido para este trabalho é o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado - NB 14653 2, ou seja, aquele que define o valor através da comparação de dados de mercado assemelhados quanto às características intrínsecas e extrínsecas do imóvel.
- É condição fundamental para aplicação deste método a existência de um conjunto de dados que possa ser tomado, estatisticamente, como amostra do Mercado Imobiliário.

Para cumprimento desta condição, a empresa deverá obter esse conjunto de dados contando com total cooperação da Administração Municipal e, através de solicitações oficiais do Município, obter as informações necessárias com integrantes da sociedade que possuam tais informações.

Será adotado o nível de rigor referido à "Avaliação Normal" NB 14653 2, que admite o tratamento definido como homogeneização nos casos de avaliações coletivas ou avaliações em massa, como é o caso da avaliação de imóveis urbanos para fins tributários.

Neste caso, os valores pesquisados deverão ser tratados e homogeneizados observando os seguintes fatores:

- Elasticidade de oferta: Os elementos coletados a partir de anúncios, ofertas e outras fontes de informações podem não refletir com absoluta exatidão o valor de mercado, pois admitem uma elasticidade de negociação;
- Fator Profundidade: influência da profundidade será considerada a partir da Profundidade Equivalente (divisão da área do terreno por sua frente efetiva) do terreno;
- Fator Testada: A influência da testada será considerada a partir da Frente Efetiva, a ser definida na elaboração do detalhamento metodológico;
- Fator Situação: é a posição do terreno dentro da quadra, ou poderá ser considerado o fator de múltiplas frentes;
- Fator Topografia: é a regularidade topográfica do terreno, onde poderá ser aclive, declive ou irregular, sofrendo depreciação;
- Fator Equipamentos Urbanos: presença ou ausência de equipamentos urbanos nos trechos dos logradouros;
- Fator Pedologia: que determina a situação da superfície do solo, por estarem sujeitas a inundações periódicas ou permanentes;
- Fator Acesso: é calculada em função da distância do terreno até o local mais próximo que passa o transporte coletivo;
- Fator Gleba: para cálculo de terrenos com área superior a 5.000 m² além da correção do valor básico do metro quadrado do terreno;
- Fator Forma: define a figura geométrica do terreno;
- Pesquisa de Valores Imobiliários;

Deverá ser organizada uma pesquisa de valores imobiliários junto às diversas fontes de informações, com a finalidade de se obter através de tratamento estatístico, valores unitários básicos de metro quadrado de terreno por face





de quadra ou trechos de logradouros considerando a especificação dos critérios de homogeneização conforme disposto no item anterior.

A pesquisa deverá considerar, preferencialmente, os elementos de uma mesma região geoeconômica, de um mesmo zoneamento e de um mesmo setor fiscal, evitando-se coletar dados com mais de 12 (doze) meses anteriores à data da avaliação. Essa definição se dará após avaliação dos dados de divisão de zoneamento disponibilizado pela prefeitura, a fim de subsidiar os trabalhos.

A amostra deverá ser representativa dentro do universo de imóveis que constitui uma região geoeconômica.

O preço homogeneizado deverá ser utilizado métodos estatísticos de eliminação das discrepâncias para saneamento da amostra.

A contratada deverá desenvolver e apresentar um aplicativo que permita a visualização de qualquer imóvel objeto deste certame, demonstrando os valores venais, valor de m² utilizado para cálculo e valor lançado de IPTU, todos do ano corrente anterior à aplicação da nova PVG, bem como as mesmas informações se aplicada a nova PVG.

Qualquer imóvel poderá ser consultado, localizando o mesmo por inscrição imobiliária ou endereço ou nome do Contribuinte.

O Aplicativo também deverá disponibilizar as informações do item 10.6.1, num somatório de valores Bairro a Bairro, e total do Município.

- Deverá ser adequada a PGV à realidade do Município;
- Deverá ser priorizado a compatibilidade com o mercado imobiliário;
- Deverá ser simulado os valores venais e do IPTU para o próximo exercício fiscal.
- Deverá ser apresentada a nova versão da PGV à equipe técnica municipal, para discussão de cada tópico.
- Deverá acompanhar o envio e a tramitação à Câmara de Vereadores do Projeto de Lei da nova PGV.
- Deverá ser desenvolvida com metodologia de atualização e integrada à legislação de uso e ocupação do solo, Código Tributário Municipal e demais sistemas de gestão urbanística pertinentes à valoração da propriedade urbana.
- Deverá ser aprovada nas instâncias competentes, a fim de ajustar o valor venal dos imóveis urbanos existentes nos municípios consorciados, obedecendo às normas legais que regem a matéria e aproximando-o do valor real das propriedades face aos melhoramentos introduzidos pela gestão municipal.
- Desenvolvimento de metodologia que incorpore a PGV ao ambiente SIG;
- Análise das Legislações de Uso e Ocupação do Solo, CTM e demais sistemas que interfiram na valoração do imóvel urbanos;
- Análise da Norma Brasileira NBR 14653/04 e NBR 9284/86 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Criação de temas para elaboração da PGV conforme metodologia elaborada e legislação específica;
- Construção das Plantas de Zonas homogêneas, de forma que cada imóvel tenha informação de qual zona ele pertence;
- Pesquisas de mercados imobiliários;

CUSTOS

Todos os custos necessários à prestação dos serviços tais como mão de obra e leis sociais, veículos, computadores, impressoras, equipamentos, trenas, materiais, formulários dos boletins, uniformes, crachás, dentre outros, correrão por conta da EMPRESA, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas devendo a mesma prestar todos os serviços elencados, considerando-se como infração o não cumprimento destas condições, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da EMPRESA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto.

A contratada deverá apresentar as composições de preço unitário para cada serviço de acordo com as especificações, quantidades e dimensionamento para os serviços e exigidos nesse Edital e seus anexos.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Resguardados os procedimentos legais pertinentes, a Prefeitura Municipal aplicará penalidade (s) ao licitante vencedor conforme a seguir:

- multa por inadimplemento de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência.
- multa por inadimplemento de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.
- multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- c. O valor das multas aplicadas, após regular o processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- d. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos e ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especifica neste Termo de Referência e em sua proposta.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a ser executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Apresentar os empregados devidamente providos com os Equipamentos de Proteção Individual-EPI.

Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização de trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento ao contrato.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Períodos de manutenção programada deverão ser informados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e realizados exclusivamente entre as 22:00h e as 06:00h.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrosanitárias, elétricas e de comunicação.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos.

Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto neste TR.

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante. sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública.

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equivocos no dimensionamento da proposta.

Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados

RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

Não permitir, quando for o caso, que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma de Registro de Preços.

Zelar para que durante toda a vigência do Registro de Preços sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Conformidade com a LGPD:

- A Contratada obriga-se a cumprir integralmente as diretrizes da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), tratando os dados pessoais e fiscais dos contribuintes coletados ou hospedados unicamente para a finalidade de execução deste objeto.
- É vedado o uso de técnicas de cruzamento de dados, inteligência artificial ou compartilhamento da base municipal com entidades terceiras sem expressa autorização do Encarregado de Dados (DPO) do Município.

Infraestrutura e Hospedagem em Nuvem:

- O software em modelo SaaS deverá operar em servidores de nuvem de alta confiabilidade (certificação mínima internacional ISO/IEC 27001 e SOC 2 Tipo II).
- A Contratada deve garantir criptografia de dados em trânsito (protocolo HTTPS/TLS) e criptografia de dados em repouso nos bancos de dados.
- Deverão ser realizados backups automáticos diários com retenção mínima de 30 (trinta) dias, mantendo uma cópia externa de contingência (*disaster recovery*).

Reversibilidade e Propriedade dos Dados:

- Toda a base de dados geográfica, cadastral, imobiliária e fotográfica gerada ou inserida no sistema pertence de forma irrevogável e exclusiva ao Município.
- Ao término do contrato por qualquer motivo, ou em caso de rescisão, a Contratada deverá exportar e entregar à Administração a totalidade dos dados em formatos abertos, universais e interoperáveis (como PostgreSQL/PostGIS, Shapefile, GeoJSON ou CSV), sob pena de retenção de valores e sanções judiciais.



**ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA****(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM O CNPJ E ENDEREÇO)****À PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO****Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026 – REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviço técnico especializado de levantamento aerofotogramétrico digital, com licenciamento e implantação de software como serviço (SAAS) de gestão do cadastro territorial multifinalitário em ambiente web, mobile e server, com serviços de implantação, parametrização, configuração, carga de dados, treinamento (presencial e ead) e suporte técnico, e manutenção continuada (corretiva, adaptativa e evolutiva) para a modernização administrativa do município.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, Estabelecida na _____, para o fornecimento do bem relacionado no Anexo I, Lote ____ pelo preço total de R\$.....(.....).

1- Os valores unitários e total da proposta, de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$).

2- O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data do julgamento das propostas.

3- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregar todos os itens no prazo estipulado no Edital.

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo

Telefone/ fax/e-mail:

**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br



ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.805.528/0001-80, com sede à Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140 - Centro, Mata de São João – Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 11.144.137/0001-36 neste ato representado pela Pregoeira Oficial, **Sra. Aizi de Oliveira Rolemberg**, CPF nº 039.964.795-30, e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo-assinadas, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 714/2023, **Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024**, resolvem Registrar os Preços, conforme decisão exarada no **Processo Administrativo nº. 7922/2026** e HOMOLOGADA, no dia ____/____/____, referente ao **Pregão Eletrônico Nº 56/2026 – REGISTRO DE PREÇOS**, consoante as seguintes Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E EMPRESA REGISTRADA.

Contratação de empresa especializada para serviço técnico especializado de levantamento aerofotogramétrico digital, com licenciamento e implantação de software como serviço (SAAS) de gestão do cadastro territorial multifuncional em ambiente web, mobile e server, com serviços de implantação, parametrização, configuração, carga de dados, treinamento (presencial e ead) e suporte técnico, e manutenção continuada (corretiva, adaptativa e evolutiva) para a modernização administrativa do município.

1.2. A empresa registrada é a seguir descrita com a respectiva qualificação:

1.2.1. _____.

1.2.1.1 Endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes _____

1.2.1.1.1 Dispensa-se comunicação mediante correspondência física. Assim a empresa ora registrada na presente Ata de Registro de Preços se responsabiliza pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido através de declaração solicitada no edital que originou o presente instrumento.

1.3. Quando da emissão da **Nota Fiscal de Prestação dos Serviços**, a CONTRATADA deverá preenchê-la, minimamente, com a descrição serviços prestados com indicação dos equipamentos fornecidos, identificação do evento, data e horário

1.4. Os itens registrados na Ata de Registro de Preços serão os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	VALOR UNITÁRIO	QUANT. TOTAL	PEDIDO MÍNIMO	PEDIDO MÁXIMO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL (Algarismo e por extenso)							

1.5. O processo, normas, instruções, edital, seus anexos, assim como também a Ata de Registro de Preços e as propostas das empresas registradas na licitação modalidade **Pregão Eletrônico Nº 56/2026 – REGISTRO DE PREÇOS**, conforme o Item 1.2., passam a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preços independente de transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO E DO RECEBIMENTO

2.1. Os serviços deverão estar em conformidade com o indicado nas Ordens de Serviço emitidas pela **Secretaria Municipal Gerenciadora** da presente Ata de Registro de Preços, nas quantidades solicitadas e de acordo com as especificações exigidas no processo licitatório, observando o Decreto Municipal nº. 17/2024 com referência à Comissão de Recebimento de Materiais.

2.1.1. No curso da execução deste instrumento, caberá às Secretarias responsáveis o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições constantes na presente Ata, promovendo a aferição qualitativa e quantitativa dos produtos disponibilizados e efetivamente entregues, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Gerenciadora.

2.1.1.1. A fiscalização exercida pela **Secretaria Municipal Gerenciadora** não implica em co-responsabilidade sua ou do(s) responsável(s) pelo acompanhamento da Ata de Registro de Preços, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da empresa registrada, inclusive por danos que possam ser causados à PMSJ ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da empresa registrada na execução da Ata.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





2.2.1. O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo eles:

- a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

2.3. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da empresa vencedora pela validade e qualidade da prestação dos serviços.

2.3.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

2.4. Na hipótese de constatação de anomalia que comprometa a utilização adequada do objeto desta Ata de Registro de Preços, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. Caso seja constatado que a prestação dos serviços apresenta irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar que sejam refeitos e/ou corrigidos, no prazo de 03 (Três) dias úteis contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS.

3.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes das respectivas Planilha de Preços, constante na Cláusula Primeira da presente **Ata de Registro de Preços**.

3.2. O preço unitário a ser pago será o ofertado na proposta e registrado na Cláusula Primeira da presente **Ata de Registro de Preços**.

3.3. Os pagamentos serão efetuados, **no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, de acordo com o recebimento, conferência e **aceite dos serviços efetivamente prestados**, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

a) Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela empresa no plano de trabalho, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha com o quantitativo de itens realizados e relatórios detalhados.

b) Após a verificação de conformidade dos serviços entregues e não havendo ressalvas, o Fiscal emitirá o parecer aprovando os serviços realizados, no qual emitirá a autorização de medição e apresentação das notas fiscais para pagamento para o devido empenho.

c) Caso haja correções nos produtos apresentados, o contratado deverá atender as especificações definidas, devolvendo ao fiscal do contrato para nova avaliação verificação de conformidade.

3.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

3.3.2. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

3.3.3. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

3.3.6. No caso de empresa em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

3.3.7. No caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

3.3.8. A não apresentação das comprovações acima assegura à Prefeitura o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

3.4. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do Fornecedor junto aos órgãos fazendários e Trabalhistas, todos mediante consultas "on line".

3.4. O valor da Ata de Registro de Preços poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.





- 3.5.** Os quantitativos inicialmente registrados na Ata de Registro de Preços, poderão ser mantidos os mesmos ou ajustados conforme nova avaliação de demanda, em consonância o planejamento da gestão pública, observando as condições orçamentárias e administrativas vigentes.
- 3.6.** A renovação é condicionada a observância de alguns critérios, ou seja, a comprovação da manutenção de preço vantajoso para a Administração pública e celebrada por termo aditivo dentro do prazo da sua vigência.
- 3.7.** Havendo prorrogação da Ata, quando couber, poderá a Empresa Contratada pleitear o reajuste, considerando o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) aferido por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 3.8.** Quanto à renovação, será observada a reposição integral do quantitativo da ata, sem somatória com eventuais saldos remanescentes de exercícios anteriores.
- 3.9.** A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92.
- 3.10.** As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta da seguinte programação financeira:

Informamos a classificação programática da despesa solicitada no presente processo, em conformidade com a Lei nº 1015/2025, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO / U. O	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO
06- SECAF 0601- SECAF	04	126	0002	2008	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Salientamos que a viabilidade da dotação orçamentária será verificada no momento da formalização do contrato e/ou da emissão do empenho.

- 3.11.** A Prefeitura de Mata de São João poderá rever o preço registrado, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo, em comum acordo, à Secretaria responsável da presente Ata de Registro de Preços, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme artigo 25 do Decreto Municipal nº 714/2023.
- 3.12.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a Secretaria responsável, deverá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 do Decreto Municipal nº 713/2023.
- 3.13.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido. Neste caso, deverá a Secretaria responsável convocar os demais fornecedores registrados, visando igual oportunidade de negociação, nos termos do artigo art. 27, §3º, do Decreto Municipal nº 714/2023.
- 3.13.1.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Mata de São João através da Secretaria responsável, autorizada, pelo(a) respectivo Secretário(a), poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes da emissão da Ordem de Serviço. Neste caso, deverá convocar os demais fornecedores registrados visando igual oportunidade de negociação, nos termos do artigo 27, §3 do Decreto Municipal nº 714/2023.
- 3.13.2.** Caso, não haja êxito nas negociações, a Prefeitura de Mata de São João através da Secretaria responsável, autorizada, pelo (a) respectivo **Secretário(a)**, deverá proceder à revogação do item constante na Ata de Registro de Preço, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, conforme determina o artigo 27, §4º do Decreto Municipal nº 714/2023.
- 3.13.3.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas caput do art. 25 do Decreto Municipal nº 714/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE ENTREGA E DOS PRAZOS.

- 4.1. Prazo de Execução dos Serviços:** O prazo de execução dos serviços será indicado em cada Ordem de Serviço.
- 4.2. Local da entrega:** Os serviços ocorrerão ou poderão ocorrer em todo o território do Município de Mata de São João.
- 4.3.** O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo eles:
- c) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 - d) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
- www.matadesaojoao.ba.gov.br





4.3.1. Caso seja constatado que a prestação dos serviços e fornecimento dos materiais apresentem irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital, eles serão rejeitados, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar que sejam refeitos e/ou corrigidos, no prazo de 01 (dia) corrido contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.3.2. Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.3.3. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 01 (dia) corrido, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

4.3.4. O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

5.1. A presente **Ata de Registro de Preços**, ora firmada entre a Prefeitura de Mata de São João e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de **01 (um) ano** a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovado que o preço é mais vantajoso, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. A divulgação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia/vigência.

5.2. A presente Ata de Registro de Preços será extinta pelo decurso do prazo ou pelo esgotamento de seu saldo com expresso reconhecimento do (s) gestor (es).

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES.

6.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o licitante que:

6.1.1. Ensejar o retardamento da execução da Ata de Registro de Preços,

6.1.2. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços

6.1.3. Comportar-se de modo inidôneo,

6.1.4. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa,

6.1.5. Cometer fraude fiscal.

6.2. A multa, no âmbito da Ata de Registro de Preços, poderá ser:

Resguardados os procedimentos legais pertinentes, a Prefeitura Municipal aplicará penalidade (s) a contratada conforme a seguir:

- multa por inadimplemento de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência.
- multa por inadimplemento de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.
- multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

e. O valor das multas aplicadas, após regular o processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

f. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

✓ Suspensão temporária:

✓ Proibição de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, em casos de descumprimento grave da obrigação ou ocorrência de fraude.

✓ Declaração de Inidoneidade:

✓ Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em hipóteses de extrema gravidade, como a prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, declaração falsa ou inexecução contratual que cause grave prejuízo ao interesse público.

✓ Rescisão unilateral:
✓ Conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por inadimplemento que inviabilize a continuidade da execução contratual ou por infrações graves que comprometam a segurança e a qualidade do serviço.

✓ Indenização por perdas e danos:

✓ A CONTRATADA responderá por todos os prejuízos diretos ou indiretos causados à Administração Pública Municipal, incluindo, mas não se limitando a: custos com nova contratação emergencial de serviços, prejuízos decorrentes da paralisação ou interrupção de serviços públicos essenciais, e o custo do refazimento de etapas mal executadas ou refugo de materiais aplicados. O dever de indenizar é independente das multas aplicadas.

6.3. Poderá a Prefeitura Municipal de Mata de São João reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na entrega do objeto advir de caso fortuito ou fatos supervenientes.

6.5. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.6. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

6.7. As sanções mencionadas no presente Edital se aplicam também às Atas de Registros de Preços, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 257 de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre o rito de aplicação de penalidades, *in verbis*:

ART. 51. OS PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS POR ESTE DECRETO APLICAM-SE ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DELA DECORRENTES, ADAPTANDO-SE A NOMENCLATURA DE RESCISÃO POR EXCLUSÃO DE ATA.

6.8. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

6.9. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

6.10. Para o rito de aplicação das penalidades deverá ser observado o Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024

6.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

6.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.13. O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará ao contratado a multa de mora.

6.14. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas conforme lei federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO.

7.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, nos termos das disposições fixadas no artigo 29 do Decreto Municipal nº 714/2023, nas seguintes hipóteses:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto Municipal nº. 714/2023.

7.1.1. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos termos do parágrafo único do artigo 28, §2º do Decreto Municipal nº. 714/2023.

7.2. O cancelamento do registro poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, conforme artigo 29 do Decreto Municipal nº 714/2023.





CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

8.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de emissão de Nota de Empenho de Despesa, conforme o disposto no artigo 34 do Decreto Municipal nº 714/2023.

8.2. O fornecedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da Prefeitura Municipal de Mata de São João, para retirar a Nota de Empenho de Despesa, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.2.1. A recusa da adjudicatória em retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, acarretando o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do artigo 28, inciso II, do Decreto Municipal nº 714/2023.

8.3. O **gerenciamento e Fiscalização** da Ata de Registro de Preços e das Notas de Empenho de Despesas resultantes da presente licitação será feito na seguinte forma:

FISCAL:

NOME: Júlio Éder Da Silva Fernandes

MAT. N°: 9111

GESTOR:

NOME: Máira Eduarda Dos Santos Silva

MAT. N°: 22658

FISCAL - SUBSTITUTO:

NOME: Anderson Sá Bitencourt Laudano

MAT. N°: 7706

GESTOR - SUBSTITUTO:

NOME: Jessica Carvalho Bittencourt Laudano

MAT.N°: 8774

CLÁUSULA NONA – DO REGIME DE FORNECIMENTO E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações das empresas, cujos preços foram registrados na presente Ata:

- 1) Prestar os serviços descritos na Cláusula Primeira, de forma eficiente e adequada e de acordo com a proposta apresentada, atendendo tão somente às Ordens de Serviços emitidas pela(s) **Secretaria(s) Gerenciadora(s)** da presente Ata de Registro de Preços;
- 2) Executar os serviços contratados com **zelo, eficiência e qualidade**, observando as condições estabelecidas no edital, termo de referência, Ata de Registro de Preços e proposta apresentada.
- 3) Cumprir rigorosamente os **prazos, cronogramas e ordens de serviço** definidos pela Administração.
- 4) Disponibilizar **mão de obra qualificada**, em quantidade suficiente, bem como os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à adequada execução dos serviços.
- 5) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços as **condições de habilitação e qualificação** exigidas no procedimento licitatório.
- 6) Responsabilizar-se integralmente por **todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos** decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços, não gerando qualquer vínculo empregatício com a Administração.
- 7) Atender prontamente às **solicitações, orientações e determinações da fiscalização da Ata de Registro de Preços**, prestando os esclarecimentos solicitados.
- 8) Corrigir, **sem ônus adicional para a Administração**, quaisquer falhas, vícios, irregularidades ou serviços executados em desacordo com o contratado.
- 9) Responder por **danos causados à Administração ou a terceiros**, decorrentes de ação ou omissão na execução dos serviços.
- 10) Observar e cumprir a **legislação vigente**, inclusive normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional, meio ambiente e demais disposições legais aplicáveis.
- 11) Não transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços
- 12) Manter **sigilo e confidencialidade** sobre informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual.
- 13) Facilitar o acesso da fiscalização da Administração aos locais de execução e aos documentos relacionados a Ata de Registro de Preços
- 14) Comunicar formalmente à Administração qualquer fato superveniente que possa **prejudicar, atrasar ou impedir** a execução dos serviços.
- 15) Cumprir integralmente as **cláusulas da Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de inadimplemento.
- 16) **Obrigações específicas para a execução dos serviços:**

DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Corresponde à área urbanizada do **Município de Mata de São João - BA**, com 200km², conforme destaque em azul na figura abaixo:

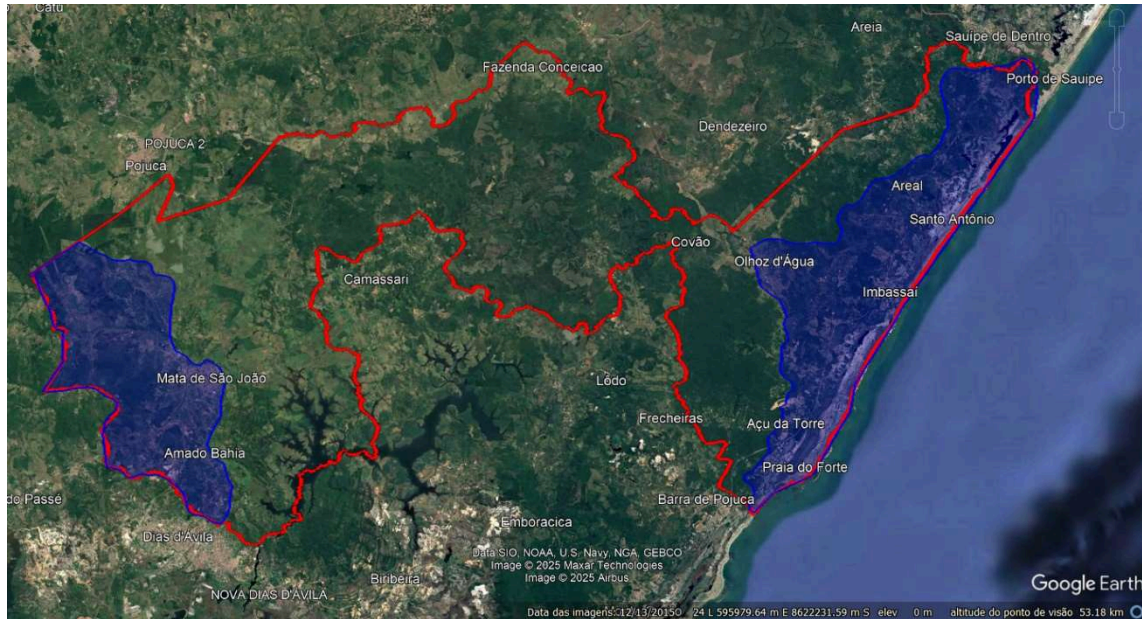


Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





DOS SERVIÇOS

Os serviços em questão serão executados através de ATA DE REGISTRO DE PREÇO, apresentando os seguintes itens.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MAXIMA
1.0	PLANO DE TRABALHO		
1	Plano de Trabalho e estudos preliminares. Planejamento geral detalhado das atividades do projeto.	Serviço	1
2.0	ELABORAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA E DADOS GEOESPACIAIS		
2.1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas da área urbana e Perfilamento a Laser para geração de Curvas de Nível juntamente com rede de referência cadastral e apoio de campo.	Km²	200
2.2	Geração de OrtofotoCartas digitais coloridas na escala de 1:1.000 da área urbana.	Km²	200
2.3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital, na escala 1:1.000.	Km²	200
2.4	Levantamento in loco para a medição das unidades imobiliárias.	Und imob	5.000
2.5	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias.	Und imob	40.000
2.6	Coleta de Imagem Digital das unidades imobiliárias através de imageamento terrestre 360°.	km	350
2.7	Compatibilização e Adequação de dados multifinalitários para formação da base de dados geográficos do Cadastro Técnico Multifinalitário Ctm com atualização do Cadastro Imobiliário Municipal.	Km²	200
3.0	LOCAÇÃO DE SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS) DE GESTÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO EM AMBIENTE WEB, MOBILE E SERVER		



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





3.1	Locação de solução como serviço (SaaS) na web, server e mobile com cessão temporária de direito de uso da licença, por prazo determinado da solução para gestão do cadastro técnico territorial multifinalitário e Monitoramento do Cadastro Imobiliário, Logradouros e Plano Diretor, com fornecimento de licença e Hospedagem em Nuvem, serviço de Help-Desk, Suporte e Manutenção.	Mês	12
3.2	treinamentos e capacitação dos servidores para utilização do SIG, Software de Serviços e lançamento de informações imobiliárias.	horas	300
3.3	Serviço de Customização, Manutenção e Atualização tecnológicas do Sistema de Informações Geográficas (SIG), aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário, de logradouros e plano diretor.	horas	300
4.0	ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS		
4.1	Projeto de numeração predial e preparação para codificação postal	Unid imob	40.000
4.2	Planta Genérica de Valores (PGV)	Unid imob	40.000

1.0 PLANO DE TRABALHO

1.1 Plano de Trabalho e estudos preliminares. Planejamento geral detalhado das atividades do projeto.

Após a emissão da Ordem de Serviço, a empresa deverá providenciar a Mobilização das equipes para realização das etapas de aerolevantamento, apoio de campo e elaboração do plano de trabalho que deverá detalhar a metodologia de desenvolvimento e o modelo de gerenciamento dos serviços a serem realizados no município, levando em consideração diversos aspectos.

Primeiramente, a metodologia de desenvolvimento deve estar alinhada com as especificações técnicas deste Termo de Referência e as normas técnicas aplicáveis.

As especificações deverão estar conforme os requisitos do Termo, contendo os seguintes tópicos:

- Cronograma físico financeiro de Execução dos Serviços: detalhamento do cronograma com todas as atividades a serem desenvolvidas e seus respectivos prazos de duração, compatíveis com os prazos e disponibilidade financeira estabelecidos pela Contratante, numa sequência que considere as relações de precedência e dependência entre atividades.
- O cronograma deverá apresentar os marcos do projeto e definir a data das entregas de produtos intermediários e finais para cada atividade do projeto.
- Descrição da metodologia e parâmetros a serem usados no trabalho;
- Plano de execução dos serviços.
- Detalhamento técnico do recobrimento aerofotogramétrico com a descrição dos equipamentos a serem utilizados, escala do voo, área a ser coberta, áreas prioritárias dentre outras informações pertinentes à área técnica.
- Modelos de relatórios que serão apresentados durante o serviço de levantamento em campo;
- Processo de comunicação (comunicação formal - troca de correspondência e entrega de serviço);
- Cronograma de reuniões presenciais e/ou online: estabelecer frequência mínima a fim de acompanhamento das atividades desenvolvidas ou avaliação de eventuais ajustes de cronograma ou escopo;
- Transferência de Conhecimento (capacitação técnica): detalhamento do plano de capacitações definido em comum acordo com a Contratante. Deve ser apresentado o cronograma de capacitação, as ementas dos cursos e infraestrutura necessária para as execuções presenciais e online das capacitações
- Definição de cronograma, carga horária e ementa dos treinamentos.
- Plano de gerenciamento de riscos.

Além disso, o modelo de gerenciamento dos serviços deve estar em conformidade com os princípios do PMI – Project Management Institute, descrevendo um modelo de gestão que permita o acompanhamento, controle e validação tanto pela CONTRATADA quanto pela CONTRATANTE, quando necessário. Isso deve incluir procedimentos propostos para a comunicação e formalização de decisões entre as partes, os principais pontos de controle interno da qualidade dos serviços, a garantia oferecida sobre os produtos entregues e a capacitação dos usuários dos produtos.

A entrega do Plano de Trabalho deverá ser feita após a apresentação e aprovação da contratada, contemplando, se existentes, as alterações solicitadas, em formato digital (PDF).

2.0 ELABORAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA E DADOS GEOESPACIAIS

2.1 Cobertura Aerofotogramétrica e Perfilamento a Laser (LiDAR) com apoio de campo

A cobertura aerofotogramétrica e o perfilamento a laser (LiDAR) com apoio de campo constituem um conjunto de técnicas avançadas para mapeamento e levantamento topográfico de alta precisão. Por meio da utilização de aeronaves equipadas com sensores ópticos e a laser, é possível gerar imagens aéreas de alta resolução e nuvens de pontos tridimensionais, permitindo a representação detalhada do relevo, da vegetação e de estruturas construídas.

2.1.1 Cobertura aerofotogramétrica digital

A cobertura aerofotogramétrica digital para geração do mapeamento na escala 1:5.000 com GSD de 08 cm ou melhor, deverá ser executada utilizando câmera aerofotogramétrica digital, de modo a adquirir imagens em RGB, adequadas para geração de Ortofotos e deverá estar de acordo com o Padrão de Exatidão Cartográfica – PEC/PCD Classe A, com base no Decreto nº 89.817 de 20 de Junho de 1984, Especificação Técnica para a Estruturação de dados Geoespaciais Vetoriais (ET-ADGV) versão atual e NBR 13.133/1994 (ABNT, 1994).





Nesta etapa deverá ser obtida a autorização de aerolevantamento, a ser solicitada ao Ministério da Defesa.

A empresa vencedora deverá comprovar previamente a inscrição junto ao Ministério da Defesa na categoria A, como empresa especializada para execução de serviços de aerolevantamento, para as etapas de execução da cobertura aerofotogramétrica e seu processamento.

Deverá ser mobilizada toda a infraestrutura, inclusive aeronave e equipes para o desenvolvimento dos trabalhos.

Os equipamentos a serem utilizados na execução da cobertura aerofotogramétrica deverão satisfazer, no mínimo, as seguintes condições:

III -A Aeronave deverá:

- Estar devidamente adaptada e homologada para execução da Cobertura Aerofotogramétrica, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do voo a realizar;
- Possuir sistema GPS para a orientação da aeronave de acordo com o plano de voo;
- Estar equipada com câmera aerofotogramétrica digital com todos os acessórios, para promover resultados conforme especificado neste Termo;
- Estar equipada com o planejamento do voo em meio digital;
- Possuir sistema inercial (IMU) e GPS integrado à câmera e aeronave para registros dos dados de atitude da câmera e aeronave;
- Possuir instalações de antena GPS e IMU integrados a câmera para voo apoiado;
- Possuir sistema de gerenciamento, registro e armazenamento dos dados do voo;
- Estar equipada com sistema de gerenciamento de voo (FMS).

IV -A câmera aerofotogramétrica digital deverá:

- Possuir resolução geométrica de 100 MP (Megapixel) ou mais. Possuir resolução espectral que atenda o intervalo da faixa do visível;
 - Possuir dispositivos eletrônicos para o gerenciamento e controle da câmera para manter a conformidade da cobertura aérea do objeto do trabalho;
 - Ser dotada com dispositivo para correção do arrasto da imagem, tipo FMC (Forward Motion Compensation), mecânico ou digital;
- Deverá ser dada atenção especial em áreas altamente verticalizadas para evitar a perda de elementos a serem restituídos.

A empresa contratada deverá fazer comprovação de calibração da câmara aerofotogramétrica a ser utilizada, através da apresentação do Certificado de Calibração, fornecido pelo fabricante da câmara aérea ou por serviço técnico especializado quando solicitado durante a execução dos serviços.

A cobertura aerofotogramétrica deverá ser executada a partir do Plano de Voo previamente aprovados pela Prefeitura, devendo possuir no mínimo os seguintes aspectos:

- GSD das imagens;
- Altitude do voo;
- Altura do voo, máxima e mínima;
- Quantidades de faixas do voo;
- Numeração das faixas do voo;
- Quantidades de Fotografias;
- Disposição planejada com a formação das faixas de voo e dos modelos, através das coordenadas UTM, fusos, hemisfério Sul, do início e fim de cada faixa (SIRGAS2000), com indicação das coordenadas geográficas nas extremidades, canto direito superior e canto esquerdo inferior;
- Aeroporto ou base das operações de voo;
- A localização da área a ser mapeada com as faixas e fotos sobrepostos graficamente;
- Arquivos digitais gráficos georreferenciados em formato DXF e KML;
- Em cada faixa, em seus extremos, os pontos principais das duas primeiras e das duas últimas exposições deverão encontrar se fora dos limites fixados para a área de trabalho;
- A execução do voo com GSD de 8 cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000, deverá seguir as seguintes prescrições:
 - A superposição longitudinal entre fotografias aéreas consecutivas deverá ser de no mínimo 80%;
 - A superposição lateral entre faixas de voo contíguas deverá ser de no mínimo 50%;
 - Em cada faixa, os pontos principais das duas primeiras e das duas últimas exposições deverão encontrar se fora dos limites fixados para a área de trabalho;
 - A tomada das fotografias deverá ser feita em horário que garanta o máximo aproveitamento da cobertura;
 - Será admitida uma variação na escala de voo de $\pm 5\%$, em relação à escala planejada;
 - Quando houver interrupção na faixa de voo, a retomada da execução da faixa de voo deverá ser feita de modo a haver uma superposição de, no mínimo, dois modelos fotogramétricos;
 - O imageamento deverá ser feito em dias claros, sem brumas, com céu limpo e condições atmosféricas favoráveis. Não serão admitidas fotografias com superexposição e subexposição;

O processamento das imagens coloridas deverá ser realizado em setor de processamento digital, utilizando equipamentos e software apropriados, de acordo com as necessidades do produto a ser gerado.

As imagens "nativas" do sistema deverão ser processadas a partir de sua resolução radiométrica original e exportadas para o formato TIFF (TaggedImage File Format) sem compressão, com resolução radiométrica de 8 bits (256 níveis de cinza) por banda RGB, sem degradação.

Deverá ser desenvolvido uma foto índice para o voo realizado, que deverá ser colorido e as imagens aéreas deverão ser reamostradas para resolução adequada, e montadas em faixas, com as respectivas sobreposições, enquadrada por coordenadas geográficas, através de cruzetas desenhadas nos quatro cantos do foto índice.

Deverão constar no foto índice as seguintes informações:

- Nome do contratante e do executante;
- Escala do foto índice e escala de voo;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- Norte geográfico;
- Número de faixas e fotos que o compõem;
- Mapa de localização da área fotografada;

Para controle da qualidade do serviço a contratada deverá apresentar à fiscalização da Prefeitura um modelo da foto índice que será gerado.

Deverá ser realizada a aerotriangulação para a cobertura aerofotogramétrica com GSD 8 cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000.

A determinação dos parâmetros de orientação exterior (posição e atitude), para imagens métricas digitais de quadro, deverá ser feita através da técnica de Aerotriangulação por bloco, utilizando feixes de raios (BundleBlockAdjustment) e ajustamento pelo método dos mínimos quadrados (MMQ) e seguir, no mínimo, as especificações abaixo:

- Os pontos fotogramétricos, de apoio e de controle deverão ser medidos no modo estereoscópico, utilizando para isso estações fotogramétricas digitais dotadas de recurso tridimensional (3D);
- Os pontos fotogramétricos deverão ser medidos de modo automático ou semiautomático, com refinamento por correlação por mínimos quadrados, de modo a permitir uma precisão de sub pixel.
- A verificação do ponto medido deverá utilizar recursos de visualização tridimensional (3D);
- Em cada imagem deverão ser lidos pelo menos um ponto fotogramétrico por região de Grüber, totalizando, pelo menos, 9 pontos por imagem;
- Nas regiões de sobreposição entre fotos adjacentes (modelos estereoscópicos) deverão ser medidos, pelo menos, um ponto fotogramétrico por região de Grüber bem definido, totalizando pelo menos, 6 pontos por modelo estereoscópico;
- Nas regiões de superposição entre as faixas adjacentes, deverá ser garantida a existência de, no mínimo, 1 ponto de ligação por região de Grüber, totalizando pelo menos 3 pontos nesta região, por imagem;
- Em casos excepcionais (modelo incompleto) admite-se 4 pontos fotogramétricos distribuídos na área útil do modelo;
- Deverá ser feita uma inspeção visual dos pontos fotogramétricos obtidos por correlação (passagem e ligação), para eliminar falsas correspondências em regiões de sombra, objetos em movimento, padrões repetitivos, dentre outras;
- Quando possível, deverão ser incluídos, também, pontos fotogramétricos situados no nível da água de rios e lagos, para que sirvam de controle e verificação da compatibilidade dos resultados com o escoamento normal das águas.

Quanto ao método de obtenção dos parâmetros de orientação exterior das imagens, por medição direta com o emprego de receptores GPS/GNSS e IMU, ressalta-se aqui que: os parâmetros de orientação exterior das imagens obtidos por medida direta poderão ser utilizados para o auxílio à aerotriangulação. Os valores finais desses parâmetros devem, obrigatoriamente, ser determinados por meio da técnica de Aerotriangulação por bloco utilizando feixes de raios (Bundle Block Adjustment) e ajustamento pelo método dos mínimos quadrados (MMQ), conforme aqui especificado.

2.1.2 Perfilamento a Laser

Deverá ser realizado o perfilamento a laser aéreo, para se obter o Modelo Digital de Elevação (MDE), Modelo Digital de Superfície (MDS) e o Modelo Digital do Terreno (MDT). Simultaneamente ao perfilamento, deverão ser utilizadas estações de referência terrestres, para rastreamento por GNSS. A densidade média de varredura deve ser suficiente para representar adequadamente o relevo, considerando uma densidade mínima de 4 pontos/m². Os produtos deverão ser entregues nos formatos LAS, DXF, ASCII, XYZ e SHP.

A aquisição dos dados laser deverá ser realizada de forma simultânea à aquisição das imagens do recobrimento aerofotogramétrico, de modo a evitar diferença temporal e garantir a perfeita coincidência entre os dois tipos de dados.

As curvas de nível deverão ser geradas a partir do MDT classificado e livre de ruídos. A equidistância vertical das curvas de nível não deverá ser superior a 50 cm, devendo atender às precisões estabelecidas pelo PEC-PCD Classe A.

Os equipamentos a serem utilizados na execução da cobertura aerofotogramétrica deverão satisfazer, no mínimo, as seguintes condições:

- II -Do Perfilador a Laser aerotransportado:
- Possuir tecnologia full waveform;

O Perfilamento a Laser deverá ser executado a partir do Plano de Voo previamente aprovados pela Prefeitura, devendo possuir no mínimo os seguintes aspectos:

- Densidade mínima de pontos por metro quadrado da nuvem de pontos a ser obtida;
- Altura de voo condicionada a obtenção da precisão e exatidão necessária para atendimento ao objeto deste Projeto;
- Largura das faixas de perfilamento (varredura);
- Velocidade do voo;
- Ângulo de abertura (swathwide) para varredura do sistema;
- Superposição lateral, que deverá ser de no mínimo 20%;
- Número de faixas;
- Frequência de varredura (scan);
- Espaçamento dos pontos em x e em y;
- Apresentação gráfica das linhas de voo planejadas;





A execução do Perfilamento a Laser com densidade mínima de 4 pontos /m², deverá seguir as seguintes prescrições:

- Os resultados da execução da cobertura aérea com a finalidade do Perfilamento a Laser não deverão divergir em até 5% do apresentado no planejamento, não sendo admissível apresentar valores inferiores que sejam prejudiciais ao atendimento do objeto deste Termo;
- Gerar planilha comparativa dos dados de voo planejados com os dados adquiridos.
- A cobertura aérea deverá ser realizada em condições apropriadas (lentes, luz, filtros e tempo de exposição entre outros) que evitem os efeitos de vinhete (vignette).

Os Modelos Digitais Tridimensionais serão gerados a partir do processamento e classificação da nuvem de pontos do perfilamento laser.

Os modelos tridimensionais serão os seguintes:

- Modelo Digital de Elevação – MDE (modelo de representação em três dimensões, derivado de pontos tridimensionais (X, Y, Z), que representa as altitudes da superfície topográfica desconsiderando os elementos geográficos existentes sobre ela, como cobertura vegetal e edificações)
- Modelo Digital de Terreno – MDT (nuvem de pontos tratada para eliminação de pontos que não compõem o terreno);
- Modelo Digital de Superfície – MDS (nuvem de pontos contendo às edificações, vegetação e demais elementos que compõem a superfície física entre o MDT e a camada atmosfera);

A geração do MDS, a partir da nuvem de pontos do perfilamento a laser, deverá:

- Apresentar todos os pontos coletados na etapa de perfilamento a laser;
- Apresentar precisão compatível com a escala das ortofotos 1:1.000;

O MDT a partir dos dados tratados do perfilamento a laser, deverá subsidiar a geração das ortofotos em escala 1:1.000, e apresentarem as seguintes especificações:

- Apresentar somente pontos no nível do solo;
- Deverá ser composto por malha de pontos irregular e triangular (TIN).

A partir dos pontos do MDT deverão ser geradas curvas de nível, com equidistância vertical de 0,5 (zero vírgula cinco) metros para a área de mapeamento na escala 1:1.000, com as seguintes especificações:

- As curvas de nível deverão ter traçado contínuo (sem interrupção), devendo compor um nível de informação específico, com os respectivos valores altimétricos incorporados como atributos;
- A edição das curvas de nível deverá ser feita para eliminação do excesso de pontos e resíduos de curvas;
- Deverão ser gerados pontos cotados em regiões planas.

2.1.3 Rede de Referência Cadastral e Apoio de Campo

Para realização do Apoio Básico, deverá ser utilizado a Rede de Referência Cadastral do Município - RRCM (caso exista), já prevendo se necessário o adensamento e a manutenção de vértices que porventura estejam danificados. Caso o município não disponha de uma RRCM, a mesma deverá ser implantada. A densidade da RRCM que servirá também de apoio básico, deverá ser de no mínimo 1 marco a cada 10km², devendo seguir ao estabelecido na ABNT 14.166/1998 (ABNT, 1998) e normas/recomendações mais atuais do IBGE. Os marcos poderão ser materializados com utilização de marcos de concreto ou pinos metálicos.

Para a determinação das coordenadas dos marcos deverão ser seguidas as especificações abaixo:

- Deverão ser amarrados à rede geodésica do IBGE referida ao SIRGAS 2000, e a altura ortométrica destes vértices deverá ser obtida aplicando se a correção da ondulação geoidal, podendo esta ser obtida por mapa geoidal local ou pelo mapeo;
- Deverá ser utilizada a determinação relativa, com rastreamento simultâneo mínimo de 04 (quatro) satélites, com elevação mínima de 15° acima do horizonte, utilizando rastreadores de dupla frequência, por um período de, no mínimo, 01 (uma) hora;
- Após o ajustamento dos cálculos, as coordenadas plano retangulares dos pontos de apoio suplementar deverão ser calculadas no Sistema de Projeção UTM (Universal Transverso de Mercator), referenciadas ao SIRGAS2000;
- O processamento e o ajustamento das observações deverão ser feitos com software específico, pelo método de dupla diferença de fase;
- Para cada vértice do apoio básico, deverá ser elaborada uma monografia cujo modelo deverá ser apresentado à Contratante;

Para o caso de implantação de novos marcos deverão ser seguidas as seguintes especificações:

Os vértices do apoio básico a serem implantados deverão ser monumentalizados por marcos de concreto armado, resistentes, de formato tronco piramidal com altura de 60 cm. A base deve ser quadrada com 30 cm de lado e o topo, também quadrado, com 20 cm de lado e com uma chapa de metal cravada no centro contendo as seguintes inscrições,

- Número do marco;
- Nome da contratante;
- Nome da contratada;
- A inscrição "PROTEGIDA POR LEI".

O modelo da chapa de metal a ser implantada deverá ser apresentado à Contratante para prévia aprovação.

Os vértices deverão ser monumentalizados e implantados em locais estratégicos de forma a dificultar sua destruição, devendo ser distribuídos de forma homogênea por toda a área voada.

Deverá ser realizado apoio suplementar para a cobertura aerofotogramétrica com GSD 8 cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





O apoio terrestre suplementar deverá ser executado com o objetivo de determinar coordenadas e altitudes de um conjunto de pontos do terreno, nítidos e identificáveis nas fotografias aéreas, necessários para execução das operações fotogramétricas de aerotriangulação.

A determinação planialtimétrica deverá ser feita por rastreamento de satélites GPS, pelo método relativo estático, em tempo suficiente para resolver as ambiguidades, a fim de garantir a precisão necessária.

As altitudes dos pontos de apoio vertical suplementar deverão ser determinadas por rastreamento de satélites GPS, com aplicação no modelo geoidal para se obter a altitude ortométrica de cada ponto.

Após o ajustamento dos cálculos, as coordenadas plano retangulares dos pontos de apoio suplementar deverão ser calculadas no Sistema de Projeção UTM (Universal Transverso de Mercator), referenciadas ao SIRGAS2000. O processamento e o ajustamento das observações deverão ser feitos com software específico, pelo método de dupla diferença de fase.

2.2 Geração de Ortofotos Digitais

As Ortofotos Digitais referem-se aos mosaicos de ortofotografias coloridas – RGB, na escala especificada, recortadas em folhas e articuladas de acordo a articulação definida em comum acordo com a Contratante, conforme as respectivas áreas de abrangência do projeto.

Deverão ser geradas Ortofotos Digitais na escala 1:1.000 ou melhor, recortadas em folhas e articuladas, conforme as respectivas áreas de abrangência do projeto.

A ortoprojeção deverá ser realizada a partir das imagens digitais, do MDT, dos dados de aerotriangulação, e dos parâmetros de calibração da câmera.

As ortofotos deverão ser recortadas por folhas do Sistema Cartográfico Convencional, preparadas para plotagem, e nos casos em que uma ortofoto for composta por mais de uma imagem, deverá se proceder a mosaicagem de mais de uma ortomagem, garantindo perfeita coincidência geométrica e colorimétrica.

Deverão ser gerados mosaicos contínuos para a área do projeto, em escala e articulação a ser definida em comum acordo com a contratante.

A ortoretificação deverá ser complementada por ajuste radiométrico das imagens visando a eliminar mudanças de luminosidade entre imagens adjacentes e uniformizar o contraste e tonalidade do produto final, sem perda de informações visuais.

2.3 Restituição Estereofotogramétrica Planialtimétrica Digital

A restituição estereofotogramétrica será elaborada em níveis de informação, especificados adiante, de maneira que permita a utilização através de software, tanto em nível topológico dos diversos elementos, com vista à obtenção de uma base cartográfica confiável.

A restituição deverá ser executada em estações fotogramétricas digitais, devendo possuir software de fotogrametria e sistema computacional de desenho apropriado, possibilitando que as informações coletadas sejam registradas e armazenadas de forma adequada, com precisões compatíveis para restituição em escala 1:1.000 ou melhor.

Os originais da restituição deverão ser produzidos na forma digital, gerando se arquivos vetoriais, estruturados em planos de informação padronizados para todas as folhas da planta 1:1.000, distribuídos de acordo com o plano de organização apresentado pela Contratada e aprovado pelo Município.

Da mesma forma, deverá haver padronização na escolha dos tipos de entidades gráficas e seus atributos gráficos para representação cartográfica das diferentes feições e informações marginais, nas folhas de planta 1:1.000. A Contratada deverá apresentar uma proposta de organização lógica dos arquivos vetoriais, com vistas à aprovação do Município

Os arquivos digitais relativos à restituição 1:1000 ou melhor deverão estar nos formato SHP, DXF, Geodatabase e PostgreSQL - PostGIS. Os Níveis básicos de informação que deverão ser restituídos e/ou reambulação e/ou corrigidos na escala em questão

. Para produção dos arquivos vetoriais das folhas da planta em escala 1:1.000, deverão ser restituídos:

• Grupo “Infraestrutura”:

a. Edificações Públicas e Privadas com pavimentos (classificação por tipo de uso);

b. Telheiros;

c. Galpões;

d. Limite de Lote;

e. Lotes Topográficos;

f. Limite de Quadra;

g. Muros;

h. Cercas.

i. Piscinas;

j. Campos de Futebol, Quadras de Esporte e Autódromos;

k. Praças, Parques, Jardins e Canteiros;

l. Pier, Cais e Porto;

m. Postejamento;

n. Luminárias;

o. Subestação de Energia, Torres de Transmissão;

p. Linhas de Transmissão;

q. Aeroportos e Heliportos;

r. Bueiros;

s. Bocas de Lobo;

t. Redes públicas de água, esgoto, dutos (minerodutos, gasodutos, adutoras, oleodutos, etc.), telefonia. (Para que componham a base cartográfica, as referidas redes deverão ser entregues pela contratante, de forma georreferenciada. Não está previsto cadastro de redes em campo.

u. Ferrovias

v.

• Grupo “Rede Viária”:

l. Canteiros centrais;

m. Vias pavimentadas com meio fio e sem meio fio;

n. Vias não pavimentadas com meio fio e sem meio fio;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- o. Vias projetadas e em construção;
- p. Auto Estradas municipais;
- q. Auto Estradas estaduais;
- r. Auto Estradas federais;
- s. Pontes/Viadutos/Elevados;
- t. Escadarias, acessos, caminhos e trilhas;
- u. Passarelas;
- v. Eixo de vias;
- Grupo "Ambiental":
- h. Lagoas/lagos;
- i. Canais;
- j. Açudes/represas;
- k. Rios;
- l. Vegetação;
- m. APP's;
- n. Unidades de Conservação;
- Grupo "Apoio de campo":
- b. Marco e/ou Pinos implantado;
- Grupo "Altimetria":
- e. Pontos cotados em picos de morros, áreas baixas sujeitas a inundação;
- f. Pontos cotados em cruzamento de Logradouros;
- g. Pontos cotados no topo das Edificações ou cumieiras;
- h. Pontos cotados (cotas de aparelho e NA –Nível d'água).
- Grupo "Uso do Solo":
- f. Cultura;
- g. Vegetação de Grande Porte, Médio Porte e Pequeno Porte em áreas rurais;
- h. Pastos;
- i. Árvore Isolada em Áreas Urbanas;
- j. Limite de Áreas Urbanas.

As entidades poligonais deverão ser formadas por polilinhas, resultando em um polígono fechado, e deverão necessariamente ser fechadas topologicamente, tendo as coordenadas iniciais e finais numericamente idênticas. No nível "edificação" cada polígono, seja oriundo da restituição ou da reambulação, que definir uma unidade de edificação deverá ser representado individualmente. As unidades com diferença de pavimentos também deverão ser representadas individualmente. Todos os polígonos deverão ser topologicamente fechados.

As polilinhas comuns de entidades de mesmo nível, devem coincidir topologicamente.

Após a edição cartográfica, revisão e correção dos arquivos digitais deverá ser procedida à limpeza e estruturação topológica dos arquivos, com vistas à eliminação de falhas decorrentes dos processos de restituição e compilação/edição cartográfica, bem como garantir, principalmente:

- A continuidade de elementos gráficos lineares, principalmente das curvas de nível (geradas a partir dos dados do perfilamento a laser e editadas cartograficamente)
- A eliminação de elementos duplicados ou desnecessários (fragmentos);
- A eliminação ou correção de "gaps" e "dangles";
- As ligações das partes de feições representadas em mais de uma folha;

2.4 Levantamento Cadastral Imobiliário Em Campo

Nesta etapa deverá ser executada a atualização da Base de Dados do Cadastro Imobiliário, contemplando 5.000 (cinco mil) unidades imobiliárias previstas na área urbana.

I. Considera-se uma unidade imobiliária:

- a) Terreno Baldio
- b) Casa
- c) Apartamento
- d) Sala/ Loja
- e) Galpão
- f) Edícula
- g) Garagem
- h) Telheiro
- i) Box de Garagem/ Hobby Box

A seleção dos lotes a serem visitados será feita pela comparação entre a base alfanumérica do atual sistema tributário do município e os encontrados pela Contratada. A partir da análise de diferenças entre a base cadastral existente e aquela obtida a partir da vetorização, serão escolhidos os lotes a serem objeto do levantamento em campo.

- Parâmetros para o cálculo de área edificada
- Altura do pavimento a ser definida com a contratante.
- Profundidade do beiral a ser definida com a contratante.
- Desconto do beiral aplicado apenas no prolongamento das arestas da edificação onde estes foram representados na restituição aerofotogramétrica.
- Acréscimos de áreas edificadas devem ser calculados para cada unidade autônoma cadastrada no lote.
- A divisão do acréscimo de área edificada entre unidades autônomas do mesmo lote devem ser proporcionais a porcentagem da área edificada cadastrada junto ao Cadastro Imobiliário Municipal.

O levantamento cadastral será feito de forma seletiva, indicado pelo Contratante, ou seja, serão visitados somente os lotes com potenciais alterações em suas informações construtivas, de difícil identificação dos limites ou ainda imóveis clandestinos os quais não constam da atual base cadastral, detectados no levantamento aerofotogramétrico e perfilamento laser.

A Contratada deverá empregar técnica e metodologia própria, que deverá ser aprovada pela Contratante, para a identificação das diferenças de áreas, considerando nesta a diferença entre a área edificada do cadastro do imóvel em comparação com a área edificada resultante da modelagem das edificações oriundas



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





da nova base cartográfica deste contrato. Na comparação deverá ser observada a existência de mais de 01 (uma) unidade imobiliária autônoma no lote, assim como o pé direito da mesma e seu uso para considerar a área total edificada desconsiderando galpões com pé direito elevado.

Esta etapa corresponde à coleta em campo de dados físicos dos imóveis, entrevistas com seus ocupantes, bem como a captura e disponibilização de fotografias digitais dos mesmos, para a devida comprovação das características construtivas apuradas nos respectivos imóveis.

A contratada deverá elaborar estudo visando selecionar as unidades imobiliárias a serem objeto de cadastramento, com participação e aprovação por parte do Contratante. Este estudo deverá ser feito com base nos dados existentes a serem fornecidos pela contratante e no produto do levantamento aerofotogramétrico e perfilamento laser, objeto desta contratação.

A Contratada deverá utilizar sistema para coleta eletrônica dos dados do boletim de informações cadastrais, com carregamento nos equipamentos eletrônicos portáteis de coleta, com interface gráfica.

O layout do BIC (Boletim de Informações Cadastrais) deverá atender as informações do layout do BIC já existente no município.

Após a primeira tentativa frustrada de levantamento de dados de um imóvel, deverá ser enviada correspondência padrão para o proprietário/contribuinte, informando quando a Contratada retornará ao imóvel e seus telefones do escritório para contato.

As medidas dos imóveis serão obtidas a partir da vetorização com desconto da medida de beiral previamente acordada com o Contratante.

O desenho definitivo dos lotes e das edificações deverá ser feito utilizando-se de aplicativos CAD (Computer Aided Design) ou GIS, em formato DXF, DWG, SHP.

A Contratada deverá utilizar-se de mecanismos de controle de qualidade, de forma a evitar informações imprecisas, inconsistentes ou incorretas, devendo informar a natureza destes mecanismos em sua proposta técnica.

Todos os cadastradores deverão estar uniformizados e devidamente identificados por crachás impressos com seu nome, número da carteira de identidade, identificação da empresa e dos telefones do escritório e da contratante para possível consulta por parte do entrevistado.

Quando não for possível proceder com a medição ou coleta de dados e imagens de algum imóvel, deverá constar no Croqui e posteriormente no Banco de Dados, o motivo:

- I. Proprietário ausente ou;
- II. Levantamento não autorizado pelo proprietário ou;
- III. Edificação não habitada;

Deverão ser programadas equipes para trabalhar aos fins de semana quando necessário, a fim de visitar/revisitar os locais em que os proprietários estavam ausentes. Cumpridos os procedimentos nos casos em que ocorrer a ausência do responsável ou o impedimento da equipe responsável pelo levantamento a área construída será estimada a partir de elementos existentes na Restituição/Vetorização através da Ortofotocarta na escala 1:1.000, com respectivo desconto de beiral.

Deverá ser realizada a edição vetorial dos Croquis retornados do Levantamento em campo, em especial as Edificações levantadas, representando as graficamente utilizando as medidas obtidas em campo, bem como proceder com a sua geocodificação e correlação cadastral com o atual Banco de Dados Tributário, quando a referida unidade imobiliária já existir no mesmo.

Ficará a cargo da Contratada, a geração de arquivo de dados com todas as alterações e novos cadastros, que deverá ser definido de comum acordo com a equipe técnica Municipal, para importação destes no Sistema de Gestão Tributária existente.

2.5 Edição Vetorial e Geocodificação

A vetorização consiste em traçar as feições de uma imagem convertendo as mesmas em dados vetoriais digitais, permitindo seu uso e manipulação em Sistemas de informações geográficas (SIG). Essa técnica transforma elementos visuais em geometrias (pontos, linhas e/ou polígonos) com atributos espaciais, viabilizando análises, modelagens e visualizações espaciais precisas.

A Geocodificação de imóveis consiste na conversão de endereços ou descrições de localização em coordenadas geográficas (latitude e longitude), possibilitando a associação espacial dos imóveis a mapas digitais. Esse processo é fundamental para integrar dados alfanuméricos com informações espaciais em ambiente SIG, facilitando consultas, cruzamentos e tomadas de decisões geográficas. Nesta etapa deverá ser executada a vetorização e geocodificação das unidades imobiliárias, contemplando o total de unidades imobiliárias existente na área da CONTRATANTE.

A Contratada deverá promover reuniões mensais com a equipe técnica municipal designada pelo Município, visando informá-los sobre os trabalhos realizados naquele período.

A edição Vetorial dos lotes e edificações deverá ser elaborado em conformidade com o levantamento aerofotogramétrico, o levantamento 360° e o levantamento realizado em campo observados os procedimentos mínimos descritos a seguir:

- a) Digitalização dos imóveis (lotes e edificações), constantes do Cadastro:
 - * Representação da geometria e dimensões do lote;
 - * Geometria e dimensões da área construída;
 - * Identificação do tipo e uso da unidade (conforme metodologia definida e previamente aprovada);
 - * Alinhamento(s), testada principal e respectiva indicação do logradouro e número predial existente no

local;

A representação gráfica dos níveis de informação de Quadra e Lote será finalizada após confrontação com as Plantas de Quadras existentes, Loteamentos, Base de Dados de Atributos atualmente usada no Sistema Tributário e no Geoprocessamento e com o Levantamento in loco realizado.

A abrangência dos trabalhos de atualização cadastral dos imóveis compreenderá o tratamento de situações relativas aos imóveis atualmente cadastrados e as novas unidades habitacionais incluídas pela busca de alterações ou de inclusões de registros cadastrais singularmente não conhecidos pela Administração Municipal, abrangendo as etapas descritas nesta seção.

Essa etapa deve ocorrer paralelamente e em total sintonia com a etapa de Compatibilização e adequação da Base Cartográfica do Município.





2.6 Levantamento de Fotos 360° Terrestres Georreferenciadas

O produto será composto por imagens georreferenciadas obtidas por sensor imageador, embarcado em veículo, com entrega de banco de imagens georreferenciadas, fotos de fachadas dos imóveis, das vias e demais elementos antrópicos e naturais existentes no quadro da fotografia. Com o respectivo sistema visualizador das imagens que compõe o produto com simulador de passeio e campo de visualização de 360°, além da integração do banco de imagens ao software municipal de manutenção do cadastro imobiliário georreferenciado.

O mapeamento de 360° ao nível da rua deverá abranger todas as vias do município Contratante, incluindo vias pavimentadas e não pavimentadas;

O levantamento deverá atender os seguintes requisitos:

- Para a exatidão e aproveitamento máximo do serviço, deverão ser tomadas imagens coloridas em alta resolução (Resolução mínima de 12 megapixel), que permitam a perfeita visualização, interpretação e identificação das fachadas de todas as edificações e seu respectivo número de porta existentes na área do projeto e de todos os objetos naturais e antrópicos apresentados no quadro da imagem, como o sistema viário, placas de ruas, de publicidade, fachadas dos imóveis, etc;
- Deverá ser coletado e preenchidos todos os atributos externos visíveis de cada um dos imóveis do imageamento conforme BCI do município, assim como também o preenchimento dos atributos externos visíveis de cada logradouro conforme o BCL do município;
- O equipamento utilizado para a tomada das imagens deverá possuir seis (6) câmeras RGB com Alta resolução, mínima de 12k cada e produzir imagens em 360°. Cada posição em que as fotos são tomadas deve ter uma visão em 360° do sistema de câmeras. Uma das câmeras do sistema deve estar virada para cima para que as imagens 360 do sistema possam cobrir formas de maior altura e evitar a perda de dados de cadastro de imóveis ou estruturas importantes;
- Deverá possuir um sistema GNSS dupla frequência que incorpora uma IMU, duas antenas GNSS e um hodômetro digital (DMI) para garantir a coleta de informações georreferenciadas de feições de alta qualidade em ambientes urbanos.
- O levantamento deverá ser realizado por todo o sistema viário possível, abrangendo a totalidade de imóveis do CONTRATANTE;

As imagens obtidas deverão estar georreferenciadas ao Sistema de Referência SIRGAS 2000 e projetadas na projeção Universal Transversa de Mercator (UTM).

As imagens fornecidas como produto final deverão ser processadas evitando qualquer impacto relacionado ao uso indevido de imagens, conforme estabelecido no Art. 7º, inciso X da Lei nº 12.965/2014 e do Código Civil Brasileiro, realizando a edição das imagens para que a identificação de rostos de pessoas ou placas de automóveis, caminhões, motos e relacionados não sejam identificados.

Todas as fachadas dos imóveis existentes dentro da área de realização do projeto deverão ser mapeadas, possibilitando uma visão de 90% da imagem esférica (10% não visível corresponde à parte inferior do campo de visão esférico).

O intervalo de captura das imagens não poderá ultrapassar 5 (cinco) metros, garantindo o imageamento de todos os lotes do Município.

O imageamento deverá ser realizado, preferencialmente, em dias ensolarados.

Para o processamento das imagens e a fase de elaboração de mosaicos, deverá ser garantido o encaixe das imagens adjacentes, eliminando todos os efeitos de paralaxe.

As imagens frontais de cada lote deverão ser nomeadas com a inscrição imobiliária do respectivo lote, conforme base cadastral fornecida pela CONTRATANTE em formato shapefile com a codificação dos lotes, e seguido da numeração predial identificada na imagem (Ex.:12.123.1234.1234 – 00000).

A base de apoio utilizada para o pós-processamento dos dados – Global Navigation Satellite System (GNSS) – deverá estar posicionada a uma distância não superior a 40 (quarenta) km do local imageado.

Nas vias públicas de até 02 (duas) faixas de tráfego o imageamento móvel terrestre poderá ser realizado em qualquer uma das faixas. Nas vias públicas com 03 (três) ou mais faixas de tráfego, o imageamento móvel terrestre deverá ser realizado na faixa mais próxima aos imóveis. Nas rodovias com pistas marginais o imageamento móvel terrestre deverá ser realizado tanto na pista marginal como na faixa mais próxima do canteiro central da via principal.

O imageamento de ruas nos trechos de atividades comerciais com trânsito de grande movimentação ou veículos grandes estacionados deverão ser mapeadas, preferencialmente, nos dias e horários com menor fluxo de veículos.

A empresa deve utilizar as imagens obtidas a partir do levantamento terrestre 360° e capturar fotos das placas de denominação de logradouros públicos existentes nas esquinas das vias, deve ser realizada a vinculação com o trecho de logradouro existente no cadastro da Município contratante, além de obter as informações referentes a coordenada da placa, tipo (i) face simples - de parede, (ii) face dupla - de poste, estado de conservação e denominação.

As imagens devem ser entregues em formato digital (TIFF, jpeg ou PNG) e os dados alfanuméricos em formato de Shape (SHP) a serem inseridos no sistema da PMF pela contratada, como também entregues em nuvem e/ou HD externo.

Todos os recursos computacionais para o armazenamento e processamento das imagens durante a vigência do contrato até a entrega dos produtos finais serão providos pela CONTRATADA;

Todas as imagens obtidas serão de propriedade do Município a partir da data de entrega e aprovação do produto por parte da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá fornecer cessão total de direitos sobre todas as imagens fornecidas.

Caso as imagens não estejam legíveis ou não sejam aprovadas pela análise de qualidade da CONTRATANTE, as imagens rejeitadas deverão ser realizadas novamente.

As imagens capturadas nos logradouros durante o mapeamento móvel serão processadas por inteligência artificial, com o objetivo de otimizar o planejamento de manutenção, reduzir custos e prevenir acidentes, realizando a identificação, classificação e elaboração de relatórios, conforme os seguintes critérios:

- Classificação do tipo da superfície em asfalto, paralelepípedo, lajota e sem pavimentação.
- Detecção de buracos, rachaduras e craquelados;
- Detecção de caçamba de entulho;





IV. Detecção de sinalização horizontal;

V. Detecção de sinalização vertical.

As imagens coletadas no mapeamento móvel terrestre 360° deverão ser integradas ao Sistema de Informações Geográficas (SIG), sendo responsabilidade da empresa prestadora de serviços as tarefas de integração, parametrização, modelagem e conversão dos dados para o carregamento no sistema.

O Sistema por sua vez, deverá dispor de ferramentas específicas de visualização das imagens captadas pelo mapeamento móvel, com indicação da data de realização da coleta.

Deverá ser capturadas as imagens de todo o posteamento dos logradouros e de seus respectivos “braços” de luminárias, assim como os transformadores neles instalados.

Deverá ser entregues os seguintes produtos:

- Relatório (planilha) comparativo entre as áreas obtidas a partir da restituição e as áreas cadastradas;
- Banco de dados imobiliário completo contendo o seu cadastro atualizado;
- Banco de dados de logradouros completo contendo o seu cadastro atualizado;
- Banco de dados de faces de quadra completo contendo o seu cadastro atualizado;
- Relatório da execução do Mapeamento Móvel Terrestre 360°;
- Conjunto de fotografias obtidas no Mapeamento Móvel Terrestre 360°;

2.7 Compatibilização e Adequação de dados multifinalitários para formação da base de dados geográficos com atualização do Cadastro Imobiliário Municipal

Inicialmente, a empresa a ser contratada deverá proceder um diagnóstico em relação à base de dados utilizada pela Prefeitura, tendo em vista analisar as opções para sua adequação e/ou complementação.

Com a implantação e fornecimento da licença do SIG, deverão ser realizadas as atividades de customização dos módulos do sistema para que se adequem às necessidades do município

Deverá contemplar dados Espaciais, Alfanuméricos e Imagens.

I. Base de Dados Espaciais

a) Esta base deverá ser criada a partir das Ortofotocartas, do Perfilamento a Laser, e dos dados do levantamento em campo a ser realizado, previstos nesta contratação, promovendo, com apoio nos elementos cartográficos existentes na prefeitura (base de espaciais existente, plantas de quadras / lotes, plantas de loteamentos, etc.) os ajustes necessários através de vetorização dos polígonos e polilinhas de entidades de referência espaciais representadas pelas quadras, lotes, eixos de logradouros, segmentos de face de quadras e por pontos geográficos de informações geoespaciais.

b) A base assim elaborada deverá permitir a adoção de um sistema de codificação geográfica que deverá se constituir em “CHAVE ÚNICA” para georreferenciamento de dados e informações tabulares existentes nos cadastros mantidos pelas secretarias municipais.

c) A base de dados espacial deverá conter no mínimo os Distritos, Setores, Bairros, Quadras, Seções/Segmentos de Logradouro, Lotes e Edificações, onde os elementos cartográficos deverão ser representados e identificados com códigos geográficos (geocodificação) conforme abaixo:

Camada	Tipo de entidade	Geocodificação
Bairro	Polígono	Código do Bairro
Loteamento	Polígono	Código do Loteamento
Distrito	Polígono	Código do Distrito
Setor	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor
Quadra	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra
Lote	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote
Edificação/ Unidade	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Edificação + Número da Unidade
Piscina	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Piscina
Seção/ Segmento de Logradouro	Polilinha	Código do Logradouro + Código da Seção/ Segmento

Obs.: Na Geocodificação de Bairro, Logradouro, Seção/Segmento de Logradouro e Lote, devem ser utilizados os códigos já existentes na Base de Dados atualmente utilizada no Município.

II. Base de Dados Alfanuméricos



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





b) Deverá abranger informações sobre as propriedades imobiliárias edificadas ou não, quadras, lotes, glebas, logradouros e segmentos de logradouros. Estas informações deverão possuir referências espaciais únicas geradas a partir da Base de Dados Espaciais do CTM, visando a integração e cruzamento de informações geográficas para usos múltiplos da administração municipal de Vitória.

Esta etapa visa também, a consolidação das informações do Plano Diretor e dados Socioeconômicos para uso nos diversos setores da administração.

Informações do Plano Diretor:

- Construção da Geocodificação, que consiste na criação de uma chave de ligação empregada no relacionamento entre as duas Bases de Dados (Espacial e Alfanumérica), executando este procedimento para todos os Zoneamentos;
- Proceder com as rotinas de fechamento topológico, transformando o Zoneamento em polígonos fechados;
- Converter e adequar a Legislação do Plano Diretor para um formato de Banco de Dados;

Informações Socioeconômicas:

- Representação e Geocodificação das camadas espaciais:
- Regionais de Saúde;
- Áreas de Saúde;
- Micro Áreas de Saúde;
- Unidades de Saúde;
- Setores Censitários do Censo do IBGE;
- Áreas de Risco;

c) Os dados socioeconômicos dos Domicílios, Famílias e Pessoas, deverão ser obtidos através de integração para consulta com o Sistema E SUS;

III. Arquivo de Imagens

a) Estes dados serão obtidos através das imagens das unidades imobiliárias e das seções de logradouros levantadas em campo, bem como através da digitalização e associação de imagens (documentos diversos, fotos, etc), à Base de Dados Geográficos do CTM;

Deverá ser realizada a atualização do banco de dados do cadastro imobiliário em escritório. As informações obtidas no processo de elaboração da base cartográfica, assim como os valores de área construída, tipo de utilização do imóvel (comercial, industrial, residencial etc.), áreas de lotes novos, loteamentos novos, etc. Deverão ser utilizadas para atualização do banco de dados do cadastro imobiliário e deverão ser incorporadas ao SIG.

De posse da base cartográfica atualizada, a empresa executora deverá utilizar-se desta base para comparação com o banco de dados existente no município para identificar os imóveis a serem atualizados.

Além disto, a contratada deverá utilizar as informações provenientes do LiDAR e do Levantamento 360° para auxiliar na identificação dos imóveis e de suas características externas. A atualização do BD do cadastro imobiliário deverá abranger as características foto identificáveis e as informações visuais coletadas com o mapeamento móvel 360°.

A CONTRATADA deverá realizar integração com o sistema tributário municipal existente. Para isto, deverá disponibilizar técnico(s) para em conjunto com a empresa responsável pelo sistema tributário definirem a melhor maneira de realizar esta tarefa. A sincronização entre os dois sistemas deverá ocorrer no mínimo uma vez por dia. A prefeitura será a responsável em estabelecer a comunicação e autorizações junto à empresa responsável pelo sistema tributário para que possa ser realizada a integração com o SIG.

Em relação da divergência de áreas entre o cadastro imobiliário do município e o encontrado no levantamento da CONTRATADA, esta deverá permitir no Software a emissão de Notificações.

Através do sistema proposto, serão geradas as cartas de notificação aos contribuintes contendo foto frontal do imóvel, mapa de localização sobreposto à imagem e divergências de áreas encontradas.

Na sequência que os Bairros/ Setores forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pelo Software os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pela Prefeitura, conforme abaixo:

I. A Notificação deverá ser gerada em arquivo no formato PDF;

II. Deverá constar no mínimo a foto de fachada do imóvel, Mapa de Localização destacando o Imóvel, e diferença da área construída e/ou área territorial, que será comparada com a atualmente existente no Sistema Tributário.

III. A notificação será impressa e enviada aos contribuintes dos imóveis pela Prefeitura.

Além das funcionalidades básicas, deverão ser desenvolvidos módulos e camadas específicos e customizáveis, capazes de atender às demandas particulares da CONTRATANTE, conforme suas necessidades setoriais, tais como as áreas de assistência social, meio ambiente, educação, saúde, infraestrutura, entre outras.

O sistema deverá permitir a integração com plataformas e bases de dados em âmbito nacional, incluindo, mas não se limitando a: SINTER (Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e-SUS (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica), entre outros.

Para cada integração, deverão ser previstas camadas temáticas específicas e interoperáveis, tais como redes de iluminação pública, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, infraestrutura de fibra óptica, áreas de proteção ambiental (APA), patrimônio da União (SPU), entre outras, garantindo aderência às normas técnicas e à estrutura lógica da base cartográfica municipal.

Estando os mapas armazenados de maneira centralizada e devidamente organizada, deverá ser customizado e implantado o serviço WebGis, no qual imagens de satélite, legislação de obras, edificações, uso e parcelamento do solo, Plano Diretor, fotografias aéreas, mapas geográficos e informações alfanuméricas das secretarias envolvidas serão acessíveis aos munícipes, através de um portal Web.





3.0 SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS) DE GESTÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO EM AMBIENTE WEB, MOBILE E SERVER

3.1 Locação de solução como serviço (SaaS) na web, server e mobile com Hospedagem em Nuvem, serviço de Help-Desk, Suporte e Manutenção.

A CONTRATADA terá a responsabilidade de realizar o fornecimento da solução de tecnologia da informação para Locação de software como serviço (SaaS) de gestão do cadastro territorial multifinalitário, em ambiente web, mobile e server, com serviços de hospedagem em nuvem, central de atendimento, serviço help-desk e suporte técnico para a modernização administrativa do município de Extrema, pelo período de 12 meses, observada os requisitos de qualidade e eficiência exigidos, bem como a agilidade e segurança na execução das tarefas. Após encerramento de contrato, este item poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos da lei.

O licenciamento do sistema será realizado na modalidade de Software como serviço (SaaS).

Ficará a cargo da CONTRATADA garantir ajustes no ambiente onde o sistema será implantado levando em consideração utilização de dados ou acesso ao sistema.

Os dados e informações não estáticas, armazenados no sistema deverão dispor de backup diário incremental e backup semanal completo de responsabilidade da CONTRATADA.

O licenciamento da solução deverá abranger um sistema de informação geográfica Web e seus módulos para gestão cadastral, sendo totalmente online (100% Web), sem limitações quanto ao número de acessos ou usuários.

A solução deverá se demonstrar compatível no mínimo com os navegadores de internet Google Chrome, Firefox e Windows Edge.

Considerando se tratar do fornecimento da locação mensal da licença de uso, com suporte e manutenção contínuos, fica estabelecida a proibição de subcontratação desta etapa.

O Sistema deve possuir hospedagem, backup e disponibilização em nuvem, com alta disponibilidade (24x7), garantindo acesso contínuo e seguro, além de recursos de recuperação rápida em caso de falhas ou incidentes.

A infraestrutura em nuvem deve garantir escalabilidade automática, permitindo que o Sistema se adapte de forma dinâmica ao aumento ou diminuição de demanda, sem comprometer o desempenho ou a integridade dos dados.

O Sistema em nuvem deverá ser suportado por um ambiente redundante, com múltiplas zonas de disponibilidade, garantindo a continuidade dos serviços e a integridade dos dados mesmo em caso de falhas de hardware ou de rede.

O provedor de nuvem deverá disponibilizar funcionalidades de automação para backup e restauração de dados, além de garantir a integridade dos backups com auditorias periódicas, de modo a permitir a recuperação de dados de forma ágil e eficiente em casos de falha ou perda de dados.

A CONTRATADA deverá ainda, atender às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), garantindo a adequada proteção das informações cadastrais no sistema.

A CONTRATADA deverá prover ao Município um sistema baseado em geotecnologias para permitir o gerenciamento e a disponibilização das informações sobre o cadastro imobiliário e cadastro de logradouros para apoiar o processo de atualização dos atributos cadastrais relacionados a regra de negócio de cobrança de IPTU, auxílio na efetivação da REURB, Planejamento da cidade, Vetores de crescimento etc.

A CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema Mobile de Coleta de Dados, aplicado ao Cadastro Imobiliário.

Implantar nos servidores da CONTRATANTE, um banco de dados geoespaciais configurado e implantado.

Prestar suporte técnico/tecnológico nas tecnologias utilizadas.

Implantar sistema de informações Mobile, licenciado, para coleta em campo dos dados cadastrais georreferenciados, instalados em dispositivos móveis, baseado no boletim cedido pela CONTRATANTE.

O sistema deve utilizar linguagem de programação robusta e escalável, que consiga compatibilizar com os sistemas tributário dos municípios, aos quais será integrado, ser desenvolvido também sobre modernas técnicas de programação, como orientação a objetos, persistência de dados, etc.

Deve ter suporte para os principais navegadores de internet atualmente disponíveis, no mínimo, Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e não necessitar da instalação de plug-ins, Applets ou Activex nas estações cliente para seu funcionamento.

Deverá possuir número ilimitado de licenças, para uso exclusivo dos Municípios que vierem a aderir a ARP.

A camada backend deve possuir uma imagem Docker (dockerfile) de forma que permita a instalação em qualquer ambiente de produção local ou em nuvem.

O sistema deve possuir implementado minimamente os seguintes recursos e funcionalidades comuns a aplicações SIG:

- Em relação a Navegação:
 - a. Permitir a navegação onidirecional pelo mapa (Pan);
 - b. Permitir a ampliação e redução do mapa (Zoom In / Zoom Out);
 - c. Permitir enquadrar elementos selecionados pelo usuário (Zoom to Selected);
 - d. Visão geral (zoom extents);
 - e. Uso de scroll do mouse para aproximar e afastar;
 - f. Aproximação do mapa na tela do dispositivo conforme a posição do GPS do aparelho ou a partir de coordenadas fornecidas pelo usuário; inquirir medidas de comprimento e área, apresentação da escala de visualização da tela gráfica de acordo com o zoom definido, definição de sistema de coordenadas plana UTM ou geográfica, apresentação das coordenadas plana UTM ou geográfica do cursor de acordo com o sistema de coordenada definido. E coleta das coordenadas a partir de cliques sobre o mapa;
 - g. Possuir grid de coordenadas com a possibilidade de configurar os intervalos e a margem da grade, apresentando uma linha auxiliar de perpendicularidade em desenhos lineares e poligonais;
 - h. Visualizador de nuvem de pontos em 3 dimensões (3D): Ferramenta para navegação e visualização de nuvem de pontos em 3D, permitindo ao usuário configurar a aparência (quantidade máxima de pontos, ângulo de visão, iluminação e plano de fundo); realizar medições de distância, altura, área, volume entre os pontos; apresentar perfil do terreno; permitir mudança da representação visual entre RGB; Intensidade, Elevação e Classificação (Quando a nuvem de pontos possuir classes). Se tratando de nuvem de pontos classificada, o





visualizador deve permitir realizar filtros sobre as classes existentes. Bem como, permitir alterar a cor de sua representação;

- i. O sistema deve dispor de ferramenta para comparação de cenários, visualização simultânea (Swipe). Em aba única, uma linha auxiliar dividirá a tela em duas proporções igualitárias, possibilitando o ajuste pelo usuário. Ambos os cenários, a esquerda e a direita da tela, deverão comportar mapas e camadas, obrigatoriamente;
- j. Possuir integração com o Google Street View;
- k. Permitir pesquisa por coordenada geográfica;
- l. Possuir visualizador de imagens 360 georeferenciadas;
- m. Permitir em ambiente web a medição de atributos por meio da utilização das imagens 360 georeferenciadas;
- n. Permitir em ambiente web a medição de atributos por meio da utilização do google street view;
- o. Permitir fazer download da perspectiva de visualização da imagem 360º georeferenciada;
- p. Permitir georeferenciar pontos específicos utilizando imagem 360º retornando assim sua posição geográfica com informações de longitude latitude e altitude bem como suas coordenadas x,y,z;
- q. Permitir a visualização do perfil de elevação de um ou mais modelos digitais de elevação em janela acoplada, com a possibilidade de exibição no mapa do ponto superposto pelo cursor na janela do perfil. A ferramenta ainda deverá permitir habilitar e desabilitar a visualização dos modelos altimétricos; ampliar região de interesse; aplicar zoom e exportar o perfil em formato de imagem (png ou jpeg);
- r. Ferramenta de perfil do terreno: A partir de linha desenhada pelo usuário, sistema deverá fornecer gráfico representando altimetria do terreno;
- s. Importar camadas de pontos de fotos 360º. Visualizar as fotos 360º no navegador usando níveis de zoom e girar ao redor para a esquerda, direita, para cima e para baixo. Navegar pelas fotos 360º utilizando um mapa de localização;
- t. Permitir navegar por imagens 360º clicando na direção que deseja se movimentar;
- u. Permitir inserção de escala em mapa para zoom ajustado;
- v. Visualizar camadas de imagens raster do projeto em formatos ECW e GeoTiff;
- w. Permitir sincronização em massa de imagens de diferentes entidades cadastrais tais como: Lotes e edificações;
- x. O campo de pesquisa deve ser robusto e inteligente, retornando prioritariamente os dados cadastrais disponíveis no sistema. Caso não haja registros correspondentes, a busca deve ser realizada na plataforma do Google para obter e exibir a geolocalização no mapa;
- y. Visualização em tempo real dos problemas reportados nas vias do município por usuários de aplicativos de navegação, como Waze e Google Maps;
- z. Listar e evidenciar no mapa em exibição os resultados dinâmicos da consulta;
- aa. Sistema deve ser capaz de calcular de forma autônoma a numeração métrica dos lotes vinculados à um respectivo logradouro;

• Em relação as Buscas:

- a. Permitir a identificação de feições (e seus atributos) do mapa (Identify);
- b. Permitir a criação de critérios de busca que encontrem e selecionem feições com base em atributos alfanuméricos específicos;
- c. Criação de expressões de consulta definidas pelo usuário, que permita o cruzamento de duas ou mais camadas;
- d. Localizar através de endereço;
- e. Localizar através de inscrição imobiliária;
- f. Localizar através do código do cadastro;
- g. Localizar loteamento, quadra ou lote de loteamento;
- h. Localizar distrito;
- i. Localizar setor;
- j. Localizar bairro;
- k. Localizar quadra;
- l. Localizar imóveis de contribuinte através de nome ou parte do nome, ou CPF/CNPJ;
- m. Visualização de dados dos imóveis, inclusive com a imagem frontal e planta cartográfica do mesmo;
- n. Cálculo de medidas de áreas;
- o. Visualização de dados de determinada planta de quadra apontada pelo usuário, listando os imóveis existentes na quadra e planta cartográfica da mesma;
- p. Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das seções;
- q. Visualização da imagem da seção de logradouro;
- r. Permitir ao usuário definir as propriedades de transparência dos diferentes temas;
- s. Realizar cálculos de medidas de áreas

• Em referência a classificação temática dos dados vetoriais

- a. Ser capaz de exibir feições de formas diferentes, com base no valor de um determinado atributo;
- b. Ser capaz de exibir feições usando esquema de graduação de cores;
- c. Tematização para lotes;
- d. Tematização para edificações;
- e. Tematização para logradouros;
- f. Tematização para zoneamentos;

• Em referência a Rotulação de Texto de Mapa deverá:

- a. Ser capaz de apresentar etiquetas de maneira instantânea (on-the-fly);
- b. Possuir uma biblioteca pré-definida de estilos de etiqueta;
- c. Permitir ao usuário controlar quais temas serão exibidos com etiquetas

• Quanto à interoperabilidade com fontes de dados, deverá:

- d. Permitir ao usuário controlar quais temas serão exibidos com etiquetas;
- e. Importação de arquivos vetoriais com atributos do tipo shapefile (SHP), KML, WMS e Geojson. Exportação de geometrias com atributos de uma camada em arquivo Geojson, KML, DXF e shapefile (SHP);





- f. Web Services (compatíveis com a definição WMS da OGC);
- Quanto à automação de dados, o ecossistema do SIG WEB, no quesito edição Cartográfica, deverá:
 - a. Suportar ilimitadas operações de undo;
 - b. Suportar ilimitadas operações de redo;
 - c. Oferecer capacidade de integração com aplicativo Mobile de coleta de dados em campo;
 - d. Permitir ao usuário redimensionar feições selecionadas por meio da manipulação de um de seus vértices;
 - e. Ser capaz de “agarrar” (snap) feições a vértices já existentes;
 - f. Ser capaz de “agarrar” (snap) feições a faces já existentes;
 - g. Ser capaz de “agarrar” (snap) feições a terminações já existentes;
 - h. Ser capaz de “agarrar” (snap) feições no meio de linhas já existentes;
 - i. Ser capaz de orientar a criação de feições usando como referência pontos perpendiculares.
 - j. Permitir ao usuário adicionar vértices durante a edição de feições;
 - k. Permitir ao usuário remover vértices durante a edição de feições;
 - l. Permitir ao usuário mover vértices durante a edição de feições;
 - m. Permitir ao usuário navegar onidirecionalmente (pan) pelo mapa durante as operações de edição;
 - n. Permitir ao usuário ampliar e reduzir o enquadramento do mapa (zoom in) durante as operações de edição;
 - o. Incluir e geocodificar lote, edificação, logradouro/seções, quadra, piscina, distrito, setor, bairro, meio-fio/calçada, poste e zoneamento (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na inclusão e geocodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo);
 - p. Cancelar lote, edificação, logradouro/seções, quadra, piscina, distrito, setor, bairro, meio-fio/calçada, poste e zoneamento (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na exclusão devem estar presentes e atualizados ao fim do processo);
 - q. Realizar desmembramentos (todos os procedimentos de cadastro envolvidos no desmembramento devem estar presentes e atualizados ao fim do processo);
 - r. Realizar unificação de lote, edificação, logradouro e seções, e meio-fio/calçada (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na unificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo);
 - s. Permitir ao usuário remover vértices das feições, de maneira automática, a partir de definições de tolerância;
 - t. Permitir ao usuário definir a tolerância do magnetismo em unidades de mapa;
 - u. Permitir ao usuário definir a tolerância de maneira interativa;
 - v. Permite ao usuário o cálculo do número métrico territorial com base nos dados cartográficos de lote e logradouro;
 - w. Permite ao usuário a consulta de viabilidade do lote com base nas diretrizes urbanísticas permitidas em cada área/zona;
 - Quanto à automação de dados, o ecossistema do SIG WEB, no quesito edição de Atributos, deverá:
 - a. Incluir/ excluir/ alterar informações de distrito;
 - b. Incluir/ excluir/ alterar informações de setor;
 - c. Incluir/ excluir/ alterar informações de bairro;
 - d. Incluir/ excluir/ alterar informações de quadra;
 - e. Incluir/ excluir/ alterar informações de lote;
 - f. Incluir/ excluir/ alterar informações de avaliação;
 - g. Incluir/ excluir/ alterar informações de logradouro e seções;
 - h. Incluir/ excluir/ alterar informações de parâmetros de zoneamento;
 - i. Incluir, excluir, alterar itens de cadastro, ou seja, customizar campos de dados, definindo o nome do campo e o tipo de entrada de dados (numérico, texto, seleção ou multiseleção);
 - Quanto à automação de dados, o ecossistema do SIG WEB, no quesito usuários de sistema, deverá:
 - a. Incluir, alterar e excluir perfil de usuário;
 - b. Incluir, alterar e excluir usuários;
 - c. Vincular usuário(s) a determinado perfil;
 - d. Definição da utilização/ visualização de camadas, ferramentas e itens de cadastro para o perfil;
 - e. Deverá promover o registro e acompanhamento em log das transações (inclusão/alteração/exclusão) efetuadas pelos administradores na base de dados de usuários, bem como pelos usuários nas bases de dados do aplicativo;
 - Quanto a Topologia de Dados, o sistema deverá:
 - a. Permitir ao usuário um rápido e fácil entendimento da forma de navegação e dos elementos disponíveis nas telas.

Quanto ao registro de logs do SIG/Logo da Prefeitura Deverá promover o registro e acompanhamento em log de todas as transações efetuadas pelos administradores na base de dados de usuários, bem como pelos usuários nas bases de dados do aplicativo.

O SIG contratado deverá integrar-se ao sistema tributário da PMN, para fins de cálculos tributários necessários a partir de layout a ser disponibilizados á CONTRATADA, a partir da definição das melhores práticas de interoperabilidade, como exemplo: webservice, CSV, arquivo texto e banco de dados.

O Sistema deverá disponibilizar os dados para o Sistema Tributário, conforme integração a ser definida pela CONTRATANTE.

Para manter a integridade e consistência dos dados, qualquer ação de entrada ou modificação nos dados deverá ser realizada diretamente no sistema de informações geográficas (SIG).

Como forma de disponibilização/integração dos dados, com o atual sistema tributário da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismos de integração, conforme orientação da CONTRATANTE.

Todos os sistemas contratados, deverão utilizar uma única base de dados, a fim de manter a integridade, completeza e repositório único de dados.

O banco de dados deverá ser PostgreSQL, de forma a manter a compatibilidade com os bancos de dados já existentes no Município e por utilização de softwares Open Source.





O sistema deverá operar totalmente em ambiente web, licenciado, sem limite de usuários, admitindo-se apenas para as funcionalidades de edição cartográfica a utilização de sistema desktop integrado, desenvolvido ou customizado, que apresente as funcionalidades mínimas exigidas.

O sistema deverá utilizar a mesma base de dados do Sistema de informações geográficas (SIG), aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário e logradouro especificado neste termo.

O sistema deverá utilizar linguagem de programação moderna, robusta e escalável, projetado para dispositivos móveis, de preferência na plataforma Android ou IOS desenvolvido sobre modernas técnicas de programação, como orientação a objetos, persistência de dados, etc.

A coleta de dados em campo deverá ser realizada com a utilização de coletores de dados portáteis, fornecidos pela CONTRATADA, que deverá ter funcionalidades específicas para a atualização dos dados alfanuméricos e gráficos, incluindo o desenho do croqui do imóvel que deverá ser elaborado eletronicamente, com software específico para o desenho do croqui da edificação dentro do lote e demais edificações, no caso de existir mais de uma unidade imobiliária no terreno.

Os dados deverão ser coletados através de coletores de dados portáteis com aplicação específica para este fim, devendo impedir interstício de informações incorretas e possuir sincronismo com o Sistema de informações geográficas (SIG), aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário.

O aplicativo de Coleta de Dados deve estar/ser customizado em conformidade a orientação pela CONTRATANTE.

O aplicativo de Coleta de Dados deverá permitir o controle de usuários através de senhas para acesso ao software instalado nos equipamentos de coletas de dados.

O aplicativo de Coleta de Dados deverá permitir a coleta e armazenamento dos dados com suas referências geográficas, baseadas em mapas alojados nos equipamentos de coletas, integrando informações cadastrais, cartográficas e fotos.

O aplicativo de Coleta de Dados deverá possuir mecanismos de visualização das frações cartográficas instaladas nas memórias dos equipamentos de coletas de dados, com controle de posicionamento da visualização através de funções de Zoom, Pan e outros recursos gráficos.

Deverá posicionar geograficamente as edificações nos terrenos urbanos diretamente nas frações dos mapas instalados nas memórias dos equipamentos de coleta de dados, com procedimento de medição das edificações.

Deverá possibilitar o desenho dos croquis que representam as projeções dos lotes e das edificações, registrando suas dimensões e áreas construídas diretamente nas frações dos mapas instalados nas memórias dos equipamentos de coletas, bem como, ferramentas para desconto de beirais em desenhos pré-existentes.

Deverá possibilitar o desenho dos croquis e os descontos, quando necessário, das áreas dos polígonos internos que representam as áreas vazadas das edificações.

Deverá possibilitar aos cadastradores tirar fotos de fachadas das edificações, com câmeras fotográficas incorporadas aos equipamentos de coleta, georreferenciadas e indexadas aos respectivos imóveis.

Deverá mostrar graficamente toda a área de trabalho, possibilitando a seleção de qualquer feição para checar dados de posição e atributos.

Após a identificação e atualização cadastral dos imóveis com discrepâncias, deverá ser atualizado o Sistema de informações geográficas (SIG), aplicado ao gerenciamento do cadastro imobiliário adotando os mesmos critérios quanto aos "layers".

Caberá à CONTRATADA realizar a implantação dos sistemas e a carga de dados em servidor que deverá ser provido e gerido pela Prefeitura. Os sistemas web e mobile deverão operar via browser, online e pela internet, com as rotinas e dados hospedados em servidor local da Prefeitura. O sistema desktop deverá ser o QGIS ou similar, que deverá ser instalado em computadores indicados pela CONTRATANTE e seus dados acessados em servidor local da Prefeitura. É fundamental que os sistemas web, mobile e desktop utilizem a mesma base de dados, de uso compartilhado e integrado.

O sistema web deverá estar preparado para operar sem limites de usuários e integrado ao sistema de Gestão Municipal em uso pela CONTRATANTE. Para tanto, caberá a CONTRATANTE prover acesso aos dados, através de Tabelas e Visões, e conceder Permissões e cadastrar Novos Usuários, assim como fornecer os devidos "dicionários de dados" para que os dados dos sistemas de gestão possam ser consumidos diretamente pelos sistemas de geoprocessamento.

Os dados poderão também, alternativamente, ser acessados pelos sistemas de geoprocessamento por "webservices" nos padrões REST ou SOAP ou carga de dados com rotinas de atualizações periódicas.

Caberá à CONTRATADA elaborar as devidas parametrizações dos dados e rotinas para que o resultado do uso das funcionalidades atinja os objetivos desejados.

Caberá a CONTRATANTE fornecer cópias das Legislações Municipais, mapas e demais informações estratégicas para que os serviços de parametrizações contratadas sejam realizados.

Caberá à empresa e posteriormente aos gestores da administração municipal a configuração dos sistemas em relação aos usuários, seus vínculos e hierarquias por secretaria municipal, seus níveis de acesso em relação aos conteúdos, ferramentas e edição dos dados.

A CONTRATADA deverá implantar o QGIS ou similar, software SIG de licença livre, enquadrado na GNU GPL, multiplataforma, que permite visualização, edição e análise de dados georreferenciados em computadores indicados pela Prefeitura.

A função do SIG Desktop é de apoio ao SIG Web. Com funcionalidades mais avançadas, ele deverá ser utilizado para realizar tarefas mais complexas e produzir conteúdo para ser exibido no SIG Web.

A CONTRATADA deverá fazer customizações no SIG Desktop para automatizar a edição cartográfica e tabular do mapa urbano fiscal para resolução das inconsistências, operando integrado a base de dados do cadastro imobiliário municipal.

Em relação ao suporte técnico a CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes canais de entradas para as solicitações:

- E-mail;
- Telefone;
- Contato via WhatsApp.

O atendimento remoto será disponibilizado de segunda a sexta-feira, durante o horário comercial, com exceção dos feriados municipais, estaduais ou nacionais.

Após o diagnóstico e a identificação de atendimento dentro do escopo, o analista responsável pelo atendimento deve entrar em contato com o solicitante e informar as soluções encontradas ou auxiliar na resolução do problema por telefone ou e-mail.





O suporte técnico, deverá ser estruturado em 03 (três) níveis de atendimento em relação à SEVERIDADE do cenário causado pelo incidente que gerou o chamado, conforme Quadro 1 - Níveis de SEVERIDADE para manutenção do SLA abaixo:

SEVERIDADE DE INCIDENTES		
Nível	Classificação	Prazos
CRÍTICO	Representa um incidente crítico na solução que possa tornar inoperante qualquer serviço atendido pela solução essencial da Prefeitura Municipal	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 2 (duas) horas para início do atendimento; 24 (vinte e quatro) horas para solução do incidente (dias uteis)
URGENTE	Representa um incidente na solução que está causando ou irá causar uma impossibilidade operacional parcial nos serviços e funcionalidades da solução objeto deste Termo de Referência para a Prefeitura Municipal. Apesar da impossibilidade operacional parcial continuam em operação os serviços essenciais para a manutenção das atividades da Prefeitura Municipal	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 6 (seis) horas para início do atendimento; 48 (Quarenta e oito) horas para solução do incidente (dias uteis)
ROTINA	Representam falhas mínimas na solução que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação da solução objeto deste Termo de Referência da Prefeitura Municipal, ou ainda a operação/acesso afetada(o) só é usada(o) eventualmente ou temporariamente.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 24 (vinte e quatro) horas para início do atendimento; 72 (setenta e duas) horas para solução do incidente (dias uteis)

Os profissionais de atendimento devem estar capacitados para responder às solicitações dos usuários licenciados, esclarecendo dúvidas sobre características e funcionalidades da solução, além de fornecer informações sobre evoluções tecnológicas.

Após o diagnóstico, o analista responsável pelo atendimento deverá entrar em contato com o Licenciado para informar a(s) solução(ões) encontradas ou auxiliá-lo na resolução do problema por telefone ou e-mail, desde que a solicitação esteja dentro do escopo de atendimento.

O tempo necessário para finalizar o atendimento poderá variar conforme a natureza do problema e as variáveis que precisam ser reproduzidas para simular a situação relatada.

Caso a solução exija uma pesquisa mais extensa, resultando em um prazo de atendimento superior aos limites dos 3 níveis de severidade definidos, as partes deverão discutir em conjunto um novo prazo, levando em consideração a razoabilidade do cenário para ambas as partes.

A empresa vencedora deverá fornecer quaisquer atualizações, alterações e/ou correções decorrentes de erros ou falhas detectadas pelo fabricante na versão licenciada, conforme estipulado no contrato e durante o período acordado.

Dentro do escopo destes serviços se encontram as manutenções preventivas e corretivas.

Caracterizam-se Manutenções Preventivas, a realização de reparos no sistema sem custos adicionais, com o objetivo de mitigar ou eliminar defeitos e riscos à integridade das informações.

A contratada deverá realizar manutenções periódicas para prevenir ameaças e falhas maiores no sistema.

Caberá, ao identificar uma ameaça, comunicar a CONTRATADA, informando as medidas corretivas, prazo e impactos, aguardando aprovação dos serviços.

A empresa analisará o prazo e impactos propostos pela CONTRATADA e decidirá se acata ou não, de acordo com os níveis de serviço e penalidades estabelecidas.

Os chamados de manutenção preventiva podem ser registrados tanto pela CONTRATADA quanto pela CONTRATANTE.

A solução de problemas não acarretará custos adicionais para a CONTRATANTE.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





As Manutenções Corretivas incluem os reparos de defeitos em componentes de software da solução, inclusive em integrações com dados e outros sistemas, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

A empresa deverá se comprometer a corrigir erros, falhas ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento da solução, sem custos extras para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA será responsável pela análise e elaboração dos requisitos para atender às legislações federais e estaduais, disponibilizando as atualizações na solução dentro do prazo estabelecido pela norma, independentemente de solicitação da Prefeitura.

Os usuários devem acionar o suporte técnico, utilizando a ferramenta de chamados, sempre que identificarem problemas no uso do sistema.

Constituem exemplos de Manutenções Corretivas os exemplos a seguir:

- Esclarecimento de dúvidas operacionais nos softwares prestados;
 - Auxílio da identificação de bugs:
- a. Indicação de solução de contorno (workaround) para bug, quando possível;
 - b. Indicação do procedimento mais adequado para atendimento da análise requerida pelo solicitante;
 - c. Provimento de informações sobre as funcionalidades;
 - d. Indicação de melhores práticas desenvolvidas para os softwares fornecidos;

Quanto às questões de Hospedagem em Nuvem, o Sistema deverá ser instalado em um Data Center com estrutura adequada para suportar as instalações e configurações necessárias à operação da solução.

Durante a vigência do contrato, a contratada deverá garantir os recursos e serviços necessários para a operação do sistema, conforme as seguintes condições:

- Garantir recursos suficientes para armazenar a solução e o banco de dados, permitindo o crescimento e expansão conforme necessário;
- Providenciar atualizações e a aplicação de patches nos softwares instalados, sempre com comunicação prévia à equipe técnica da Prefeitura e mediante sua aprovação, quando necessário ou recomendado pelos fabricantes.

O Data Center deverá possuir alta performance e balanceamento de carga, com disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Os servidores de internet, aplicativos e banco de dados deverão ser configurados com componentes redundantes, oferecendo alta disponibilidade e proteção contra vírus, spywares e outras ameaças virtuais. Além disso, deverão gerar cópias de segurança para garantir o armazenamento seguro dos dados, e o tráfego para o servidor de backup não deverá competir com o tráfego externo.

Serão disponibilizados links de comunicação de alto desempenho, com banda compatível com a demanda dos usuários, garantindo alta disponibilidade e desempenho. As conexões devem ser seguras, com certificação e criptografia no transporte das informações (https).

Com relação ao Ambiente do Data Center, deverá conter:

- Links de comunicação de alto desempenho com Banda compatível com a demanda e com garantia de Alta Disponibilidade, capazes de disponibilizar acesso via WEB;
- Ambiente de homologação nas mesmas condições do ambiente de produção, atendendo os mesmos requisitos, com os sistemas integrados para customizações, implementações e testes, que se façam necessários para atender às peculiaridades da legislação.

3.2 Treinamentos e capacitação dos servidores para utilização do SIG, Software de Serviços e lançamento de informações imobiliárias.

A CONTRATADA deverá ministrar treinamento que atenda aos objetivos da implantação e operacionalidade de todo o Sistema, a atualização e a manutenção dos dados. O objetivo específico é a transferência de conhecimento e consequente capacitação de servidores municipais para realização de atividades nos termos descritos de modo independente, permitindo com isso dar prosseguimento às ações implantadas e maximizar o investimento realizado.

O Treinamento deverá ser ministrado no Município, sendo o local aprovado a ser disponibilizado pela CONTRADA.

A capacitação dos técnicos do Município no uso do Sistema e componentes que comporão todo o produto a ser adquirido.

A capacitação dos técnicos do Município a operar o Sistema e suas funcionalidades para o gerenciamento, a análise, edição e impressão de dados.

A capacitação dos técnicos do Município para a continuidade e atualização dos dados do sistema.

Após a implantação do sistema, a CONTRATADA será responsável pelo treinamento dos usuários designados pela CONTRATANTE.

Esta etapa deverá ser realizada preferencialmente e a critério da CONTRATANTE nas dependências da CONTRATANTE, ou em outro local indicado por ela, em datas e horário definidos em comum acordo entre as partes;

A CONTRATADA deverá elaborar o conteúdo programático do treinamento.

A carga horária do treinamento deverá ser suficiente para atender adequadamente às necessidades de capacitação e transferência de conhecimento de cada público-alvo;

O treinamento inicial deve ser presencial, baseado no uso prático do sistema, utilizando uma base de dados de testes que permita a entrada de dados, a análise e visualização de todas as funcionalidades e deve ter duração máxima de 40 horas. Após o treinamento presencial, para as necessidades futuras que venham a ocorrer, o treinamento será on-line.

A infraestrutura física (sala, equipamentos, projetor etc.) será de responsabilidade da CONTRATANTE.

Caso a CONTRATADA necessite de algum equipamento que atenda a uma necessidade especial, poderá fazer o uso de dispositivos de sua propriedade, desde que seja SEM ÔNUS para a CONTRATANTE.

Toda despesa decorrente dos treinamentos (instrutores, elaboração do material didático, deslocamento, alimentação e hospedagem dos instrutores, etc.) será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Os instrutores deverão ser altamente capacitados e conhecer todo o sistema e possuir experiência prática de utilização do mesmo;

A CONTRATADA deverá promover retreinamentos, sempre que forem feitos ajustes relevantes que impactem na utilização do sistema, SEM ÔNUS para a CONTRATANTE. Esses retreinamentos poderão ser feitos on-line.

Será dever da CONTRATADA capacitar a equipe técnica da CONTRATANTE para operar e manter os sistemas de informações geoespaciais, tanto o SIG WEB e Mobile.





Deverá ser realizado Treinamento teórico e prático aos servidores municipais envolvidos nas atividades afins a esta contratação, desde o cadastramento e atualização cadastral até alimentação e gerenciamento do SIG Desktop, Web e Mobile. A duração/carga horária dos treinamentos será de acordo com as necessidades específicas do Município.

Após a implantação do sistema, a CONTRATADA será responsável pelo treinamento dos usuários designados pela CONTRATANTE;

3.3 Serviço de Customização, Manutenção e Atualização tecnológicas do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Os serviços de Manutenções Adaptativas consistem na adaptação, parametrização ou desenvolvimento da solução para melhorar a usabilidade ou garantir a conformidade com a legislação e requisitos específicos solicitados pelo município.

Quando a necessidade de Manutenção Adaptativa estiver relacionada a mudanças na legislação municipal, a Prefeitura será responsável por avaliar e elaborar os Requisitos Funcionais e de Negócios, por meio de documento próprio, que deverá conter a aprovação dos responsáveis pela área requisitante.

A CONTRATANTE encaminhará a CONTRATADA os Requisitos de Manutenção Adaptativa. Essa solicitação será registrada no sistema de chamados, e a contratada emitirá um número de referência, denominado Número de Demanda, para ser utilizado em todas as comunicações sobre a Manutenção Adaptativa.

Após receber os Requisitos de Manutenção Adaptativa, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias após a abertura do chamado, uma proposta técnica contendo, no mínimo: a quantidade de horas necessárias para o desenvolvimento da Manutenção Adaptativa, o prazo para implementação e os possíveis impactos da implantação.

A CONTRATADA se compromete a ajustar a solução para atender a atualizações decorrentes de alterações legislativas, dentro do prazo estabelecido pelo legislador, sem custos adicionais para a Prefeitura.

As Manutenções Adaptativas, exceto aquelas relacionadas a alterações legislativas, deverão ser realizadas conforme os prazos definidos nas propostas de trabalho.

Após a implementação da manutenção no ambiente de transferência, o serviço será homologado e disponibilizado para uso em produção.

As Manutenções Evolutivas consistem no atendimento às demandas de melhorias e adequações no Sistema que não se enquadram em Manutenção Adaptativa. Isso inclui funcionalidades não exigidas nos requisitos deste Termo e seus anexos, com o objetivo de realizar os ajustes necessários para garantir a sustentação da solução.

Quando a Prefeitura identificar a necessidade de Manutenção Evolutiva, deverá avaliar e elaborar, por meio de documento próprio, os Requisitos Funcionais e de Negócios necessários para a implementação da manutenção, incluindo a aprovação dos responsáveis da área proprietária do negócio em análise.

A CONTRATANTE encaminhará a CONTRATADA os Requisitos de Manutenção Evolutiva. Essa solicitação será registrada no sistema de chamados, e a contratada emitirá um número de referência, denominado Número de Demanda, que deverá ser utilizado em todas as comunicações sobre a Manutenção Evolutiva.

Após o recebimento dos Requisitos de Manutenção Evolutiva, a CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a abertura do chamado, uma proposta técnica. Essa proposta deverá incluir, no mínimo, a quantidade de horas técnicas necessárias para o desenvolvimento da Manutenção Evolutiva, o prazo para implantação e os possíveis impactos dessa implantação.

Após receber a proposta, a CONTRATANTE, homologará a proposta e emitirá uma Ordem de Serviço, autorizando o início da Manutenção Evolutiva. O prazo de entrega será contado a partir do primeiro dia útil após o registro no chamado.

Após a conclusão da Manutenção Evolutiva, os requisitos propostos serão homologados, de acordo com o que foi previsto na Ordem de Serviço.

Para cada solicitação de desenvolvimento, deverá haver uma proposta detalhada, incluindo, no mínimo, o escopo do desenvolvimento, a quantidade de horas técnicas e o prazo de execução. Essa proposta deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

O dimensionamento das demandas de Manutenção Adaptativa e Evolutiva será medido em horas técnicas, e essas horas sempre deverão ser previamente aprovadas pela Prefeitura.

Para entregar uma versão da solução contendo o desenvolvimento solicitado, a contratada deverá disponibilizar a versão na área de transferência definida pela Prefeitura. A partir deste momento, cessará a contagem do prazo de entrega, conforme estipulado na respectiva Ordem de Serviço.

A proponente deverá ainda promover Atualizações Tecnológicas de caráter legal dos sistemas fornecidos e possíveis releases, de forma que o objeto deste edital atenda a legislação federal, estadual, municipal vigente e das normas e procedimentos do Tribunal de Contas do Estado, sem custo adicional para a contratante.

Com relação aos Dados tratados pela solução proposta, caberá a CONTRATADA fornecer uma cópia da base de dados, incluindo todas as tabelas de dados de interesse da Prefeitura, sempre que solicitado.

A entrega dos dados será realizada mediante processo formal de solicitação por parte da Prefeitura.

A responsabilidade sobre o uso da base de dados fornecida será exclusivamente da Prefeitura, não cabendo a CONTRATADA qualquer responsabilidade por uso indevido dos dados ou eventuais vazamentos, exceto nos casos em que se prove inequivocamente que a origem do evento foi devido à contratada.

Os dados deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da recepção formal da solicitação pela contratada.

Como parte do programa de manutenção da solução, o fornecedor deverá oferecer acesso a treinamentos virtuais sobre o uso e recursos da solução. O treinamento remoto será individual ou para grupo de servidores e deverá ser pré-agendado com a contratada e ministrado no período das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h com carga horária de até 8h/semana. O treinamento deverá estar disponível durante a vigência do contrato.

4.0 ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1 Projeto de numeração predial e preparação para codificação postal

Deverá ser realizado a regularização dos endereçamentos postais e numerações oficiais nas respectivas unidades municipais obedecendo os seguintes critérios:

- Emprego de sistema métrico para determinação das numerações que devera obedecer, por convenção, a ordem crescente, o sentido norte-sul e leste-oeste. Um lado do logradouro contendo numerações pares e outro, ímpares;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- Estruturação do cadastro técnico de logradouros.

A metodologia a ser desenvolvida deverá seguir padrões para que o crescimento da Municipalidade sempre tenha uma numeração sequencial lógica, independente da sua área de expansão e da localização da mesma no Município.

A determinação do Marco Zero, assim chamado para o início da numeração sequencial, deverá ser no Centro Geográfico do Município, tendo em vista que desta forma a numeração sempre será lógica e sequencialmente métrica, independentemente de onde venha a ocorrer os vetores de desenvolvimento da cidade. A partir desse Marco, conjuntamente com os técnicos da Prefeitura serão determinados Eixos de logradouros centrais referenciados pelo Marco Zero, que de acordo com os pontos cardeais solares passarão por toda a cidade se expandindo para vias verticais (Leste-Oeste) e horizontais (Norte-Sul), estes Eixos irão se expandir até os limites da cidade (perímetro, confrontação).

Nos logradouros dos municípios serão realizados serviços iniciais de identificação e organização de dados para as etapas subsequentes.

Serão levantados em campo ou nos arquivos disponíveis todos os dados técnicos necessários a individualização dos logradouros:

- Código do logradouro;
- Denominação;
- Pontos de início e fim do logradouro, segundo base cartográfica existente;

Considera-se ponto de início de um logradouro sua extremidade mais próxima do marco zero ou ponto central do Município.

Na impossibilidade de aplicação da regra anterior, o ponto de início será determinado pela extremidade mais próxima do logradouro em relação aos eixos norte-sul ou leste-oeste do Município, assim considerados.

É a partir do ponto de início ou origem, que será iniciada e baseada a numeração predial dos imóveis situados no logradouro, bem como aferida a distância métrica do imóvel em relação ao ponto.

Tratando-se de logradouro que não apresente interligação com vias identificadas, o ponto de início será a interseção com o eixo do logradouro identificado.

Situação do ponto inicial, mediante apontamento do logradouro que interliga o ponto inicial ou referencial próximos, quadras fiscais lindeiras aos pontos de início e término do logradouro, em cada setor atingido, setor cadastral.

No reordenamento da numeração predial o projeto atenderá os seguintes critérios:

- O projeto de numeração consiste na obtenção de uma faixa de valores métricos entre as divisas de cada lote, que possibilite a escolha do número a ser adotado para cada edificação;
- Para cada edificação será atribuído um número dentro da faixa que corresponde a distância em metros, medida sobre o eixo do logradouro, desde o ponto de origem até a entrada de acesso a edificação dentro do lote;
- Considera-se origem o ponto de interseção do eixo do logradouro em estudo, com o eixo do logradouro onde ele tem seu início;
- Havendo no mesmo lote vários usos com acessos independentes, os números concedidos deverão corresponder a distância medida em metros, pelo eixo do logradouro desde a origem até os respectivos acessos;
- Nos terrenos não edificados ou vazios será prevista numeração. As testadas ocupadas pelos terrenos vazios terão números disponíveis para futuras aplicações;
- Para os lotes ou terrenos sem edificação será definida a margem métrica entre os lotes;
- A numeração será par a direita e ímpar a esquerda do eixo do logradouro, de acordo com a testada do lote;
- Não serão aplicadas as normas anteriores em casos de vias sem saídas e nos casos de vias que, de acordo com o levantamento de campo, tiver a maior parte da numeração em sentido contrário ou diferente dos critérios ora fixados.

4.2 ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

A Planta de Genérica de Valores - PGV existente no Município, deverá ser atualizada objetivando a definição dos novos valores unitários fiscais que formarão a base de cálculo dos tributos.

Deverá ser basear nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e nas recomendações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE.

A mesma deverá ser elaborada atendendo o seguinte:

- O método avaliatório exigido para este trabalho é o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado - NB 14653 2, ou seja, aquele que define o valor através da comparação de dados de mercado assemelhados quanto às características intrínsecas e extrínsecas do imóvel.
- É condição fundamental para aplicação deste método a existência de um conjunto de dados que possa ser tomado, estatisticamente, como amostra do Mercado Imobiliário.

Para cumprimento desta condição, a empresa deverá obter esse conjunto de dados contando com total cooperação da Administração Municipal e, através de solicitações oficiais do Município, obter as informações necessárias com integrantes da sociedade que possuam tais informações.

Será adotado o nível de rigor referido à “Avaliação Normal” NB 14653 2, que admite o tratamento definido como homogeneização nos casos de avaliações coletivas ou avaliações em massa, como é o caso da avaliação de imóveis urbanos para fins tributários.

Neste caso, os valores pesquisados deverão ser tratados e homogeneizados observando os seguintes fatores:

- Elasticidade de oferta: Os elementos coletados a partir de anúncios, ofertas e outras fontes de informações podem não refletir com absoluta exatidão o valor de mercado, pois admitem uma elasticidade de negociação;
- Fator Profundidade: influência da profundidade será considerada a partir da Profundidade Equivalente (divisão da área do terreno por sua frente efetiva) do terreno;
- Fator Testada: A influência da testada será considerada a partir da Frente Efetiva, a ser definida na elaboração do detalhamento metodológico;
- Fator Situação: é a posição do terreno dentro da quadra, ou poderá ser considerado o fator de múltiplas frentes;
- Fator Topografia: é a regularidade topográfica do terreno, onde poderá ser alicive, declive ou irregular, sofrendo depreciação;
- Fator Equipamentos Urbanos: presença ou ausência de equipamentos urbanos nos trechos dos logradouros;





- Fator Pedologia: que determina a situação da superfície do solo, por estarem sujeitas a inundações periódicas ou permanentes;
- Fator Acesso: é calculada em função da distância do terreno até o local mais próximo que passa o transporte coletivo;
- Fator Gleba: para cálculo de terrenos com área superior a 5.000 m² além da correção do valor básico do metro quadrado do terreno;
- Fator Forma: define a figura geométrica do terreno;
- Pesquisa de Valores Imobiliários;

Deverá ser organizada uma pesquisa de valores imobiliários junto às diversas fontes de informações, com a finalidade de se obter através de tratamento estatístico, valores unitários básicos de metro quadrado de terreno por face de quadra ou trechos de logradouros considerando a especificação dos critérios de homogeneização conforme disposto no item anterior.

A pesquisa deverá considerar, preferencialmente, os elementos de uma mesma região geoeconômica, de um mesmo zoneamento e de um mesmo setor fiscal, evitando se coletar dados com mais de 12 (doze) meses anteriores à data da avaliação. Essa definição se dará após avaliação dos dados de divisão de zoneamento disponibilizado pela prefeitura, a fim de subsidiar os trabalhos.

A amostra deverá ser representativa dentro do universo de imóveis que constitui uma região geoeconômica.

O preço homogeneizado deverá ser utilizado métodos estatísticos de eliminação das discrepâncias para saneamento da amostra.

A contratada deverá desenvolver e apresentar um aplicativo que permita a visualização de qualquer imóvel objeto deste certame, demonstrando os valores venais, valor de m² utilizado para cálculo e valor lançado de IPTU, todos do ano corrente anterior a aplicação da nova PGV, bem como as mesmas informações se aplicada a nova PGV.

Qualquer imóvel poderá ser consultado, localizando o mesmo por inscrição imobiliária ou endereço ou nome do Contribuinte.

O Aplicativo também deverá disponibilizar as informações do item 10.6.1, num somatório de valores Bairro a Bairro, e total do Município.

- Deverá ser adequada a PGV à realidade do Município;
- Deverá ser priorizado a compatibilidade com o mercado imobiliário;
- Deverá ser simulado os valores venais e do IPTU para o próximo exercício fiscal.
- Deverá ser apresentada a nova versão da PGV à equipe técnica municipal, para discussão de cada tópico.
- Deverá acompanhar o envio e a tramitação à Câmara de Vereadores do Projeto de Lei da nova PGV.
- Deverá ser desenvolvida com metodologia de atualização e integrada à legislação de uso e ocupação do solo, Código Tributário Municipal e demais sistemas de gestão urbanística pertinentes à valoração da propriedade urbana.
- Deverá ser aprovada nas instâncias competentes, a fim de ajustar o valor venal dos imóveis urbanos existentes nos municípios consorciados, obedecendo às normas legais que regem a matéria e aproximando-o do valor real das propriedades face aos melhoramentos introduzidos pela gestão municipal.
- Desenvolvimento de metodologia que incorpore a PGV ao ambiente SIG;
- Análise das Legislações de Uso e Ocupação do Solo, CTM e demais sistemas que interfiram na valoração do imóvel urbanos;
- Análise da Norma Brasileira NBR 14653/04 e NBR 9284/86 da Associação
- Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Criação de temas para elaboração da PGV conforme metodologia elaborada e legislação específica;
- Construção das Plantas de Zonas homogêneas, de forma que cada imóvel tenha informação de qual zona ele pertence;
- Pesquisas de mercados imobiliários;

CUSTOS

Todos os custos necessários à prestação dos serviços tais como mão de obra e leis sociais, veículos, computadores, impressoras, equipamentos, trenas, materiais, formulários dos boletins, uniformes, crachás, dentre outros, correrão por conta da EMPRESA, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas devendo a mesma prestar todos os serviços elencados, considerando-se como infração o não cumprimento destas condições, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da EMPRESA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos à tal assunto.

A contratada deverá apresentar as composições de preço unitário para cada serviço de acordo com as especificações, quantidades e dimensionamento para os serviços e exigidos nesse Edital e seus anexos.

RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

Executar os serviços conforme especificações deste Termo e de proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos e ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas específica neste Termo e em sua proposta.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 199 ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos dar sofridos.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a ser executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Apresentar os empregados devidamente providos com os Equipamentos de Proteção Individual-EPI.

Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados q adentrarão no órgão para a execução do serviço.

Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas Contratante.

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando- os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização d trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento ao contrato.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Períodos de manutenção programada deverão ser informados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e realizados exclusivamente entre as 22:00h e as 06:00h.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidros sanitárias, elétricas e de comunicação.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo e seus anexos.

Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto neste TR.

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante. sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública.

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo e demais documentos anexos.

Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados

RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





contratuais e os termos de sua proposta.

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

Não permitir, quando for o caso, que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma de Registro de Preços.

Zelar para que durante toda a vigência do Registro de Preços sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Conformidade com a LGPD:

- A Contratada obriga-se a cumprir integralmente as diretrizes da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), tratando os dados pessoais e fiscais dos contribuintes coletados ou hospedados unicamente para a finalidade de execução deste objeto.
- É vedado o uso de técnicas de cruzamento de dados, inteligência artificial ou compartilhamento da base municipal com entidades terceiras sem expressa autorização do Encarregado de Dados (DPO) do Município.

Infraestrutura e Hospedagem em Nuvem:

- O software em modelo SaaS deverá operar em servidores de nuvem de alta confiabilidade (certificação mínima internacional ISO/IEC 27001 e SOC 2 Tipo II).
- A Contratada deve garantir criptografia de dados em trânsito (protocolo HTTPS/TLS) e criptografia de dados em repouso nos bancos de dados.
- Deverão ser realizados backups automáticos diários com retenção mínima de 30 (trinta) dias, mantendo uma cópia externa de contingência (*disaster recovery*).

Reversibilidade e Propriedade dos Dados:

- Toda a base de dados geográfica, cadastral, imobiliária e fotográfica gerada ou inserida no sistema pertence de forma irrevogável e exclusiva ao Município.
- Ao término do contrato por qualquer motivo, ou em caso de rescisão, a Contratada deverá exportar e entregar à Administração a totalidade dos dados em formatos abertos, universais e interoperáveis (como PostgreSQL/PostGIS, Shapefile, GeoJSON ou CSV), sob pena de retenção de valores e sanções judiciais.

9.2 - da CONTRATANTE:

- Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do Contrato deverá de imediato e por escrito, comunicar à Secretaria competente, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei 14.133/21, sem prejuízo de demais legislação pertinente.
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer alteração e/ou ocorrência relacionada com a contratação;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA prestar fora das especificações do Edital.
- Facilitar o acesso da CONTRATADA ao local dos serviços.
- Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.
- Na Ordem de Serviço emitida, a CONTRATANTE deverá informar em tal documento o detalhamento do serviço identificando os locais que serão realizados os serviços, prazos para realização dos serviços, e campo para atesto de recebimento da CONTRATADA.

Parágrafo único. É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, em sua atual redação, e pelo do Decreto Municipal nº 714/2023, e, subsidiariamente pelos Princípios Gerais do Direito.

10.2. A existência de preços registrados não obriga a PMSJ a firmar as contratações que dele poderão advir, conforme dispõe o artigo 21 do Decreto Municipal nº 714/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO.

11.1. Para todas as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, será competente o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes acima identificadas e qualificadas firmam o presente instrumento na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Mata de São João, ____ de _____ de _____. **TESTEMUNHAS:**



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0381-1C78-9924-38CE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THAÍS RODRIGUES SOARES (CPF 029.XXX.XXX-33) em 27/05/2026 10:46:54 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/0381-1C78-9924-38CE>